

DM
MACH/ME1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
MESTRADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

TESE DE MESTRADO

Modelos Internos Dinâmicos de Vinculação, Características Temperamentais
da Criança e o Contexto Social: que ligação?

Maria de Fátima Faria de Almeida Machado – N.º 12720

ORIENTADORA: Manuela Veríssimo

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Manuela Veríssimo

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



17240

2006

✓

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

17240

7.9.07

Agradecimentos

À Professora Doutora Manuela Veríssimo, pela sua orientação, acompanhamento e aconselhamento sem os quais este estudo, não teria sido possível.

Aos Professores responsáveis pelo Mestrado e Professores convidados, pelas aprendizagens que com eles realizei.

A todas as mães e pais que gentilmente participaram neste trabalho e à indispensável colaboração das educadoras, o meu bem-haja.

A todos os meus amigos e amigas pelo apoio e afecto demonstrados ao longo desta etapa da minha vida.

Ao João, o meu agradecimento muito especial pelo permanente carinho e incentivo, assim como às minhas filhas, Catarina e Vanessa, pela compreensão na companhia e conversas adiadas.

Índice

Resumo	V
Introdução	1
A Teoria da Vinculação	3
O Modelo de John Bowlby	3
O Comportamento de Vinculação: Natureza e Função	5
O Contributo de Mary Ainsworth	16
O Contributo de Rudolph Schaffer	24
Os Modelos Internos Dinâmicos	27
O Temperamento	42
A Teoria de Thomas e Chess	42
A Teoria de Buss e Plomin	48
A Teoria de Rothbart	52
A Divisão de Tarefas	56
Problemática e Questões	63
Metodologia	65
Participantes	65
Instrumentos	65
Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos	65
Infant Characteristics Questionnaire	66
Responsabilidade Parental	68
Procedimentos	69
Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos	70
Infant Characteristics Questionnaire e Responsabilidade Parental	71

Apresentação e Análise dos Resultados	72
Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos	72
As Narrativas e os Scripts de Vinculação do Pai e da Mãe	73
Análise entre as Variáveis relacionadas com o Pai, Mãe, Criança, Contexto e os Scripts de Vinculação	74
Infant Characteristics Questionnaire	74
As Dimensões do Temperamento da Criança na perspectiva do Pai e da Mãe ..	75
Análise das Variáveis relacionadas com o Pai, Mãe, Criança, Contexto e as Dimensões do Temperamento	76
Responsabilidade Parental	77
A Divisão das Tarefas de Responsabilidade Parental na perspectiva do Pai e da Mãe	78
Análise das Variáveis relacionadas com o Pai, Mãe, Criança, Contexto e a Divisão das Tarefas de Responsabilidade Parental	81
As Dimensões do Temperamento da Criança e a Responsabilidade Parental ...	81
Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e as Dimensões do Temperamento da Criança	83
Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e a Divisão de Tarefas da Responsabilidade Parental	83
Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e a Responsabilidade Parental	84
Discussão	85
Referências	101

Lista das Tabelas

Tabela 1: Consistência interna dos valores das narrativas	72
Tabela 2: Correlações entre as diferentes narrativas	73
Tabela 3: Alphas de Cronbach para as duas dimensões: Actividades práticas e Actividades Lúdicas	78
Tabela 4: Análise aos 17 itens na perspectiva da mãe e do pai	78

Lista das Figuras

Figura 1: Análise de variância das Actividades Práticas e das Lúdicas para a mãe e para o pai	80
Figura 2: Análise de variância da Responsabilidade Parental e da dimensão Irrequieto	82

RESUMO

Neste estudo pretendemos investigar a relação entre as representações de vinculação dos pais e mães e o temperamento da criança assim como a relação entre os modelos internos de ambos os pais e a responsabilidade parental, com base na teoria da vinculação, preconizada por Bowlby e Ainsworth.

Cooperaram no presente trabalho os pais e as mães de 58 crianças com idades compreendidas entre os 29 e os 38 meses. Estas frequentam seis salas de creche, em três estabelecimentos de ensino particular.

Utilizaram-se três instrumentos, tendo sido aplicados individualmente aos pais e às mães. As Narrativas de Representação de Vinculação em Adultos (Veríssimo et al., 2005) para avaliar a qualidade organizativa dos seus modelos internos dinâmicos. Através de palavras-chave os pais e as mães produziram Histórias adulto-adulto e Histórias adulto-criança, tendo o global, originado o Total das histórias.

O Infant Characteristics Questionnaire (Bates, 1980, adaptação de Veríssimo & Santos, 2003) para analisar as perspectivas de ambos os pais sobre a expressão temperamento da criança, nas dimensões Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irrequieto, Irregular e Tranquilo, nos seus comportamentos típicos quotidianos.

O questionário da Responsabilidade Parental (Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006) de modo a analisar a perspectiva dos pais e das mães sobre a divisão de tarefas e a responsabilidade parental nas dimensões Actividades Práticas e Actividades Lúdicas, relacionadas com a prestação de cuidados diários à criança no contexto família.

Procedemos à análise estatística dos dados recolhidos, de modo faseado: sendo a primeira a fidelidade interna de cada instrumento, e as seguintes, as correlações verificadas pelos instrumentos e as variáveis relacionadas com os pais, mães, criança e contexto, e por fim, as correlações existentes entre os resultados proporcionados por cada um.

Relativamente ao primeiro estudo empírico, centrámo-nos nos dados relativos às Narrativas de Representação de Vinculação em Adultos, obtendo-se os valores dos scripts de vinculação segura paternos e maternos (Waters e Rodrigues-Doolabh, 2004,

manual não publicado). Nas Histórias adulto-adulto, os valores obtidos nos scripts identificaram modelos internos dinâmicos de vinculação segura e verificámos serem independentes. Nas Histórias adulto-criança e no Total das histórias, constatámos existir concordância. Não foram encontradas associações significativas entre os modelos internos paternos e os maternos e as variáveis relacionadas com os pais, mães, criança e contexto. Não foram encontradas diferenças significativas em função do género da criança. Temos de ter em conta o facto de serem duas figuras que partilham o mesmo espaço, valores e convicções influenciando-se no que concerne a questões relacionadas com os seus filhos (Steele, Steele e Fonagy, 1996), dando suporte à concordância obtida nas narrativas que envolvem adultos e crianças.

No segundo estudo, analisámos as respostas dadas pelos pais e mães sobre as características temperamentais da criança, verificámos serem concordantes e não independentes (Bates, Freeland & Lounsbury, 1979). Na análise entre as perspectivas dos pais e mães e as variáveis relacionadas com ambos os pais, criança e contexto verificámos que as dimensões Difícil, Irrequieto e Irregular, na opinião do pai, encontram-se relacionadas com as idades dos pais e mães, habilitações literárias das mães e ao número de horas que a criança permanece na creche, respectivamente. Não foram encontradas diferenças em função do género da criança. Na opinião da mãe não encontramos elementos subjectivos. Bates e Bayles (1984, cit. por Bates, 1989a) reconhecem que encontram nas respostas das mães, suporte sobre a realidade objectiva dos comportamentos das suas crianças, ainda que as percepções parentais possam estar associadas a preconceitos desses mesmos comportamentos contextualizados.

No terceiro estudo, analisámos as respostas dadas pelos pais e mães no questionário de Responsabilidade Parental e verificámos existir a tradicional divisão de tarefas e da responsabilidade parental ao nível das Actividades Práticas, relacionadas com os cuidados diários à criança, enquanto nas Actividades Lúdicas constatámos a partilha das tarefas e da responsabilidade parental. As respostas dos pais e das mães demonstraram concordância, nem sempre sinónimo de partilha. Com base na média do total dos itens, na perspectiva dos pais e mães, a responsabilidade parental está a cargo de Quase sempre a mãe nas actividades relacionadas com a criança. Na análise de variância, verificámos uma discrepância nos valores inferiores das respostas das mães, comparativamente aos pais, considerando as respostas do questionário. Na análise entre as variáveis relacionadas

com os pais, criança e contexto e a divisão de tarefas na opinião do pai e mãe, verificámos que a partilha das Actividades Lúdicas decresce com o aumento da idade da mãe e as Actividades Práticas estão negativamente associadas à idade da criança quando entrou na creche. Não foram encontradas associações em função do género da criança. Neste sentido, Monteiro et al. (2006) e Gouveia et al. (1991) referem o envolvimento dos pais com os filhos bebés e idade pré-escolar, independentemente do género da criança.

Seguidamente, efectuámos a análise entre os pais e mães que não partilham e os que partilham as tarefas e as perspectivas de ambos sobre as dimensões do temperamento da criança. Verificámos que o pai que partilha, tem tendência para considerar o filho como menos difícil. O pai e a mãe que não partilham têm uma percepção comum, tradicional, sobre a irrequietude do filho comparativamente aos que partilham; a mãe que partilha dista da que não partilha e considera a criança mais irrequieta que o pai que partilha.

Posteriormente, correlacionámos os scripts de vinculação de base segura do pai e mãe e as características temperamentais da criança. Verificámos não existirem associações significativas na perspectiva das mães; no pai constatámos uma tendência para considerar que a mãe valoriza na criança, a dimensão do temperamento Adaptação negativa à mudança.

Bates (1989a), refere que a área do temperamento representa o estudo, em simultâneo, do desenvolvimento social humano e psicobiológico. Com base na perspectiva de Bates, sobre o constructo de temperamento, Vaughn e Bost (1999) encontram semelhanças com a teoria de Thomas e Chess, com um estilo comportamental e, ao mesmo tempo, como sendo uma co-construção social, em que a expressão das dimensões do temperamento são muito próximas, se não coincidentes com as dos comportamentos da criança nas relações de vinculação, numa constante adaptação e ajuste entre os comportamentos dos seus intervenientes. Sroufe (1985) considera que as características endógenas podem actuar em paralelo com os comportamentos de vinculação.

Seguidamente correlacionámos os scripts de vinculação do pai e mãe e os valores obtidos na divisão de tarefas dos que partilham e dos que não partilham. Verificámos não existirem de associações ou diferenças significativas. Na análise entre os scripts de vinculação do pai e da mãe e a responsabilidade materna e paterna dos que não partilham e dos que partilham as Actividades Práticas e as Actividades Lúdicas, constatámos não existirem associações ou diferenças significativas.

Os modelos internos dinâmicos de vinculação dos pais, mediadores da qualidade de prestação de cuidados e das interacções que estabelecem com os filhos (Veríssimo et al., 2005), referem-se às próprias memórias e à organização das experiências de vinculação na infância na família de origem (Main e Goldwyn, 1984a, 1998a, cit. por Hesse, 1999; Main et al., 1985, cit. por van IJzendoorn, 1995), sendo representações mentais que envolvem comportamentos afectivos e cognitivos, organizativos e orientadores dos comportamentos dos indivíduos (Main et al., 1985, cit. por Veríssimo et al., 2005).

Comparativamente a um passado recente, os pais, alvo deste estudo, demonstraram estar mais presentes no acto educativo, ainda que maioritariamente na vertente lúdica, assim como as mães demonstraram disponibilidade em partilhar as tarefas de natureza prática relacionadas com a criança, principalmente aquelas cujos filhos iniciaram a frequência da creche mais cedo.

INTRODUÇÃO

De acordo com a teoria da vinculação (Bowlby, 1969/2002, 1973/1998, 1979/1997), a criança constrói modelos internos dinâmicos do mundo, de si própria nesse mundo e de outros significantes, com base na repetição de experiências interactivas com a mãe e complementares com o mundo físico e social, tendo estas a função de auto-regulação dos comportamentos e no equilíbrio da relação de vinculação. Assim, os modelos internos das relações de vinculação envolvem componentes afectivas e cognitivas, com propriedades organizativas e de orientação dos comportamentos dos indivíduos (Main, Kaplan & Cassidy, 1985, cit. por Veríssimo, Monteiro, Vaughn, Santos & Waters, 2005) e representativos nas expectativas das posteriores interrelações (Bretherton & Munholland, 1999; Crowell & Treboux, 1995).

As relações de vinculação criança-pais, de acordo com Main, Kaplan e Cassidy (1985, cit. por van IJzendoorn, 1995), desenvolvem-se nas interacções da criança com os seus pais ao longo do primeiro ano de vida da criança, sendo também pressuposto que as representações parentais das experiências de vinculação passadas e presentes afectem o nível de sensibilidade e responsividade com que os pais reagem aos sinais do filho: os pais responsivos tendem a ter filhos seguramente vinculados, porém a insensibilidade e a não responsividade parental aos sinais da criança contribuem para o desenvolvimento da qualidade da vinculação criança-pais.

Por outro lado, Bowlby (1969/2002) defende que as expectativas iniciais da mãe sobre o seu filho influenciam o seu modo de interagir com a criança, assim como as suas experiências na família de origem e a longa absorção dos valores e práticas da sua cultura, no entanto, a criança também tem um papel a desempenhar. Schaffer (1996) defende que o temperamento não tem significado, se não fizer referência ao contexto social em que tem lugar. Neste sentido, e de acordo com o autor (op. cit., 1996), o temperamento não pode ser considerado independente das interacções do indivíduo com os outros, nas quais se manifesta.

Nos trabalhos percursores da teoria da vinculação, Bowlby (1949, cit. por Waters & Cummings, 2000) alertou para a importância da família como contexto de desenvolvimento da criança, com base nas suas primeiras interacções, sendo o seu estudo, um dos

desafios à actualização empírica. Num passado recente, as investigações centraram-se na mãe como sendo a principal figura da família na prestação de cuidados aos seus filhos e o pai considerado como o suporte económico do lar, assim como o elemento de autoridade e de disciplina (Arendell, 1999; Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983).

O quadro organizacional da estrutura familiar tradicional, tem vindo a alterar-se para um maior envolvimento do pai nos cuidados e no acto educativo dos descendentes, além de assumir a partilha das tarefas diárias (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000; Hwang & Lamb, 1997), sendo tão capaz como a mãe na prestação de cuidados à criança (Belsky, Gilstrap & Rovine, 1984; Lamb, 1987), podendo variar de uma sociedade para outra (Lamb, 1987; Tamis-LeMonda, 2004). Porém, as diferenças persistem na relação de vinculação criança-mãe e criança-pai (Lamb & Oppenheim, 1989, cit. por Cox, Owen, Henderson & Margand, 1992).

A investigação precedente orientou os estudos, principalmente, para questões de classificação de vinculação da criança-pais, sugerindo que a segurança da vinculação a cada um dos pais resulta do histórico das interações do adulto com a criança (Sroufe, 1985).

No âmbito deste trabalho, pretende-se investigar o contributo teórico e empírico na área da vinculação, do temperamento e da responsabilidade parental, a qualidade dos modelos internos dinâmicos de vinculação dos pais e das mães, a perspectiva de cada um sobre as características temperamentais dos seus filhos, assim como, a divisão das tarefas de responsabilidade parental, nas situações de prestação de cuidados à criança na rotina diária. Em consonância com as temáticas abordadas, passamos de seguida à revisão da respectiva literatura.

A Teoria da Vinculação

O trabalho pioneiro de Mary Ainsworth desafiou a conceptualização das relações criança-mãe, dando suporte empírico à estruturação teórica desenvolvida por John Bowlby, sobre o desenvolvimento da personalidade na criança, especificamente nos efeitos resultantes da separação da mãe. A parceria entre a abordagem inovadora, da pesquisa de campo de Ainsworth e os postulados básicos teóricos formulados por Bowlby, permitiram alicerçar a Teoria da Vinculação (Ainsworth & Bowlby, 1991).

O Modelo de John Bowlby

A principal questão que Bowlby (1969/2002) colocou como pesquisa, sendo psiquiatra de orientação psicanalítica, foi a de examinar as implicações teóricas sobre a reacção das crianças à perda temporária da mãe ou mesmo à sua privação e as consequências no desenvolvimento da personalidade, além de pretender a compreensão da natureza e da qualidade do “(...) relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo, que o bebé estabelece com a mãe.” (Bowlby, 1969/2002, p. X).

Perante a reconhecida evidência da Psicanálise, na explicação da personalidade adulta como tendo raízes na primeira infância, Bowlby (1969/2002) não encontrou suporte teórico explicativo, no alcance desta ciência. Por outro lado reconhece que, muito embora tenha sido a teoria precursora em relevar a relação social da criança como a base dos posteriores comportamentos, a investigação retrospectiva adoptada, extrapolando para a infância como raiz dos comportamentos da idade adulta, não se coadunava com os seus ideais, concretamente, a observação dos efeitos na criança decorrentes das experiências de separação das suas mães e o compromisso implicado no seu processo desenvolvimental. Outro ponto divergente, refere-se às necessidades fisiológicas do bebé, de gratificação oral e de conforto, sendo a mãe, a fonte de satisfação. Posteriormente, e como consequência, a criança vincular-se-ia à figura materna, distinguindo-a de outras.

Uma outra vertente da teoria freudiana, colocou o cerne da relação entre o bebé e a mãe, na dependência (Sroufe, Fox & Pancake, 1983), conceptualmente considerada como impulso adquirido por aprendizagem associada aos cuidados de gratificação prestados.

Bowlby (1969/2002) denominou esta tese, como teoria do impulso secundário, termo derivado da teoria da aprendizagem social, encarada na época como verdade axiomática.

A ênfase dada ao relacionamento inicial do bebé com a mãe, era devido não só à necessidade de resolução de problemas no desenvolvimento da criança, agravados pelos efeitos da II Guerra Mundial, assim como pela impenetrabilidade relacionada com a infância, geradora de respostas controversas no meio científico. Subscrito por Freud e pelos demais psicanalistas e teóricos da aprendizagem social, o bebé estabeleceria relação com a mãe após as várias experiências de satisfação das suas necessidades e de a reconhecer como um objecto exterior. O investimento na relação do bebé na mãe, seria devido às experiências de satisfação libidinal, ou no reforço de comportamentos de gratificação.

Apesar dos constructos de dependência e de vinculação serem muito semelhantes, (sinalização de choro, agarrar, obter proximidade) referem-se a conceitos diferentes mas relacionados com os comportamentos dependentes, que as crianças apresentam durante a infância (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1969/2002; Sroufe, Fox & Pancake, 1983; Weinfield, Sroufe, England & Carlson, 1999). Enquanto que dependência pressupõe atenção, ajuda, aprovação assim como outros comportamentos de procura de proximidade ou de contacto físico, Ainsworth (1969) realça como significante na dependência, o alcançado, o obtido, independentemente da pessoa, podendo variar consoante a situação; contudo, a vinculação é dirigida a alguém específico, eleito pelo bebé pronto a estabelecer laços de amor, não requerendo qualquer satisfação das suas necessidades fisiológicas (Bowlby, 1969/2002).

Dos vários estudos efectuados por Burlingham e Anna Freud, 1944, Provence e Lipton, 1962 e os de Spitz, 1946, 1965, citados por Bowlby (1969/2002), em bebés e crianças hospitalizadas e em instituições constatou-se que, embora alimentadas, as crianças privadas da mãe apresentavam sinais de angústia e de desespero. Os resultados dos trabalhos de Anna Freud e Dann, 1951 e os de Schaffer e Emerson, 1964a, citados por Bowlby (1969/2002), vieram reforçar a questão colocada por Bowlby, relativamente à gratificação da oralidade, que considerava desempenhar uma função secundária no comportamento de vinculação da criança à mãe.

A reflexão de Bowlby, segundo Bretherton (1992), continuava a incidir na qualidade e na natureza da primeira relação entre o bebé e a mãe ou figura materna. Contudo, não encontrando suficiente suporte teórico na Psicanálise, com carácter

explicativo das variáveis concorrentes para os efeitos observados, estava disponível a outras abordagens teóricas, como a Etologia, a Cibernética (sistemas de controlo), a Psicologia do Desenvolvimento e a Teoria do Processamento da Informação, nas quais fundamentou e formulou a Teoria da Vinculação.

A verdade axiomática da Psicanálise, estruturalmente oscilou, com o acolhimento dos trabalhos de Lorenz, desenvolvidos desde 1935 (e conhecidos nos anos 60), em Etologia, relativamente ao “imprinting” em patos e gansos recém-nascidos. As experiências de Harlow, 1961 e Harlow e Zimmermann, 1959, citados por Bowlby (1969/2002), com macacos reshus, demonstraram comportamentos de vinculação, independentes de alimento no primeiro caso, sendo que o seguinte foi conclusivo, pelo comportamento de vinculação assumido, quanto à preferência primária no conforto do contacto físico ao do alimento.

A aplicação dos princípios etológicos no estudo do comportamento humano, neste caso na área da vinculação e devido à concomitância de características comportamentais, com incidência no período pré-verbal, no seu estado mais puro, ou seja, menos alterado, tem sido uma mais-valia, quer conceptualmente, quer na individualidade de cada ser. Além disso, alertou para a necessidade de um maior enfoque na observação de comportamentos em meio natural de vida (Ainsworth & Bowlby, 1991), como método fidedigno na investigação.

Nesse sentido, Bowlby (1969/2002) afirma que o complexo sistema comportamental mediador de vinculação, evolui e desenvolve-se de modo estável na criança no seu meio ambiente familiar comum.

O Comportamento de Vinculação: Natureza e Função

O equipamento perceptual de que é dotado o recém-nascido, capta e processa estímulos provenientes do seu meio ambiente, existindo nele uma predisposição reactiva, típica em determinadas situações e idades. O modo como reage, quando lhe é dada opção ou até na mudança de estímulos, torna possível obter informação sobre as suas preferências (como por exemplo, alguns sons provocam choro e outros têm um efeito tranquilizador ou presta atenção ao movimento de pessoas e objectos, não acontecendo ao que está estático). As respostas diferenciadas do bebé, evidenciam a influência que exercem sobre o input sensorial que recebe, por ser selectiva. Bowlby (1969/2002) salienta que, as tendências inatas no bebé, favorecem o desenvolvimento da interacção social.

A reciprocidade nas interações, principalmente com a mãe ou figura materna, ou mesmo com outras pessoas, em virtude do bebé ter propensão para comportar-se de modo diferenciado com o ser humano (Bowlby, 1969/2002), facilita e fomenta o seu desenvolvimento, podendo não ser sinónimo de vinculação. No entanto, a proximidade da mãe permite que o bebé se familiarize com ela, despertando-lhe respostas comportamentais a determinado segmento de estímulos, produtores de satisfação e bem-estar quer no bebé quer na mãe, promotores de interação, associado à capacidade do bebé interagir, preferencialmente orientado para a mãe, de acordo com os estudos de Ainsworth, 1964 e Schaffer, 1979, citados por Bowlby (1969/2002), sendo maiores as probabilidades de estabelecer vínculos afectivos.

De acordo com as investigações de Decasper e Fifer, 1980 e MacFarlane, 1975, citadas por Bowlby (1969/2002), os bebés têm uma acentuada tendência a discriminarem os estímulos a que estão habilitados a dar resposta sejam de natureza visual ou auditiva ou através dos receptores olfactivos. As pesquisas indicam que durante o segundo semestre de vida o comportamento de vinculação desenvolve-se, para o qual contribuiu toda a vivência com a mãe ou figura materna da sua preferência. Posteriormente, o bebé reagirá a figuras estranhas, demonstrando medo. Contudo, o vínculo que o bebé estabelece com determinada pessoa ao inspirar-lhe confiança, segurança e protecção, persiste, mesmo na sua ausência, inicialmente protestando por sentir a falta da sua presença, prolongando-se durante a sua vida.

A mãe ou a figura materna eleita pela criança e os laços afectivos gradualmente estabelecidos têm sido alvo de estudos profundos, quer através de observação contextual quer no cruzamento de teorias, procurando na sua descodificação, o modo como interferem no desenvolvimento humano.

A metodologia utilizada por etólogos, permitiu aceder à compreensão dos comportamentos apresentados pelas diferentes espécies e a adaptação ao meio ambiente natural no decurso da sua evolução, sendo que cada espécie é distinta de outra, não só nas características físicas como também nas comportamentais. Bowlby (1969/2002) refere a tónica nos padrões de acção fixa, dada pelos diversos investigadores como Harlow, 1958, 1961, Lorenz, 1957 e Tinbergen, 1963, citados por Bowlby (1969/2002), relativamente ao conjunto de reacções comportamentais, característico de cada espécie, dotada de capacidade de adaptação ao seu meio ambiente.

As predisposições observadas nas várias espécies não humanas sustentam que, mesmo podendo os padrões de acção fixas serem instintivos, o seu funcionamento está dependente das capacidades dos que os detêm. Neste sentido, Bowlby (1969/2002) defende a existência de um potencial genético para desenvolver certos tipos de sistemas de comportamentos, que se adequam, quer na forma quer na sua natureza, ao meio ambiente onde ocorre o seu desenvolvimento.

Relativamente ao ser humano, “o meio ambiente de adaptabilidade evolutiva” (Bowlby, 1969/2002, p. 74), conceito proveniente da teoria da evolução proposto por Hartman em 1939, explícita que os organismos têm capacidade de adaptação ao meio ambiente, onde deverá ocorrer o estudo das suas características, no entanto a adaptabilidade refere-se ao meio ambiente e ao resultado final, decorrente do contexto.

A teoria do controlo de sistemas contribuiu significativamente para uma melhor interpretação dos laços que unem a criança à mãe, ao demonstrar a flexibilidade organizacional, específica do comportamento de vinculação, concordante com a visão de Bowlby (1969/2002). O sistema de comportamentos caracteriza-se por metas-corrigidas contínuas e orientadas para uma determinada meta (distintas dos padrões de acção fixa), hierarquicamente pré-estabelecidas, em interrelação funcional de comportamentos específicos.

O conceito de feedback, apresentado por Miller, Galanter e Pribram (1960, cit. por Ainsworth, 1969), central na teoria do controlo de sistemas, assume-se como um constructo de funcionalidade activa e desempenha um suporte analítico consecutivo a cada comportamento, quanto às suas consequências, antecipando o próximo. Nesta capacidade, faseada, concedida ao organismo humano, está implicado um potencial preparado para receber os efeitos dos comportamentos. Ainsworth (1969) crê como provável a existência de um código genético, facilitador de comportamentos de vinculação, através da interiorização dos modelos a que a criança acede.

A mudança de um comportamento organizado, seguido de outro sustentado no(s) antecedente(s), tendo por objectivo uma meta a alcançar, estruturalmente planeada e corrigida, em harmonia com a idade do bebé, ultrapassando o simples comportamento de resposta, plausível a um estímulo do mesmo tipo. Nesse sentido, a Psicologia do Desenvolvimento, na figura de Piaget (1936, cit. por Bowlby, 1969/2002), realçou a importância da estimulação do bebé, por parte da mãe ou figura materna, como oportunidade interactiva e exploratória do mundo, crucial para o seu desenvolvimento,

defendendo a ocorrência de modificações estruturais, motivadas pelos processos activos de assimilação e acomodação presentes no bebé, sendo activadas através de interacções entre o organismo e o meio ambiente (Piaget, 1952, cit. por Ainsworth, 1969).

Os estudos experimentais efectuados por White e Held (1966, cit. por Bowlby, 1969/2002) em bebés institucionalizados, corroboraram os pressupostos de Bowlby e Piaget, quanto aos efeitos no desenvolvimento da criança, decorrentes da ausência de oportunidades de estímulos em ambientes carenciados. Ao longo do percurso desenvolvimental, os sistemas comportamentais simples inicialmente manifestados pela criança, complexificam-se e gradualmente são superados, devido à criança estar cada vez mais consciente das metas fixadas para o plano a que se propôs, corrigindo-as sempre que necessário.

Nesta perspectiva, Piaget (1947, cit. por Bowlby, 1969/2002) refere que a modificação de um comportamento de resposta a um dado estímulo é organizado com base na inteligência sensório-motora, sendo simultaneamente organizativo do pensamento simbólico e pré-conceptual de comportamentos, como os corrigidos para a meta, com a crescente capacidade em relacionar os planos que vai delineando, detectando incompatibilidades, ordenando-os de novo, além de ser capaz de priorizar comportamentos.

Bowlby (1969/2002) infere ao comportamento posterior do bebé, o feedback do antecedente, sendo que o processo de informação resultante dos estímulos proporcionados, associados às suas características singulares, em contextos promotores de desenvolvimento, disponibilizam informação ao bebé, essencial e facilitadora da construção do próprio mapa cognitivo (Young, 1964, cit. por Bowlby, 1969/2002). A realização de qualquer meta fixada requer um mapa cognitivo, construído através do equipamento perceptual sobre o seu meio ambiente em que a criança guarda e selecciona informação, de modo a poder formular comportamentos para as metas, para resultados previsíveis.

As diferentes abordagens teóricas próximas da de Bowlby, e a compreensão da teoria do controlo de sistemas, permitiram aprofundar a tese anterior de 1958, e sustentar a sua reformulação, publicada em 1969 (Ainsworth, 1969). Inicialmente, e ainda sob orientação psicanalítica, enuncia como proposição, que a vinculação do bebé à mãe, surge em diversos sistemas comportamentais relativos à espécie, sendo independentes uns dos outros, emergindo em momentos diferentes, orientados para a mãe como objecto principal.

O comportamento de vinculação foi concebido como unidireccional, entre o bebé e a mãe, com efeitos bidireccionais, sendo os cuidados maternos (Bowlby, 1969/2002), as respostas da figura de vinculação. Nesse sentido, o autor (op. cit.1969/2002) descreve padrões comportamentais, classificando-os como comportamentos vinculativos: chorar, sorrir, palrar e mais tarde chamar, seguir, agarrar e chupar, sendo que os três primeiros são entendidos pelo efeito de sinalização que produzem, aproximar e manter a mãe junto do bebé; os seguintes considerados de aproximação, mas neste caso, do bebé à mãe. O autor (1969/2002) perspectiva que no decorrer do primeiro ano de vida, o bebé além de dirigir os comportamentos vinculativos, com enfoque na mãe, também os integra.

Bowlby (1969/2002) sustenta a existência dos mesmos padrões comportamentais, mas enquadrados teoricamente num ângulo de visão diferente, que engloba as formas subtis dos sistemas comportamentais em relação ao controlo sobre o comportamento instintivo. Assim, postula que nas idades compreendidas entre os nove meses e o ano e meio, os sistemas comportamentais simples são incorporados em sistemas mais elaborados designados por sistemas corrigidos para a meta, sendo estes organizados e activados com o objectivo específico da proximidade materna.

O autor (1969/2002), numa análise retrospectiva, compara o teor das diferentes teses, descrevendo a primeira como a teoria de respostas de componente instintiva e a contemporânea por teoria de controlo de comportamento de vinculação. Contudo, propõe que “(...) o vínculo da criança com a sua mãe é um produto de actividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível.” (Bowlby, 1969/2002, p. 221). No entanto, o comportamento de vinculação pode ser activado ou estar inactivo, como produto da informação processada pelos sistemas reguladores de segurança, também designados por sistemas de controlo, consoante a situação da criança (fadiga, sono, despertar, entre outras), não se verificando o mesmo com a vinculação, quando estabelecida persiste durante toda a vida da pessoa.

Bowlby (1969/2002) salienta que os sistemas comportamentais de vinculação têm a função biológica de protecção dos predadores e de sobrevivência, termo aplicado por Murphy (1964, cit. por Bowlby, 1969/2002). Não obstante, a sua interpretação é decorrente da teoria da evolução, em que um dado comportamento, por especiação, é incorporado no equipamento biológico da espécie. Ambas as situações antecipam os comportamentos da mãe ou figura materna, no sentido de proteger e transmitir segurança à criança.

Em consonância com a função de um comportamento e a previsibilidade daí resultante, nem sempre se efectiva, devido a ser “(...) propriedade de um determinado sistema num particular indivíduo.” (Bowlby, 1969/2002, p. 156). São consideradas condições básicas e necessárias para que um comportamento exerça determinada consequência funcional, como estar enquadrado no ambiente de adaptabilidade evolutiva (e.g. a chucha não alimenta um bebé com fome); uma segunda razão, se não a mais substancial, não só pela provável irreversibilidade, limitando o comportamento, por compromisso do próprio equipamento, ainda que em meio ambiente de adaptabilidade evolutiva favorável. Assim, o sistema comportamental apesar de se ter organizado, durante o seu desenvolvimento, para um resultado previsível, regista-se a não funcionalidade do sistema, por não reunir os requisitos para o efeito, não implicando a impossibilidade de comportamentos de vinculação.

O autor (1969/2002) defende a existência de sistemas comportamentais mediadores de vinculação, no recém-nascido, assim como a sua predisposição para, serem activados, através de estímulos que irão fortalecendo ou não o próprio sistema, assim como a sua finalização. Assim, muitos dos comportamentos de vinculação da criança, segundo Bowlby (1969/2002), são mediados por sistemas comportamentais, quando desenvolvidos têm por meta a proximidade materna. No entanto, quando esta é alterada, quer pela própria criança quer pela mãe ou figura materna, os sistemas comportamentais são activados na criança, até que seja restabelecida essa proximidade.

Os comportamentos mediadores de vinculação, são qualificados em três classes: os de orientação, os de sinalização e os de execução (Ainsworth, 1969). A criança ao assumir um destes comportamentos tem por pretensão manter próxima de si a mãe, através das suas capacidades visuais e auditivas orientando-se para ela e seguindo-a ou localizando-a através do som; um outro comportamento tipo, habitual na criança, reside na mensagem através do choro, do sorriso, quando balbucia ou chama e mesmo quando gesticula, entre outros, irá atrair a atenção da mãe, e provavelmente, aproximá-la ou só interagir; por outro lado, o desenvolvimento do aparelho locomotor irá proporcionar à criança, sempre que possível, deter a capacidade de regular essa proximidade. Assim, Ainsworth (1969) refere a relação entre os comportamentos mediadores de vinculação, assumidos pela criança, com o grau de desenvolvimento cognitivo e com a descoberta que faz das suas potencialidades, mantendo-se um equilíbrio dinâmico nos comportamentos da criança, de constante procura de proximidade com a mãe e de comportamentos maternos sensíveis e responsivos.

Na opinião dos diversos investigadores que contribuíram para a edificação teórica da vinculação, os sistemas comportamentais estão organizados estruturalmente e de modo simples. Do repertório de comportamentos vinculativos da criança, fazem parte o choro, a sucção, o agarrar e a orientação do bebé, a que se vêm juntar um pouco mais tarde, e por fases, os restantes, que são condicionados por variáveis orgânicas e ambientais, reguladores em intensidade e em consistência, dos posteriores comportamentos. Ainsworth (1963, cit. por Bowlby, 1969/2002) relaciona a fome, a fadiga, a doença e a infelicidade, com as orgânicas, às quais Schaffer e Emerson (1964, cit. por Bowlby, 1969/2002), agregam a fadiga, a dor e a doença, de carácter persistente e intenso. Relativamente às ambientais, as pesquisas revelam unanimidade, em situação de medo, evidenciando comportamentos vinculativos.

O recém-nascido desenvolve desde logo comportamentos de vinculação e, na opinião de Bowlby (1969/2002), englobam quatro fases, sendo que tem o seu início com a orientação e sinais com discriminação limitada da figura, seguida da orientação e sinais dirigidos para uma figura discriminada (ou mais) na manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais. A finalizar esta etapa a formação de uma parceria corrigida para a meta. O autor (op. cit., 1969/2002), refere que no princípio o bebé discrimina os estímulos que activam e finalizam os comportamentos vinculativos, ainda que de modo muito frágil mas indelével, sejam de natureza auditiva, olfactiva, táctil, visual ou cinestésicos e a passagem para a fase seguinte assim como para as seguintes, é de forma imprecisa.

Na fase inicial, durante os dois ou três primeiros meses, o bebé discrimina através de estímulos olfactivos e auditivos essencialmente, e reage socialmente, ao seguir os movimentos dos que estão próximos ou mesmo sorrir, balbuciar e alcançar (Wolff, 1963, cit. por Bowlby, 1969/2002), mas são independentes de qualquer orientação específica para alguém. Contudo, o bebé já manifesta gosto com a proximidade de outra pessoa.

Relativamente a esta fase, Ainsworth (1969) refere a divergência de Bowlby e de Piaget, quanto aos padrões de comportamento inatos no bebé, sendo que Bowlby sugere a existência de comportamentos similares aos padrões de acção fixa, como nas espécies animais, enquanto que para Piaget (1952, cit. por Ainsworth, 1969) estes demonstram serem reflexos do primeiro sub-estadio do período sensorio-motor. Contudo, a capacidade do bebé em discriminar, aproxima ambas as teorias, que sustentam a hipótese de padrões de comportamentos vinculativos, presentes desde o nascimento, sendo a base de

futuros comportamentos mais organizados. Da revisão de literatura efectuada por Bowlby (1969/2002) às diversas investigações efectuadas sobre as potencialidades do bebé, como os estudos de Reingold, 1961, Robson, 1967, Schaffer e Emerson, 1964 e de Walters e Parke, 1965, apresentam resultados que apontam para a sua existência, o que provavelmente justifica a influência que produzem, nos comportamentos de quem as acompanha.

Na segunda fase, até cerca dos seis meses, os comportamentos vinculativos de sinalização acentuam-se e tornam-se mais evidentes as reacções do bebé aos estímulos auditivos e visuais, vocalizando e sorrindo, e até nas posturas que já consegue assumir. Neste período, e de acordo com as observações efectuadas pelos diversos investigadores, como Ainsworth, 1967, Wolff, 1963 e Yarrow, 1967, citados por Bowlby (1969/2002), os episódios de desenvolvimento dos comportamentos vinculativos orientam-se preferencialmente para a mãe ou figura materna.

Bowlby (1969/2002) sublinha esta fase, entre os 6 e os 24 meses, pela plenitude que assumem, a nível organizacional, os comportamentos de vinculação. Devido às experiências sociais no meio ambiente, a criança detém um repertório alargado de respostas e, ao mesmo tempo torna-se mais selectiva na escolha das pessoas. O desenvolvimento da locomoção permite-lhe não só explorar o meio, assim como aproximar-se ou manter-se junto da figura preferida (Décarie, 1969, cit. por Bowlby, 1969/2002), funcionando esta como um porto de abrigo. Assim, os sistemas de comportamento vinculativo da criança são organizados em termos de plano e corrigidos para a meta, tornando-se evidente o comportamento de aproximação da criança em relação à mãe, sendo esta o objectivo constante, através da flexibilidade das técnicas a que a criança recorre para o atingir.

Bowlby (1969/2002) sublinha os estudos efectuados em sociedades completamente diferentes, os de Ainsworth em 1967 e os de Schaffer e Emerson em 1964, os quais sustentam resultados muito semelhantes quanto aos comportamentos de vinculação manifestados pelas crianças, muito embora o primeiro estudo diferisse quanto a critérios, muito mais amplos, em relação ao segundo, que era de um único.

Durante as experiências que fez anteriormente, principalmente as associadas à locomoção e à sinalização no período precedente e neste, pelo acesso ao meio ambiente, a criança constrói o seu mapa cognitivo que, gradualmente, actualiza em paralelo com os sistemas de comportamentos corrigidos para a meta. Nesta última fase, entre os dois e os três anos de idade, a criança concebe a mãe como independente de si, persistindo

no tempo e no espaço (Ainsworth, 1967 cit. por Bowlby, 1969/2002), e mesmo que a mãe se movimente, é previsível para a criança localizá-la, por antecipação. As transformações comportamentais, ocorrem em simultâneo com o desenvolvimento cognitivo e adquirem maior plasticidade, tornando-se mais sofisticadas quer no modo do comportamento exibido, quer nos planos a atingir.

Assim, a mãe que até aí era o seu porto de abrigo, além de o continuar a ser, os comportamentos da criança transformam-se em parcerias de objectivos corrigidos para a meta (Bowlby, 1969/2002), por conseguir perceber os comportamentos da mãe e os seus objectivos, a criança direcciona os seus planos para atingir o seu próprio objectivo, por estar apta a antecipar os comportamentos da figura a quem se vinculou.

Durante este período a criança começa a compreender o que influencia o comportamento da mãe e o modo como o alterar. Por acomodação dos seus comportamentos e associando-os aos objectivos maternos, torna-se-lhe possível modificar os comportamentos da figura a quem se vinculou para os orientar no sentido do seu objectivo. Ainsworth (1969) denomina este constructo como competência cognitiva, por enquadrar a capacidade da criança em ter a perspectiva do outro, percebendo também a ausência da mãe ou figura materna, além de outros significantes no seu meio ambiente.

Bowlby (1969/2002) considera que, a criança que estabelece um plano de meta fixada, no qual está implicado o plano de outra pessoa, além de requerer competência cognitiva, também necessita de modelos que previsivelmente dão suporte aos seus objectivos. Nesta perspectiva, a criança percebe e atribui aos outros a capacidade que ela própria detém, de metas e planos, inferindo através dos comportamentos que assume, quais as suas metas para assim poder formular o seu próprio plano, de modo a produzir nos outros o efeito que deseja. Embora esta capacidade da criança, em perceber que os outros também têm objectivos, possa estar estabelecida por volta dos dois anos, Bowlby (1969/2002) afirma que a competência da criança para tal, ainda é muito elementar, desenvolvendo-se lentamente e consoante as oportunidades de vida que lhe são proporcionadas.

Relativamente ao modo como a criança desenvolve a capacidade de perceber o ponto de vista de outra pessoa Light (1979, cit. por Bowlby, 1969/2002) defende a contingência ao comportamento materno, quanto à receptividade dos comportamentos da própria criança. Ainda sobre esta potencialidade, Bowlby (1969/2002) assume uma posição diferente e distanciada da de Piaget, quanto ao conceito de egocentrismo, ao

inferir que somente poderá estar relacionado com o desenvolvimento das funções cognitivas da criança, na construção dos seus próprios modelos internos.

Os estudos desenvolvidos por Zanh-Waxler, Radke-Yarrow e King (1979, cit. por Bowlby, 1969/2002) sustentam a crescente capacidade cognitiva da criança em perceber o outro, sendo no entanto, insuficiente nos primeiros anos de vida, mesmo que expresse preocupação com o bem-estar do outro. Bowlby (1969/2002) confere à criança a capacidade de construir o seu próprio “mundo interno” desde o final do primeiro ano, acentuando-se durante o segundo e o terceiro ano de vida, associado à capacidade da linguagem e do jogo simbólico. Com base na informação, principalmente a veiculada pela mãe ou figura materna, a criança acede à construção dos modelos dinâmicos internos quando elabora planos, dos mais simples aos mais complexos, em que os posteriores se alicerçam no quadro referencial dos primeiros. Neste sentido, “(...) a construção e elaboração dos modelos funcionais estão ocorrendo contemporaneamente com o nascimento e desenvolvimento da capacidade de uma criança planejar.” (Bowlby, 1969/2002, p. 437).

Os modelos funcionais ou internos são o suporte da capacidade perceptual e de avaliação da criança, relativamente ao mundo físico, que engloba a mãe e outras pessoas significantes, assim como constrói modelos de si própria, de acordo com as experiências responsivas e o grau de acessibilidade à figura com quem se vinculou.

Como idade privilegiada para estabelecer a vinculação, Bowlby (1969/2002) refere a que medeia os dois e os três anos, tendo o comportamento materno grande influência na sua activação, nomeadamente em situações imprevisíveis para a criança, como a sua ausência ou partida ou por desencorajamento de proximidade. Enquanto que a proximidade materna inspira segurança à criança, encorajando-a a ser capaz de se afastar para explorar o meio e retornar à mãe sempre que deseja, para de novo continuar na descoberta do espaço; o mesmo não acontece, quando essa proximidade é vedada por parte da mãe, sendo a criança que procura transpor ou restabelecer através de comportamentos de vinculação.

Depois de estabelecida a relação, os comportamentos de vinculação apresentam um decréscimo em quantidade e intensidade, embora permaneçam ao longo de toda a vida do indivíduo, opostamente aos períodos críticos de imprinting, resultantes das investigações que Lorenz efectuou. Bowlby (1969/2002) refere como provável a existência de períodos sensíveis no desenvolvimento humano, entre os seis meses e os três anos de idade, mas sempre associados aos efectivos cuidados maternos e em ambiente favo-

rável. Este período prolonga-se até aos cinco anos, ou talvez mais, em que a criança continua a desenvolver expectativas quanto à mãe ou à figura materna, relativamente à sua disponibilidade, para a proteger e inspirar-lhe segurança numa relação estável.

De acordo com o postulado pela teoria da vinculação (Bowlby, 1969/2002), a sua função biológica reside na protecção contra os predadores e na subsequente activação dos comportamentos de vinculação, decorrentes do valor de sobrevivência da espécie existente no potencial genético de cada ser. Bowlby, fortemente influenciado pela obra de Darwin (1850, cit. por Bowlby, 1979/1997), relativamente ao reportório singular de padrões comportamentais originados através do processo de selecção natural, em que são preservadas as variações continuamente acumuladas, biologicamente consideradas como vantajosas (Tinbergen, 1955, cit. por Bowlby, 1979/1997), muito embora os comportamentos sejam variáveis e modificáveis de algum modo, sendo marcas distintas de cada espécie, no seu meio ambiente de adaptabilidade evolutiva.

Nesta perspectiva, os padrões comportamentais comuns, que caracterizam o ser humano são herdados, no entanto, e de acordo com Bowlby (1979/1997), o modo como se desenvolveram ou adquiriram formas peculiares, relaciona-se também, com a natureza do seu meio ambiente.

Alguns estudos empíricos foram efectuados nos anos 30, sobre situações que despertam o medo em seres humanos, como os de Jersil e colaboradores, Jersild e Holmes, 1935 e Jersild, 1943, citados por Bowlby (1973/1998). Estes investigadores verificaram a existência de situações específicas, comuns a crianças entre os dois e os cinco anos, às quais demonstraram medo: ruído ou eventos associados a ruído, altura, pessoas estranhas ou pessoas conhecidas mas vestidas de modo diferente, objectos ou situações insólitas, animais e dor ou pessoas relacionadas. Por outro lado, Hinde (1970, cit. por Bowlby, 1973/1998) observou que nem só o Homem evidencia medo em situações nem perigosas nem dolorosas, verificando-se o mesmo na maioria das espécies animais.

Neste sentido, e decorrente das diversas abordagens, Bowlby (1973/1998) que dedicou bastante atenção ao sistema comportamental de medo, afirma que as reacções apresentadas pelas crianças, são formas comportamentais de redução de riscos. Assim, a reacção de medo, expressa por comportamento, é a forma causal utilizada para activar a função biológica do comportamento de vinculação – a protecção contra os predadores – a fim

de obter a proximidade da figura a quem se vinculou, de modo a proporcionar-lhe conforto, desactivando o sistema comportamental, restabelecendo-se o equilíbrio emocional na criança.

De acordo com esta perspectiva, Bowlby (1973/1998) advoga a existência de indícios naturais comuns à criança perante alguns factos, não pelo próprio estímulo em si mas pelo aumento da probabilidade de perigo, atribuído pela criança quando assustada, como atirar-se ao ver uma pessoa estranha ou esconder-se, com a grande possibilidade de ocorrência de situações de risco, por estar assustada.

Contudo, a combinação de vários factores ao provocarem medo na criança, denominados compostos (Bowlby, 1973/1998), têm um efeito superior na activação desse sistema de comportamentos, como evitar, afastar-se ou explodir numa crise de choro, comparativamente a uma situação caracterizada por um único factor de risco (Jersil & Holmes, 1935, cit. por Bowlby, 1979/1997) estando patente em qualquer das situações, o objectivo do comportamento da criança, distanciar-se ou eliminar o que é temido. Não obstante, Kobak (1999) refere que a vertente cultural influi nas aprendizagens da criança através da observação ou por associação, das reacções dos outros em circunstâncias similares.

No entanto, a criança também sente medo de estranhos mesmo na presença da mãe, intensificando-se quando aquela se ausenta (Ainsworth, 1967, cit. por Bretherton, 1992) em concordância com a qualidade do seu padrão de vinculação (Bowlby, 1969/2002), sendo activados em simultâneo, na maioria das vezes, pelas mesmas circunstâncias (Bowlby, 1973/1998).

O desenvolvimento da vinculação entre a criança e a mãe ou figura materna (Bowlby 1969/2002) como fenómeno comum na infância, através de comportamentos vinculativos inerentes, alicerça-se na individualidade que caracteriza cada um dos seres, nas interacções da díade assim formada e no meio ambiente a que pertencem.

O Contributo de Mary Ainsworth

Os projectos exploratórios desenvolvidos, desde 1953, por Ainsworth (1963, 1967, cit. por Bretherton, 2003) com crianças e suas mães, quer no Uganda quer em Baltimore,

sobre as mudanças desenvolvimentais e as diferenças individuais observadas em culturas diferentes, e enquadradas em padrões interactivos, deram suporte empírico à emergente reformulação dos pressupostos teóricos de Bowlby em 1958, conducentes ao princípio de universalidade da vinculação, preconizada por Bowlby (1969, cit. por Bretherton, 2003).

A teoria da segurança, formulada por Blatz, relativamente ao desenvolvimento da personalidade, e distanciada da visão da criança dependente na vertente teórica freudiana, produziu um impacto substancial em Ainsworth (1940, cit. por Ainsworth & Bowlby, 1991; Bretherton, 1992, 2003), desenvolvendo-a de imediato, como suporte empírico à própria dissertação.

De acordo com Blatz (1996, cit. por Ainsworth & Bowlby, 1991; Bretherton, 1992, 2003), as crianças desenvolvem uma dependência segura com os pais, que as encorajam na descoberta do seu meio envolvente. Este teórico postula a existência de vários tipos de segurança, sendo que, inicialmente as crianças desenvolvem a “segurança dependente imatura” com as figuras parentais, no que concerne à responsabilidade daqueles, quanto às consequências dos seus comportamentos. No entanto, a dependência infantil é na razão inversa à idade, pois o comportamento exploratório associado à inaudita curiosidade das crianças decresce com a aquisição de competências cognitivas e sociais, tornando-se cada vez mais autónomas e com maior segurança independente.

Assim, a disponibilidade parental, principalmente nas ocasiões que a criança manifesta intranquilidade, inibindo-a de prosseguir os seus intentos, assume-se como relevante, através do conforto e da confiança, proporcionando-lhe uma base segura, favorável a continuar nas suas mais recentes experiências – descobrir e explorar. A crescente segurança dependente matura, assente nas fases anteriores, permitir-lhe-á sentir-se segura das suas competências e conhecimentos, desenvolvendo sentimentos de confiança e apoio emocional nas relações que estabelecerá com os outros (Sroufe & Waters, 1977).

Porém, nem todos os indivíduos desenvolvem maturidade na segurança dependente, permanecendo imaturamente dependentes. Ainsworth (1940, cit. por Bretherton, 1992) reconhece, como fundamental para as crianças, o desenvolvimento de dependência segura com os seus pais. Nessa perspectiva Ainsworth (1940, cit. por Bretherton, 1992, 2003), refere que o princípio fundamental da teoria da segurança reside na dependência segura das crianças perante os seus pais ou de quem delas cuida, para que possam explorar

o seu meio ambiente favorecendo não só o seu crescimento como o desenvolvimento de segurança independente.

Alicerçando-se nos pressupostos da teoria de Blatz e no trabalho de pesquisa que desenvolveu, quer em Toronto quer em Londres sob a orientação de Bowlby, Ainsworth (1963, cit. por Bretherton, 2003) empreende o primeiro estudo observação naturalista no Uganda, pretendendo explorar a hipótese geradora da angústia, para validar o postulado na teoria da vinculação.

No trabalho de campo que efectuou junto de várias famílias, em que observou os sinais e os comportamentos das crianças dirigidos para a mãe, foram o princípio ímpar na investigação, relativamente a individualidade de cada criança e à qualidade da interacção estabelecida entre o bebé e a mãe (Ainsworth, 1963, 1967, cit. por Bretherton, 1992).

É durante esta investigação, de carácter etológico (Ainsworth, 1967, cit. por Bretherton, 2003), que recorre ao fenómeno teórico de Blatz, no qual se enquadram os padrões comportamentais assumidos pelas crianças para com as suas mães, considerada como figura de vinculação de base segura, para partilharem algo ou procurarem conforto enquanto exploram o seu meio ambiente (Ainsworth, 1967, cit. por Bretherton, 2003).

A problemática a explorar por Ainsworth (1967, cit. por Bretherton, 2003), encontrou nesta pesquisa, o terreno fértil para desenvolver o conceito de base segura, no qual estão implicados os conceitos de sensibilidade materna para responder aos sinais emitidos pelo bebé, assim como à natureza das interacções criança-mãe. As observações efectuadas ao longo de várias entrevistas, às mães de bebés, de idades compreendidas entre um e os vinte e quatro meses, sugerem três padrões de vinculação, decorrentes da dinâmica que cada um dos membros da díade mãe-criança imprime à interacção, de natureza assimétrica, quer na procura de proximidade e de exploração quer na sensibilidade e responsividade materna.

Assim, as crianças com vinculações seguras choravam pouco e exploravam o meio ambiente na presença da mãe manifestando satisfação, sendo que as mães demonstravam serem sensíveis e espontâneas, quer nos relatos sobre os seus filhos quer na responsividade aos sinais da criança; as crianças com vinculações inseguras choravam com frequência ainda que a mãe estivesse presente e com a criança ao colo, esta não demonstrava interesse na exploração do meio circundante. Opostamente às anteriores, estas mães denotavam

insuficiente acessibilidade aos comportamentos do filho; o último padrão engloba as crianças nas quais foi constatada a inexistência de qualquer tipo de vinculação com a mãe, sendo que não evidenciavam qualquer comportamento diferencial para com aquela.

Relativamente aos diversos padrões comportamentais observados, como mediadores na formação da vinculação, Ainsworth (1963, 1967, cit. por Bretherton, 1992) sugere uma correlação positiva entre a vinculação segura e a sensibilidade materna efectiva.

A reflexão de Ainsworth (1967, cit. por Bretherton, 2003), decorrente do projecto do Uganda, é predicativa relativamente à vinculação entre a criança e a sua mãe, não sujeitando o desenvolvimento da competência e da independência na criança, como o postulado pela teoria da segurança de Blatz (1940, cit. por Ainsworth, 1988; Bretherton, 2003), contudo, confere suporte e favorece o desenvolvimento da autoconfiança (Ainsworth, 1967, cit. por Bretherton, 2003). Bretherton (1992) afirma que a mútua influência, na teoria de Bowlby e na investigação naturalista de Ainsworth, foi crucial para a reformulação teórica da vinculação, apresentada em 1969.

As experiências que Ainsworth desenvolveu numa cultura africana, foram conducentes ao empreendimento de um estudo longitudinal efectuado em Baltimore em 1963, tendo por metodologia de observação em contexto natural da criança e sua mãe, como o anterior, mas complementado com um outro ambiente, o laboratório. Ainda em período de gravidez, um número substancial de mães aderiram ao estudo que teve o seu início após o bebé ter um mês até à idade de um ano. Além do estudo das diferenças individuais, e dos padrões comportamentais, quer o materno quer o da criança, em situações contextualizadas, neste caso na própria residência, os resultados foram equacionados quanto à sensibilidade e responsividade materna para com o seu bebé, objectivando a construção de escalas classificativas (Ainsworth & Bowlby, 1991) para avaliar a segurança na vinculação (1969, cit. por Bretherton, 1992, 2003).

Ainsworth coadjuvada por Wittig em 1969, concebe o procedimento em laboratório designado por Situação Estranha, baseando-se no estudo de macacos reshus efectuado por Harlow (1961, cit. por Bretherton, 1992, 2003), com o qual pretende analisar a organização e equilíbrio entre os comportamentos de vinculação e os exploratórios, em crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 20 meses, com recurso a diferentes condições de tensão pré-estabelecida (Bretherton, 1992).

No âmbito do método inovador, Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978, cit. por Ainsworth & Bowlby, 1991), consideram como subjacentes três noções: a noção de base segura, em que a criança explora o ambiente, por antecipar a sensibilidade dos comportamentos maternos que lhe conferem confiança e a encorajam a prosseguir; uma segunda noção, a de protesto da criança quando separada da mãe, num ambiente desconhecido, em que é a única figura de referência; e, por último, decorrente da situação anterior a sua reacção à presença de um estranho ainda que acompanhada pela mãe, a saída materna com a permanência do estranho, e o posterior regresso da mãe.

Da aplicação dos procedimentos da Situação Estranha realizada em laboratório, apetrechado com vários materiais, constam de oito episódios seriados num total de vinte minutos, em que a criança entra com a mãe na respectiva sala para posteriormente se juntar à díade mãe-criança, uma figura feminina estranha à criança, que interage com a criança, enquanto a mãe sai da sala para regressar passados alguns momentos. Nova separação surge, na ordem inversa, primeiro a figura estranha e só depois a mãe.

As múltiplas situações vivenciadas pela criança, em que as condições de crescente e moderada tensão, constituem a oportunidade para estudar as diferenças individuais do bebé em relação à mãe bem como dos comportamentos exploratórios, em que a assume como base segura, tornando possível estabelecer a taxonomia dos tipos de vinculação em três grupos: o grupo seguro (B), e o grupo inseguro que se subdivide em evitantes (A) e em ambivalentes ou resistentes (C), conforme Ainsworth et al., (1978, cit. por Solomon & George, 1999). Posteriormente, à taxonomia original, foi agregado um quarto grupo, classificado como desorganizado/desorientado (D), por Main e Solomon (1990, cit. por Solomon & George, 1999).

Nas relações de vinculação segura, a criança explora o ambiente, ainda que numa situação estranha, no qual a mãe é a base segura e a ausência materna ou na presença de um estranho, apesar da criança sinalizar a sua falta, quando se reúnem, recebe-a com sorrisos, gestos e vocalizações. No caso de perturbação, como efeito da ausência materna, algumas crianças recorrem ao protesto, outras enviam sinais ou aproximam-se para obterem contacto e conforto, para em seguida continuarem a explorar tranquilamente.

No pólo oposto, as relações de vinculação insegura caracterizam-se por dois tipos de relações, sendo que as crianças evitantes, tal como são denominadas, evitam interagir com a mãe no momento em que se reúnem, ignorando-a ou até afastando-se, ainda que

durante a separação a procurasse. As crianças assim classificadas tendem a ter comportamentos para com os estranhos, semelhantes aos que têm para com a mãe; as crianças ambivalentes ou resistentes demonstram procurar a proximidade materna e o seu contacto, ao mesmo tempo que se retraem e resistem à interacção com a mãe, assim como no seu comportamento exploratório quando da separação com a mãe, demonstram grande perturbação, no entanto, quando do reencontro, podem alternar comportamentos de contacto com outros de rejeição ou ainda assumirem um comportamento passivo ou de grande irritação. Na presença de estranhos demonstram inquietação. As crianças assim classificadas apresentam dificuldade em serem consoladas, mesmo pela mãe.

Relativamente à classificação mais recente de relação de vinculação (Main & Solomon, 1990, cit. por Solomon & George, 1999), a desorganizada/desorientada, as crianças demonstram comportamentos que carecem de objectivos, de intenção e sem nexos, sendo alguns contraditórios, exibindo diversos comportamentos simultaneamente, assim como movimentos que não se coadunam com a situação. Estas crianças revelam medo ou apreensão para com os seus pais, e sempre associadas a estados de confusão e desorientação, essencialmente, pela peculiar incoerência nas estratégias de vinculação, não sendo sinónimo de não poderem apresentar padrões de uma vinculação organizada (B, A, C).

Com base na observação clínica de Ainsworth, em parceria com Robertson em 1950 (Bretherton, 1992) e, essencialmente, na inesquecível pesquisa de campo no Uganda, Ainsworth e o seu grupo de trabalho em 1978 (Ainsworth, 1967, cit. por Bretherton, 2003), apresentaram a análise dos dados recolhidos ao longo do estudo longitudinal de Baltimore, em que além dos comportamentos dos bebés também foram alvo de estudo os comportamentos de interacção mãe-bebé (Ainsworth & Wittig, 1969, cit. por Bretherton, 2003), quer nas observações realizadas em casa quer em Situação Estranha, quanto à sensibilidade materna aos sinais da criança.

Nesse sentido, as mães de crianças seguramente vinculadas manifestaram comportamentos sensíveis nos primeiros três meses de vida da criança, enquanto que as mães de crianças evitantes demonstraram rejeição, principalmente ao contacto físico. As mães de crianças ambivalentes/resistentes, apresentaram responsividade inconsistente aos comportamentos de vinculação do bebé, sendo algumas sensíveis aos sinais, mas maioritariamente ignoravam ou rejeitavam-nos (Ainsworth & Wittig, 1969, cit. por Bretherton, 2003).

Por outro lado, e de acordo com Ainsworth, Blehar, Waters & Wall (1978, cit. por Bretherton, 1992, 2003), as crianças que no final do primeiro ano eram classificadas com vinculação segura, mantiveram com a mãe interações mais harmoniosas, opostamente às crianças evitantes e às ambivalentes/resistentes que manifestaram ser problemáticas.

Comparativamente às classificações atribuídas ao bebé, decorrentes das observações em casa e após o primeiro ano, em Situação Estranha, demonstraram, conforme refere Bowlby (1969/2002), que no contexto laboratorial a classificação deriva integralmente do desempenho da criança, relacionado com as diversas variáveis, muito embora sejam observadas semelhanças nos seus comportamentos em ambas as situações, contudo, difere consoante o grupo em que é classificado. Nesse sentido, o grupo que demonstrou coerência classificativa foi o designado por seguro (B), demonstrando equilíbrio entre o comportamento de vinculação e o exploratório, a par do desenvolvimento de formas de comunicar com a mãe e assumindo, gradualmente, comportamentos de cooperação às solicitações maternas mesmo quando contrariado.

A singularidade do comportamento de vinculação entre a criança e a mãe ou figura materna, de acordo com Bowlby (1969/2002), é influenciada pelas características do bebé, pelo efeito que podem exercer no modo da mãe interagir, assim como desencadear um modo de interagir no bebé. Dos diversos estudos desenvolvidos por diversos investigadores, como os de David e Appel em 1969, Bettelheim em 1967, Sander em 1964, 1969 e os de Yarrow em 1963 (Bowlby 1969/2002), destacam-se os índices comportamentais maternos, enunciados por Ainsworth e Wittig (1969, cit. por Bowlby, 1969/2002), significativos para a vinculação segura: contacto físico entre a mãe e o bebé com incidência no período do primeiro semestre de vida, associada à aptidão de acalmar o bebé; sensibilidade e responsividade aos sinais do bebé; meio ambiente estável, por forma ao bebé regular os seus próprios comportamentos e as consequências decorrentes; e, o prazer recíproco, da díade mãe-bebé, que sentem ao estarem juntos.

À conceptualização dos padrões comportamentais evidenciados pelas crianças nos primeiros meses de vida, foram associados os comportamentos maternos em contexto de casa, decorrentes do procedimento de Situação Estranha. Nesta perspectiva Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978, cit. por Solomon & George, 1999), consideram a existência de uma correlação, relativa às diferenças de sensibilidade materna perante os

sinais da criança, quer na sensibilidade e responsividade, quer na aceitação vs. rejeição, quer ainda na cooperação e na acessibilidade psicológica.

Neste sentido, as mães de crianças com vinculação segura, demonstraram grande sensibilidade aos sinais da criança, reagindo de modo responsivo: sendo afáveis, acessíveis e interagindo gratuitamente; as mães de crianças inseguras evitantes, provêm pouca experiência positiva na proximidade física e são rejeitantes; as mães de crianças inseguras ambivalentes, são inconsistentes ou não responsivas aos sinais da criança, ainda que esta esteja em estado de tensão.

A relação entre o comportamento materno e a vinculação segura da criança, assente na assumpção da sensibilidade da mãe, como postulado por Ainsworth (1967, cit. por Bretherton, 2003), é corroborado pelo estudo de Lamb, Thompson, Gardner e Charnov (1985, cit. por Lamb, 1998), por outro lado foi questionada devido à inconsistência de alguns estudos, entre eles o de Grossman, Grossman, Spangler e Unzner (1985, cit. por Schaffer, 1996), que revelaram uma tipologia de vinculação, nos bebés de idades compreendidas entre os dois e seis meses, em que não se manteve a correspondência previsível na avaliação aos dez meses. Provavelmente, e como sugere Isabella (1993, cit. por Schaffer, 1996), a inconsistência no paradigma sensibilidade-segurança reside no facto da sensibilidade materna não ser uma característica estável.

Paralelamente à classificação de Ainsworth, a estabilidade nos padrões de vinculação pode manter-se na criança, entre os 12 e os 18 meses, que vive num ambiente familiar também ele estável, de acordo com os estudos desenvolvidos por Waters (1978, cit. por Bowlby, 1969/2002), não sucedendo o mesmo em famílias carenciadas nas quais foram observadas alterações nos padrões dos comportamentos de vinculação, de segura para insegura, registados por Vaughn, Egeland, Sroufe & Waters (1979, cit. por Schaffer, 1996), sustentadas pelas tensões sociais no seio familiar, no entanto, a mudança de padrões de vinculação não resultou no sentido inverso na ausência de tensões.

Idêntico ao anterior, também o estudo desenvolvido por Thompson, Lamb e Estes (1982, cit. por Schaffer, 1996), no qual verificaram a influência das alterações nas situações sociais vividas por famílias de classe média e a modificação nos comportamentos de vinculação apresentados pela criança, de segura para insegura. Todavia, e perante o regresso à tranquilidade no meio familiar, observou-se a regularização dos padrões comportamentais.

Tal como os autores dos estudos acima referidos, também Schaffer (1996) menciona a fragilidade das vinculações nos primeiros anos de vida da criança e sua vulnerabilidade às reacções da figura a quem está vinculada. Porém, Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978, cit. por Cassidy, 1999) afirmam que a classificação da vinculação que a criança estabelece com outrem, reflecte o tipo de relacionamento, não as características da própria criança.

O Contributo de Rudolph Schaffer

Desde 1950, Schaffer tem participado nas investigações com Bowlby, entre outros colaboradores (Bretherton, 1992), interessando-se pelos efeitos subsequentes da privação materna no desenvolvimento do bebé, privilegiando a primeira relação de vinculação.

Nesse sentido, desenvolveu vários estudos (Schaffer, 1996) em que foram observadas crianças hospitalizadas com idades inferiores a 12 meses, recebendo cuidados diários prestados pelo corpo de enfermagem, em que as de idade inferior a 7/8 meses não revelaram indícios de sentirem a falta da mãe, enquanto as outras reagiam mesmo estando a mãe presente e na sua ausência era procurada activamente, pela criança, manifestando também comportamentos de medo perante estranhos, em oposição às idades mais precoces, caracterizadas pela receptividade indiscriminada tanto a pessoas conhecidas como a estranhos.

Nesta perspectiva, Schaffer (1996) afirma que a partir dos 8 meses as crianças privilegiam a proximidade de determinadas pessoas e, por outro lado, demonstram medo de outras. Korner (1982, cit. por Schaffer, 1996) sustenta que a angústia da separação ocorre paralelamente às manifestações comportamentais referidas por Schaffer (1996) alegando serem independentes de experiência devido ao facto de ser comum às diversas culturas e às suas práticas.

A idade de 8 meses, é considerada pelo autor (1996) um marco de referência pelo desenvolvimento da memória de reconhecimento, na qual está envolvida a capacidade de coordenar entre imagens guardadas e as informações perceptuais, considerando-a como uma aptidão cognitiva. Nesta perspectiva, a criança consegue reconhecer pessoas e objectos quando da sua presença, não demonstrando sentir a sua falta na sua ausência.

A capacidade da criança em diferenciar as pessoas umas das outras e também de estranhos é, na opinião do autor (op. cit., 1996), um pré-requisito cognitivo, considerando-o como insuficiente para estabelecer uma relação, ou seja, o simples reconhecimento da mãe não determina a relação bebê-mãe, para o qual são imprescindíveis outros requisitos, como a noção de permanência pessoal.

Nesse sentido, o autor sustenta as suas convicções no postulado por Piaget (1954, cit. por Schaffer, 1996) relativamente ao objecto de permanência, ao afirmar que as crianças na IV fase do período sensorio-motor adquirem a capacidade de ter consciência dos objectos continuarem a existir mesmo fora do seu campo de visão, sucedendo o mesmo com a permanência pessoal e a angústia da separação, verificada nos bebês, demonstrada pela capacidade de sentirem a ausência de uma determinada pessoa.

Relativamente às precoces manifestações de medo de estranhos demonstradas por bebês, os estudos de Schaffer (1971, cit. por Bowlby, 1973/1998) apontam para os 6 meses de idade, ocorrendo na presença da mãe, e no campo de visão do bebê, situação em que este tem a oportunidade de, comparativamente, diferenciar as figuras. Assim, Bowlby (1973/1998) infere que a capacidade da criança comparar e reconhecer de imediato a mãe entre estranhos, ou a sua ausência, é posterior e alicerça-se na memória de reconhecimento.

No entanto, a divergência nas idades, quanto ao desenvolvimento da capacidade cognitiva no bebê, conforme alguns estudos referidos por Bowlby (1980/1985) como o de Bell, 1970 e o de Brossard citado por Décarie em 1974, deve-se às experiências que o potenciam. Nesta linha de pensamento, Stayton e Ainsworth (1973, cit. por Bowlby, 1980/1985) sustentam que a celeridade cognitiva no bebê, no último trimestre do primeiro ano, é influenciada pelas condições estáveis de vida, nas quais se enquadram a mãe sensível, responsiva e disponível para interagir com a criança e a nível social de modo pleno.

Por outro lado, a consistência de uma relação assenta numa capacidade cognitiva extraordinária, como segundo requisito, a memória de recordação (Schaffer, 1996), pautando-se pela capacidade de representação mental, por parte da criança, facilitando-lhe a reprodução mental da imagem da pessoa pretendida, ainda que ausente. Assim, o autor (op. cit., 1996) imprime uma perspectiva temporal, à memória de recordação, conferindo-lhe responsabilidade na duração dos relacionamentos estabelecidos pelo bebê.

Schaffer (1996) atribui a estes requisitos o valor de excelência, como processos cognitivos nos quais se alicerçam e edificam as relações de vinculação. Como base sustentatória, o autor (1966, 1974, cit. por Schaffer, 1996) defende o seu processamento através da cognição, entendendo-se as reacções das crianças antes dos 7/8 meses e as mudanças posteriores na presença de estranhos, expressando desconfiança inicialmente para em seguida o observar atentamente, sustendo até alguma actividade, e aproximar-se do estranho ou até manifestar medo e retrair-se, após um “processo de avaliação cognitiva”. O autor (op. cit., 1996), salienta a componente cognitiva neste processo de avaliação perante estranhos, como capacidade que caracteriza a criança antecedendo e orientando o seu desenvolvimento social.

Como factores plausíveis de provocar medo na criança, algumas investigações foram efectuadas tendo sido evidenciado o comportamento da outra pessoa, como por exemplo, quanto mais o estranho intimidar a criança mais medo provocará na criança (Morgan & Ricciuti, 1969, cit. por Schaffer, 1996). Paralelamente, os estudos de Brooks e Lewis (1976, cit. por Schaffer, 1996) entre adultos, adultos anões e crianças comparada com a altura, sugerem que a aparência facial foi preferencialmente direccionada para as outras crianças, reagindo negativamente aos adultos independentemente da altura.

De acordo com os pressupostos de Schaffer (1996) o desenvolvimento social e afectivo do ser humano, assenta no próprio desenvolvimento cognitivo, no qual também estão implicadas as características temperamentais, explicativas da variedade de reacções das crianças em relação a estranhos (Kagan, Reznick & Snidman, 1987, cit. por Schaffer, 1996).

Decorrente das diversas observações em bebés, o autor (op. cit. 1996), descreve a vinculação como sendo selectiva, pela especificidade do enfoque para uma pessoa; a procura da proximidade física do objecto de vinculação; e, subsequente conforto e segurança; ou a angústia da separação na proximidade com o objecto de vinculação. A criança toma como ponto de partida o objecto de vinculação, assumindo-o com a função de porto de abrigo, para explorar o seu meio ambiente, ou retroceder; quando em situação de perigo.

Neste sentido, a vinculação “(...) é um elo emocionalmente significativo de longa duração com um indivíduo” (Schaffer, 1996, p. 153), geralmente a mãe ou o pai, ao retribuírem os sentimentos da criança, formando uma ligação bastante forte, repleta de emoções. Relativamente ao sistema de comportamentos vinculativos, funciona como

organizador dos sentimentos da criança, no modo livre de os expressar nas relações vinculativas entre os seus membros.

A análise dos comportamentos de vinculação exibidos por cada uma das crianças, durante o procedimento da Situação Estranha, mencionadas por diversos investigadores (Kagan, 1982, cit. por Belsky, 1999; Lamb, Thompson, Gardner & Charnov, 1985, cit. por Schaffer, 1996; Vaughn, Lefever, Seifer & Barglow, 1989), salientam como necessário, serem consideradas as características endógenas do temperamento, inferindo na susceptibilidade deste provocar alterações nos padrões comportamentais do bebé; por outro lado, são consideradas predicativas do desenvolvimento social e da personalidade (Lamb, Thompson, Gardner, Charnov e Estes, in press, cit. por Campos, Barret, Lamb, Goldsmith & Stenberg, 1983), e no poder influenciador das próprias características do bebé nas capacidades interactivas maternas (Waters & Deane, 1982, cit. por Waters & Deane, 1985). muito embora Ainsworth (1979, cit. por Campos et al., 1983), tenha reconhecido esse efeito e o seu poder determinante no tipo de vinculação da criança à mãe.

Os Modelos Internos Dinâmicos

Consistente com a teoria da vinculação, Bowlby (1969/2002; 1973/1998; 1979/1997) sugere que o indivíduo constrói representações mentais ou modelos dinâmicos internos do mundo, de si próprio nesse mundo e de outros significantes, com base na repetição de interacções complementares com o mundo físico e social. Através dos modelos internos o indivíduo percebe, interpreta, planeia acções, contribuindo na formação dos posteriores. Porém, as diferenças na qualidade das relações de vinculação criança-mãe são conducentes a distintos padrões de vinculação (Bretherton, 1987).

De acordo com as convicções de Bowlby (1973/1998), os modelos internos dinâmicos reflectem a complementaridade dos comportamentos interactivos experimentados entre o indivíduo e a figura de vinculação, sendo o modelo de uma relação de vinculação (Crowell & Treboux, 1995), na qual estão representados os seus intervenientes (Bretherton, 1985, cit. por Crowell & Treboux, 1995; Sroufe & Fleeson, 1986, cit. por Bretherton & Munholland, 1999).

Neste sentido, Main, Kaplan e Cassidy (1985, cit. por Veríssimo, Monteiro, Vaughn, Santos & Waters, 2005) advogam que os modelos internos das relações de vinculação envolvem componentes afectivas e cognitivas, com propriedades organizativas e de orientação nos comportamentos do sujeito. Os modelos internos são concebidos como sendo operacionais no desenvolvimento do indivíduo, através das interrelações entre o comportamento de vinculação do sujeito e o da figura a quem se vinculou, abertos a actualizações, perante mudanças familiares e/ou ambientais, subsequentes de circunstâncias sócio-emocionais ou físicas ou advindas das graduais e subtis competências sociais da criança (Bretherton & Munholland, 1999).

A noção de modelos dinâmicos internos, inspirada no trabalho de Kenneth Craik em 1943 (Bretherton, 1987, 1992; Bretherton & Munholland, 1999), releva que, numa perspectiva evolutiva, os organismos formam modelos internos complexos do seu meio ambiente, tendo assim maiores probabilidades de sobrevivência, permitindo ao sujeito avaliar as potenciais consequências de acções alternativas e a adequar os seus comportamentos. Apesar do conceito de modelo dinâmico interno ser generalizável a quaisquer representações mentais, Bretherton e Munholland (1999) referem que Bowlby o adapta à representação do self assim como às interacções da criança com outros significantes.

Assim, e de acordo com Bretherton (1987), os modelos internos não detêm todos os aspectos da realidade, sendo essencial conservarem a sua relação-estrutura, existir correspondência espacio-temporal causal na relação-estrutura, entre as suas representações e a realidade que representam, de relações causais de eventos e acções, de metas e conceitos, todavia, podem prever situações, por analogia e em consonância com o mapa cognitivo do indivíduo (Bretherton & Munholland, 1999).

Alicerçando-se nos instrumentos fornecidos pelos modelos internos, o indivíduo pode perceber e interpretar os acontecimentos, além de efectuar previsões e construir os seus próprios planos de acção assim como criar expectativas sobre si e sobre os outros, com quem interage, preferencialmente com a mãe ou figura substituta, assim como desenvolver padrões de comportamentos corrigidos para a meta, entre a criança e a mãe durante os anos pré-escolares (Ainsworth & Bowlby, 1991).

Bowlby (1973/1998) e Bretherton (1987) sugerem que as crianças que formam vinculações seguras com as mães, desenvolvem modelos internos positivos sobre a mãe sensível, responsiva e acessível, sentindo-se a própria criança digna do seu amor; por

outro lado, a criança com figuras de vinculação inconsistentes ou não responsivas, em qualquer dos outros padrões de vinculação, poderá desenvolver modelos internos, relativamente à mãe ou à sua figura de vinculação, considerando-se como não merecedora do seu afecto.

Neste sentido e de acordo com os vários teóricos (Ainsworth, 1973, cit. por Bretherton, 1987; Bowlby, 1969/2002), os comportamentos de vinculação do bebé, desde o segundo semestre do primeiro ano de vida, integram o controlo da motivação no sistema comportamental (Bretherton & Munholland, 1999), de modo coerente e organizado em torno de uma figura particular ou figuras, consideradas pela criança como a base segura e ponto de partida para os comportamentos exploratórios ou procura de proximidade (Ainsworth, 1990, cit. por Marvin & Britner, 1999). Assim, os comportamentos de vinculação enquadram-se num sistema de regulação organizativa dos seus elementos, associados à avaliação cognitiva da criança (Schaffer, 1996), dos resultados previstos pela criança.

De acordo com os estudos efectuados por diversos investigadores, Campos e Stenberg, 1981, Emde, 1983, Feinman e Lewis, 1983 e Khinnert, Campos, Sorce, Emde e Svejda, 1983, citados por Bretherton (1987), a criança em situação de incerteza, perante a avaliação de determinado estímulo, que desperta a sua curiosidade e ao mesmo tempo activa o seu sistema de medo, procura referências na mãe, observando as suas mudanças faciais, no intuito de descobrir qual a sua interpretação do evento ou nas ocasiões em que a criança as avalia como ameaçadoras, procurará a mãe como porto de abrigo e/ou fonte de conforto de segurança (Bretherton, 1987).

Com base no quadro organizacional de comportamentos exploratórios e nas múltiplas experiências interactivas da criança, Bowlby (1973/1998) confere aos modelos internos dinâmicos, a função de auto-regulação dos comportamentos, no equilíbrio da relação de vinculação com determinada pessoa e o suporte emocional que esta lhe proporciona pela acessibilidade e receptividade manifestada.

Relativamente ao constructo de diferentes modelos internos dinâmicos, Bowlby (1958, cit. por Howes, 1999) advoga deverem-se às diversas experiências interactivas da criança com a mãe, considerando a hipótese de ter várias figuras com quem estabelece vinculação, porém, não sugere o modo como as crianças os organizam. Nesta linha de pensamento, Howes (1999) sustenta que as experiências das crianças com adultos, cujas práticas lhes proporcionam conforto, protecção e oportunidades para explorem o meio

ambiente, favorecem na criança, constructos de modelos internos positivos das suas interrelações.

Decorrente das múltiplas investigações nos diversos contextos onde a criança interage quotidianamente com diferentes pessoas, familiares e não familiares, vários autores enfatizam diferentes probabilidades organizativas dos modelos internos das suas relações de vinculação. Neste sentido, Bretherton (1985, cit. por Howes, 1999), postula uma organização hierárquica das representações mentais na criança, sendo a mãe ou a figura principal na prestação de cuidados, o modelo de maior influência. Assim, o modelo de segurança na vinculação materna influenciará a segurança das subsequentes relações de vinculação e concordantes com o que estabeleceu com a mãe.

Uma concepção alternativa é a de estrutura organizacional integrativa, decorrente das investigações de van IJzendoorn, Sagi e Lambermon (1992, cit. por van IJzendoorn & Sagi, 1999), relativamente ao estudo da constelação de vinculações da criança. A tipologia organizativa desta estrutura é predicativa, no que concerne às consequências das relações de vinculação, ao considerar todas as vinculações da criança, como equitativas na sua importância qualitativa. Assim sendo, a estrutura organizacional dos modelos internos não confere mais importância a uma que a outra, porém duas relações de vinculação segura assumem-se como predicativas de resultados positivos, comparativamente a uma relação insegura e uma segura ou a duas inseguras.

Bretherton (1985, cit. por Oppenheim, Sagi & Lamb, 1988) salienta que a literatura não esclarece o processo como a criança integra as múltiplas relações de vinculação que estabelece nem clarifica o modo independente de cada relação. Porém, van IJzendoorn & Sagi (1999) sublinham, que as interrelações criança-metaplet, têm início em contexto domiciliário da criança, sendo previsíveis comportamentos sócio-emocionais similares, em contextos semelhantes.

A assumpção de uma organização independente dos modelos internos, confere a cada representação da vinculação ser considerada independentemente, quer na sua qualidade quer na sua influência no desenvolvimento, ou seja, o constructo de cada modelo interno influencia, diferentemente, um domínio desenvolvimental específico. Assim, e de acordo com Suess, Grossmann e Sroufe (1992, cit. por Howes, 1999), a representação da vinculação criança-pai pode influenciar os afectos negativos na criança e a tensão nos conflitos interpessoais, todavia as representações de vinculação criança-

-mãe influenciam a competência social na criança. Os autores sugerem que a confirmação deste modelo pode ser efectuada através da análise da relação entre a segurança na vinculação da criança com as diversas figuras e o seu comportamento nos diferentes domínios desenvolvimentais.

Por outro lado, a análise de resultados a estudos como os de Frodi, Lamb, Hwang, e Frodi, 1982 e Main e Weston, 1981, citados por Easterbrooks & Goldberg (1984), entre a qualidade de vinculação segura nas díades, criança-mãe e criança-pai, e na competência da criança em idade pré-escolar, sugeriram um modelo de organização independente dos modelos internos da criança, em vez de hierárquico. Relativamente à criança com vinculação segura ao pai, foram preditivos no desenvolvimento socioemocional, cognitivo e adaptativo da criança, não só na amizade com estranhos, como na capacidade de optimização de comportamentos na resolução de problemas (Easterbrooks & Goldberg, 1984), comparativamente às de vinculação insegura com o pai. Contudo, Howes (1999) argumenta que este modelo será melhor compreendido, quando fundamentado teoricamente, sobre a influência de uma figura de vinculação numa área do desenvolvimento da criança.

As meta-análises desenvolvidas por vários investigadores (Fox, Kimmerly & Schafer, 1991; van IJzendoorn & De Wolff, 1997) relativamente à concordância na qualidade da vinculação entre a criança-mãe e a criança-pai, em Situação Estranha, revelam que a classificação da vinculação na criança (segura/insegura) assim como o tipo de insegurança (evitante ou resistente) muito embora ligeira é significativamente concordante quer com o pai quer com a mãe; as classificadas nas subcategorias de vinculação segura, constatou-se reflectirem a categoria de seguramente vinculada a ambos os pais.

De acordo com esta perspectiva, os autores (op. cit., 1991) sustentam que a taxonomia no procedimento de Situação Estranha reflecte a qualidade das relações entre a criança e cada um dos pais e não, simplesmente, os modelos internos da criança em relação à figura primária de vinculação (Ainsworth et al. 1978, cit. por Fox, Kimmerly & Schafer, 1991; Sroufe, 1985; Sroufe & Waters, 1977); paralelamente, Main, Kaplan e Cassidy (1985, cit. por Fox et al., 1991) defendem que o processo laboratorial avalia os modelos internos da criança, desenvolvidos e resultantes das suas interacções com a mãe.

Na óptica de Fox et al. (1991), a Situação Estranha avalia não só o histórico das interacções, a situação familiar assim como o próprio meio ambiente. Neste sentido, a similaridade das classificações na vinculação entre cada um dos pais e a criança, podem

demonstrar semelhanças nas suas respostas de pais ou serem reflexo da sensibilidade e responsividade de um dos pais aos sinais da criança, servindo um como modelo para o outro, além de partilharem os cuidados parentais com a criança defenderem também valores e convicções semelhantes. Assim, a perspectiva da meta-análise efectuada por Fox, et al. (1991) e os estudos desenvolvidos por Steele, Steele e Fonagy (1996), que defendem a influência materna na relação paterna com a criança, são consistentes com os pressupostos de Bretherton (1985, cit. por Howes, 1999).

Ainda sobre a mesma perspectiva, mas em diferentes contextos de cuidados diários prestados à criança, diversos estudos analisaram, comparativamente, a concordância na qualidade da vinculação entre a criança-mãe e criança-educadora (Goossens & van IJzendoorn, 1990; Howes & Hamilton, 1992) e entre criança-mãe, criança-pai e criança-metaplet no kibbutz (Sagi, Lamb, Lewkowicz, Shoham, Dvir & Estes, 1985, cit. por Fox, et al., 1991), sendo os resultados ligeiramente coincidentes, relativamente à natureza da vinculação na criança com as figuras de um e a do outro contexto.

Perante os resultados destes estudos, e na mesma linha de investigação da meta-análise apresentada por Fox, et al. (1991), Howes (1999) sustenta os resultados dos dois contextos, apontando para as diversidades nas práticas educativas em espaços diferentes e nos sistemas de valores e convicções dessas figuras, sendo inconclusivos quanto à organização hierárquica dos modelos internos da criança.

Porém, a vinculação segura quer na díade criança-mãe quer na criança-educadora (Howes, Matheson & Hamilton, 1994) ou na criança-metaplet (Oppenheim, Sagi & Lamb, 1988), sendo o pai considerado figura alternativa de vinculação, sustentam os modelos independente e integrativo, além de predicativos de desenvolvimento emocional e de competência social da criança com os seus pares, em idade pré-escolar, não encontrando suporte nas díades criança-mãe e criança-pai, opostamente às díades criança-educadora ou metaplet e ao subjacente constructo da socialização em contextos alternativos de cuidados diários. No entanto, e de acordo com Howes (1999), a afinidade na vinculação segura da criança à mãe e à educadora ou ao metaplet, é predicativa de comportamentos sociais positivos com os pares, em contexto de creche, em crianças de um ano de idade.

Relativamente à integração de múltiplos modelos internos de vinculações não concordantes, de figuras distintas assim como do self, Oppenheim, Sagi e Lamb (1988) sugerem que, os modelos das relações da criança com cada figura de vinculação, sejam

os diferentes percursores nos posteriores relacionamentos. Vários autores (Berlin & Cassidy, 1999; Waters, 1994, cit. por Crowell & Treboux, 1995) sugerem que as representações mentais das primeiras vinculações medeiam as posteriores interrelações da criança.

No âmbito da competência social da criança relacionando-a com a segurança na vinculação à mãe e ao pai, diversos estudos desenvolvidos por vários investigadores, como os apresentados por Main, Kaplan e Cassidy, 1985, Suess, Grossmann e Sroufe, 1992, citados por Howes (1999) e os de Volling e Belsky (1992) sustentam o modelo organizativo hierárquico, no qual a mãe é a principal figura de vinculação, assumindo-se como a fonte de influência nas subseqüentes relações de vinculação da criança. Num pólo diferente, Oppenheim, Sagi e Lamb (1990, cit. por van IJzendoorn & Sagi, 1999) salientam que a vinculação segura na díade criança-metaplet, no modelo independente, é preditiva de empatia, independência, de orientação no desempenho e propósito comportamental em contexto de kibbutz, aos cinco anos de idade; porém, a criança em situação de doença ou sob tensão, procurará a figura de vinculação primária, sendo as outras figuras consideradas como primárias nas situações de jogo, nas brincadeiras ou de outro tipo de interações.

Assim, até cerca dos 18 meses de idade, e de acordo com os pressupostos de Bowlby (1969/2002), a criança selecciona mais de uma figura de vinculação, opostamente ao monotropismo, demonstrando comportamentos de vinculação diferenciados para cada um delas, conforme os estudos desenvolvidos por Ainsworth, 1967, Konner, 1976, Marvin, Van Devender, Iwanaga, LeVine e LeVine, 1977 e por Schaffer e Emerson, 1964, citados por Marvin e Britner (1999), no entanto, nem sempre tratadas de igual modo (Myers, Jarvis & Creasey, 1987, cit. por Marvin & Britner, 1999).

No que concerne aos modelos internos e ao estudo da sua dinâmica (Bretherton, 1987), assente na actualização dos modelos internos primitivos e na sua reestruturação, como processo contínuo de avaliação e adaptação de comportamentos (Sroufe & Fleesson, 1986, cit. por Kobac, 1999), perante as alterações das interrelações parentais com a criança, Bretherton e Munholland (1999) referem que o processo não pode ser automático na sua formação inicial: subjacente ao desenvolvimento dos modelos internos, os processos de assimilação e de acomodação, anteriores e produto das experiências da criança, predominando as representações do período sensório-motor (Waters, Rodrigues & Ridgeway, 1998). George e Solomon (1999) comungam da mesma ideia, defendendo que os sistemas comportamentais, assentes numa forma

imatura de comportamentos, são integrados e organizados por maturação, decorrente das experiências da criança.

Neste sentido, Bretherton e Munholland (1999) afirmam que as representações mentais, associadas ao desenvolvimento das capacidades motora, cognitiva e da comunicação, potenciam as probabilidades da criança desenvolver os seus modelos internos, paralelamente à estabilidade contextual em que se enquadra a acessibilidade às figuras de vinculação, assim como a sua disponibilidade no seu suporte emocional (Bowlby, 1973/1998), a complementaridade de outros significantes, ganhando consistência e operando automaticamente, fora da consciência (Bowlby, 1980/1985). Assim, e de acordo com a análise de Bretherton (1985, cit. por Crowell & Treboux, 1995), o indivíduo não necessita de reavaliar uma situação nova, se esta é semelhante a uma outra experimentada por ele, podendo assim reagir automaticamente, com base na representação mental ou modelo interno da relação de vinculação.

No que concerne aos modelos internos das interações excepcionais à rotina da criança, com outras que não as suas figuras de vinculação, presume-se que as representações mentais anteriores operem como seus catalizadores (Crowell & Feldman, 1988). Por outro lado, as representações de relações de vinculação inseguras, é pressuposto excluïrem alguma informação a nível da consciência, como estratégia de adaptação a figuras de vinculação indiferentes ou incompatíveis podendo ser alargada a outras relações, como forma da criança se proteger, conforme os estudos de Bretherton, 1985, Cassidy e Berlin, 1994 e Main, 1981, 1991, citados por Crowell e Treboux (1995).

Das diversas questões fundamentais entre a teoria psicanalítica e a teoria da vinculação, reside na ênfase de Bowlby aos acontecimentos reais experimentados quotidianamente, opostamente aos intrapsíquicos ou traumáticos (Oppenheim & Waters, 1995; Waters, Weinfield & Hamilton, 2000).

Assim sendo, e de acordo com a teoria da vinculação, os modelos internos estão implicados na avaliação das relações de vinculação, sugerindo esta previsibilidade teórica que as conversas da criança sobre si própria contêm os seus sentimentos e percepções, directamente conscientes, os não directamente conscientes, no entanto envolvidos nas subseqüentes relações assim como nos comportamentos, o seu acesso presume-se através de análise de narrativas ou do léxico individual (Crowell & Treboux, 1995).

Relativamente à transmissão transgeracional, Bowlby (1973/1998) privilegia os padrões de comunicação verbal e não verbal, utilizados pelas figuras parentais, considerando-os preponderantes na formação dos modelos internos das interrelações de vinculação na criança. O autor (1973/1998) enfatiza o diálogo aberto franco como forma de regulação dos modelos internos, e afirma que os pais, que tiveram experiências responsivas na infância, são também responsivos às suas crianças, estabelecendo empatia e dando-lhes suporte emocional, tendo como resultado provável a própria criança sentir-se compreendida, amada e competente além de formar modelos internos positivos quer do self quer das figuras com quem estabeleceu vinculação quer na visão do próprio mundo, ou seja, a base segura parental contribui para os comportamentos exploratórios da criança quer no meio ambiente quer no seu mundo psicológico através do diálogo envolvente sobre temas que ambos privilegiam (Bretherton & Munholland, 1999).

Nesta linha de pensamento, Bretherton (1990, 1991, 1993, cit. por Thompson, 1998) caracteriza a construção e consolidação dos modelos internos alicerçada na comunicação de padrões durante as interações entre a criança e as figuras de vinculação contribuindo assim para a transmissão transgeracional desses padrões de interrelações seguras ou inseguras, devido ao modo sensível como o adulto os comunica, considerando a idade por excelência, os anos pré-escolares, como um período significativo no crescente constructo dos modelos internos do self e dos outros. Os estudos efectuados por diversos investigadores, Maccoby e Martin, 1983, Zahn-Waxlar, Radke-Yarrow e King, 1979, citados por Schaffer (1996), sustentam que a intensidade afectiva no discurso materno, tem efeitos preponderantes no comportamento social da criança, quer sejam afectos positivos ou negativos, opostamente aos neutros.

A relativa fidelidade na transmissão dos padrões de interacção (Main, Kaplan & Cassidy, 1985, cit. por Bretherton & Munholland, 1999) de uma para outra geração, sustentam a predisposição das crianças para assimilarem os comportamentos parentais e “(...) a adoptar para com os seus filhos, quando se tornam pais, os mesmos padrões de que tiveram experiência na infância.” (Bowlby, 1973/1998, p. 340).

Assumindo-se gradualmente como individualizados e de carácter reflexivo, representando a realidade sob a perspectiva do próprio sujeito e do significado que este lhe atribui, conforme sugerem as investigações desenvolvidas por Metzinger, 1993 e

Wellman, 1990, referidos por Bretherton e Munholland (1999), muito embora adquirido nas relações de vinculação, daí a probabilidade de serem partilhados com as figuras de vinculação e com a sociedade a que pertencem. Assim, os modelos internos na criança em idade pré-escolar, são considerados o protótipo de futuras interrelações, no entanto, abertos a desafios resultantes de novas experiências (Bretherton & Munholland, 1999), a criança começa a compreender que os outros, assim como a mãe ou figura de vinculação, são exteriores a si própria e que os objectivos nem sempre são comuns.

A comunicação aberta sobre os comportamentos disruptivos da criança pode não só clarificar na criança o impacto que produziram na figura de vinculação e vice-versa, assim como compreender o aspecto causal da situação e ajustar o seu comportamento (Kobac, 1999), sendo que acessibilidade e qualidade da comunicação deverá variar em função da segurança na relação de vinculação, de acordo com os estudos de Main, 1991, Main et al., 1985, citados por Veríssimo, Monteiro, Vaughn, Santos e Waters (2005) e os de Waters e Rodrigues-Doolabh (2001).

As investigações desenvolvidas por Bretherton e Beeghly (1982, cit. por Bretherton & Munholland, 1999), e de acordo com o postulado de Bowlby (1969/2002), as crianças demonstram compreender os desejos, as emoções e as intenções dos outros com quem interagem, salientando a sua precocidade alicerçada no fenómeno de base segura criança-mãe. Nesta perspectiva, a criança aos dezoito meses verbaliza o estado dos seus sentimentos (Bretherton, Fritz, Zanh-Waxler & Ridgeway, 1986), como assustado, magoado, triste; e, aos dois anos de idade além de referirem espontaneamente os seus sentimentos também participam em conversas acerca deles, quais as causas e efeitos percebidos pela criança e o modo de os alterar (Dunn, Bretherton & Munn, 1987, cit. por Schaffer, 1996; Bretherton, Fritz, Zanh-Waxler & Ridgeway, 1986; Fivush, 1991a, 1991b, cit. por Oppenheim & Waters, 1995).

Assim sendo, as conversas são oportunidades singulares, da criança partilhar com os pais, a interpretação das suas experiências emocionais, questionar o seu significado e as causas. Nesta perspectiva, Oppenheim, Emde, Wamboldt & Winfrey (1995, cit. por Oppenheim & Waters, 1995), referem que as conversas da criança emergem em contexto parental e são representativas dos seus participantes.

Em consonância com a capacidade da criança representar mentalmente ocorrências interactivas do mundo físico e social por si experimentadas, Schank e Abelson (1977, cit.

por Bretherton & Munholland, 1999) desenvolveram o conceito de script, sendo este definido como uma representação mental de uma sequência protótipo decorrente de acções num dado contexto espacio-temporal. Assim, os scripts são gerados pela repetição de experiências de natureza similar, sendo mobilizados sempre que a experiência se aproxime do script existente, permitindo ao sujeito a previsibilidade do sucesso para além do contexto imediato, de acordo com os trabalhos de Nelson, 1986 e Nelson e Hudson, 1988, citados por Oppenheim e Waters (1995) e Veríssimo et al. (2005).

De acordo com os estudos efectuados por diversos investigadores, como os de Izard, 1978 e Sroufe, 1979, citados por Bretherton (1987), a criança evoca representações comportamentais simples de figuras do seu meio ambiente, sendo que os autores sustentam que no final do primeiro ano e de modo mais activo nos dois anos que se seguem, associados ao emergente jogo simbólico e à linguagem, aos três anos de idade, relatam sob a forma de script, as suas experiências nas rotinas diárias, assim como as suas expectativas quanto à previsibilidade dos resultados, conforme os estudos de Fivush e Hudson, 1990 e Nelson e Hudson, 1988, citados por Oppenheim e Waters (1995).

Na perspectiva de Bretherton (1991, cit. por Veríssimo et al., 2005), os scripts de vinculação são os elementos cognitivos base das representações mentais, sendo instrumentos fundamentais à teoria da vinculação (Bretherton & Munholland, 1999), considerando a hipótese da compreensão das suas funções quer da estrutura do conhecimento quer do desenvolvimento do constructo dos modelos internos.

Relativamente ao conteúdo dos scripts, Nelson e Gruendel (1986, cit. por Waters, Rodrigues & Ridgeway, 1998) referem que estes se tornam mais elaborados e contendo mais acções por script, associado ao crescimento da criança, mas independente do seu nível desenvolvimental. Por outro lado, Fivush e Slackman (1986, cit. por Waters, Rodrigues & Ridgeway, 1998), consideram que o leque de experiências acessíveis à criança, são uma mais-valia na elaboração de scripts, sendo que as produzidas por crianças em idade pré-escolar que frequentam a creche e as de crianças da mesma idade mas sem essa experiência são diferentes: as primeiras produzem narrativas mais ricas, detalhadas e organizadas, comparativamente com as outras crianças.

Assim, o conteúdo elaborado de um script é sinónimo do seu desenvolvimento, em que a criança, através de inferências coerentes, organiza as suas representações mentais das relações de vinculação estabelecidas; porém, Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998)

afirmam que a elaboração do conteúdo dos scripts sugere a individualidade dessas mesmas representações, podendo estes ser fortes indicadores das diferenças individuais das representações mentais de vinculação na criança.

Neste sentido, a investigação nos comportamentos de base segura, como os trabalhos efectuados por Ainsworth, 1967 e Ainsworth, Blehar, Waters e Wall, 1978, citados por Waters, Rodrigues & Ridgeway (1998) direccionou o enfoque para a representação mental, de acordo com os estudos de Bretherton, Ridgeway e Cassidy, 1990 e Main, Kaplan e Cassidy, 1985, citados por Oppenheim e Waters (1995), conforme os pressupostos de Bowlby quanto à comunicação pais-criança como processo de desenvolvimento da vinculação, com a aplicação de metodologias inovadoras de avaliação, através de entrevistas, das narrativas da criança e da competência cognitiva (Oppenheim & Waters, 1995), assentes no jogo simbólico e veiculadas pela linguagem (Veríssimo, Blicharsky, Strayer & Santos, 1995).

No estudo desenvolvido por Main, Kaplan e Cassidy (1985, cit. por Oppenheim & Waters, 1995) constatou-se que as crianças de seis anos de idade, com vinculação segura, respondem a questões emocionais de separação de forma coerente e organizada mostrando-se interessadas em dialogar as próprias experiências; enquanto que as inseguras apresentam dificuldade em organizarem-se perante as mesmas questões emocionais, dando respostas incoerentes, ficando em silêncio ou demonstrando dificuldade na regulação nas emoções. O padrão do discurso da criança era paralelo à classificação encontrada quando da Situação Estranha. Outras investigações no âmbito da expressão das representações mentais de crianças em idade pré-escolar, sustentam semelhantes resultados (Oppenheim & Waters, 1995).

Oppenheim e Waters (1995) e Bretherton (1987), sugerem ser necessário considerar a carga emocional presente as narrativas das crianças: enquanto as crianças seguras demonstraram maior abertura emocional e descreveram interacções positivas com as figuras parentais, as crianças inseguras são menos abertas e demonstraram dificuldade em comunicar sobre temas associados à vinculação. Por abertura emocional na criança, considera-se o modo como esta se pronuncia sobre o seu estado emocional, pelo equilíbrio na auto-regulação e coerência no discurso, tendo estes aspectos maior importância em relação ao que a criança diz (Oppenheim & Waters, 1995).

Numa perspectiva diferente, a pesquisa longitudinal de Main, Kaplan e Cassidy (1985, cit. por Hesse, 1999) além de estudar os constructos dos modelos internos nas crianças também analisou a perspectiva dos pais, quando as crianças tinham cinco anos, sobre as próprias memórias e a organização das experiências de vinculação na família de origem, através do “Adult Attachment Interview” (AAI) de Main e Goldwyn (1984a, 1998a, cit. por Hesse, 1999) verificando-se a existência de relação entre as quatro categorias de resposta parental no AAI e os resultados do procedimento Situação Estranha. Relativamente a este estudo, Main et al. (1985, cit. por Bretherton & Munholland, 1999) afirmam que os pais não repetem necessariamente com os seus filhos, tudo do que se recordam das suas relações de vinculação.

Se por um lado a teoria dos scripts permite aceder à dinâmica do conhecimento na criança, por outro não faculta os processos subjacentes às diferentes relações de vinculação que a criança estabelece. Porém, a teoria da vinculação sustenta que os modelos internos de vinculação, inicialmente desenvolvidos nas relações criança-pais, apresentam-se como protótipos das relações posteriores.

Neste sentido, nas duas últimas décadas, tem sido realizada intensa pesquisa a nível empírico, com o objectivo de construir e validar instrumentos fiáveis para avaliar, quer quantitativa quer qualitativamente, os modelos internos de vinculação na infância, na adolescência e na idade adulta, de acordo com os estudos de Armsden e Greenberg, 1988, Bretherton, Ridgeway e Cassidy, 1990, George e West, 2001, e Main et al., 1985, citados por Veríssimo, et al. (2005).

Muito embora, o AAI, seja um instrumento válido e cuja fiabilidade é considerada excelente para avaliar as diferenças nas representações mentais de vinculação em adultos, o seu protocolo apresenta um conjunto de características que limita o seu uso na investigação das relações de base segura, além da preparação e recolha de dados ser demorada e exaustiva (van IJzendoorn, 1995; Veríssimo et al., 2005).

Waters e Rodrigues-Doolabh (2001) propuseram um procedimento distinto do AAI, as Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos, para avaliar as relações de vinculação, ou seja, avaliar a organização do conhecimento de base segura em adultos, através das suas narrativas em resposta a um conjunto de palavras sugestivas. Nesta perspectiva, Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998) advogam que além das experiências de vinculação vividas no contexto das primeiras relações de vinculação serem

representadas sob a forma de uma estrutura de script causal-temporal adjacente aos componentes do fenómeno de base segura, em que a proximidade e o acesso a este script assumem-se como elementares ao nível do equilíbrio na organização dos comportamentos de vinculação e os de exploração na infância, também são a base dos modelos internos dinâmicos emergentes.

Relativamente à idade adulta, Waters e Rodrigues-Doolabh (2001) indicam como provável que o conhecimento, tipo script, sobre ter e/ou ser a base segura de outrem, contém elementos, organizados sequencialmente: interacção construtiva entre os membros da díade de vinculação; obstáculo à continuidade da interacção; sinalização de ajuda complementada pela detecção pelo parceiro; efectivação da ajuda; o receptor sente a ajuda como reconfortante; resolução e/ou regresso à interacção construtiva com o meio físico ou o social.

As vantagens logísticas deste método, comparativamente ao AAI, verificam-se não só pela economia no período da recolha de dados (a maioria dos indivíduos realizou a tarefa em 15-25 minutos), como na sua transcrição (45 minutos aproximadamente), requerendo um treino menos intensivo para a cotação das narrativas ser fiável.

O script de base segura foi testado pelas autoras, numa amostra de mulheres casadas entre 5-8 anos, utilizando um conjunto de seis grupos de palavras sugestivas (quatro relevantes para a vinculação e duas não relevantes para a vinculação). As quatro narrativas dos adultos relevantes para a vinculação foram cotadas com base na presença ou na ausência do script de base segura e na riqueza e detalhe relativos a relação entre os membros da díade. Um valor que sintetiza a presença e a qualidade do script de base segura foi atribuído a cada uma das quatro narrativas relevantes para a vinculação, sendo a média destes o valor do conhecimento de base segura do sujeito.

Waters e colegas demonstraram que a média dos valores dos scripts é internamente consistente (*alphas de Cronbach* variam entre .7 e .9 em duas amostras). Waters e Rodrigues-Doolabh (2001) obtiveram correlações de .50 e de .62, quando o valor do script de base segura foi correlacionado com a escala de Coerência da AAI para as mesmas mães. A Coerência é considerada central para a dimensão da segurança na AAI e os resultados sugerem a existência de e o acesso a um script de base segura bem organizado, faz parte daquilo que se considera ser pensar de modo coerente acerca da vinculação.

Os estudos desenvolvidos por Tini, Corcoran, Rodrigues-Doolabh e Waters (2003),

vieram demonstrar que o conhecimento de base segura materno se encontra associado às classificações das crianças observadas em Situação Estranha e Guttman-Steinmetz, Elliot, Steiner e Waters (2003) referem que mães com scores de base segura mais elevados são mais competentes (que as mães com valores mais baixos) em ajudar os seus filhos na co-construção histórias, com conteúdos relevantes para a vinculação.

Numa perspectiva cultural e étnica, Rodrigues-Doolabh, Zevallos, Turan e Green (2003) demonstraram que mães, pertencentes aos diferentes grupos, como os da Turquia e dos Emiratos Árabes Unidos, produziram narrativas de base segura detalhadas e explícitas, quando lhes foram apresentados os conjuntos de palavras sugestivas utilizadas com participantes americanos (embora, para estes grupos, certas palavras sugestivas tenham sido alteradas de modo a adequarem-se às práticas culturais dos mesmos). Nestas populações, as correlações encontradas entre histórias foram elevadas e os resultados totais apresentaram valores elevados de consistência interna aceitáveis.

No âmbito de um projecto de carácter internacional, o estudo desenvolvido por Veríssimo, et al. (2005) e adaptado pelos investigadores à cultura portuguesa, entre as Narrativas de Representação de Vinculação em Adultos (Waters & Rodrigues-Doolabh, 2004, manual não publicado) e o Attachment Q-set de Waters, 1987, sugere que as mães com scripts de base segura são consideradas pelos filhos como a base segura. As crianças com os valores mais elevados no critério de segurança, têm mães com scripts seguros. Este estudo também sustenta um dos princípios básicos da teoria da vinculação, o conceito de transgeracionalidade, no qual o modelo interno da mãe é o factor mediador da qualidade das interações e da prestação de cuidados ao seu filho, reflectindo-se na qualidade da vinculação da criança.

Assim, este método de obter e cotar a organização do conhecimento de base segura poderá ser amplamente aplicado nas culturas em que as mães contam histórias, sendo que deverão ter nível suficiente de competência na leitura, para compreenderem o significado de cada palavra existente nas listas de palavras sugestivas e as relações típicas existentes entre elas. A evidência de um script de base segura universal, consistente com o postulado da teoria da vinculação, considera que as relações de vinculação são organizadas em torno dos comportamentos de base segura em qualquer cultura (Rodrigues-Doolabh et al., 2003).

O Temperamento

A conceptualização de temperamento, tem sido alvo de redefinições recentemente efectuadas por diversos investigadores, quer na área da genética, enfatizando a vertente biológica influenciada por factores ambientais ou numa perspectiva ambiental dos factores biológicos privilegiando a infância (Bates, 1987). De acordo com o preconizado por Bowlby (1969/2002), as características iniciais do bebé podem influenciar o modo de interagir da mãe, assim como as características maternas iniciais, também podem influenciar o modo do bebé lhe responder.

A Teoria de Thomas e Chess

A investigação pioneira, iniciada nos anos 50, New York Longitudinal Study (NYLS), sobre as diferenças individuais no ser humano, desde os 3 meses até à idade adulta, foi desenvolvida por uma equipa de vários observadores, Thomas e Chess, 1977, 1980, Thomas, Chess e Birch, 1968 e Thomas, Chess, Birch, Hertzig e Korn, 1963, citados por Campos et al. (1983), subsequente das experiências na área da clínica, sugerindo-lhes que os factores ambientais, por si só, não sustentam a natureza e a variabilidade de problemas comportamentais.

Nesta perspectiva, os autores postularam que as susceptibilidades temperamentais, podem acentuar ou reduzir a tensão nos ambientes, sendo determinantes nos efeitos, de acordo com algumas observações, entre elas a que se refere à influência da criança no comportamento materno, opostamente ao que era considerado, e a flexibilidade da criança à influência comportamental da mãe.

Decorrente das observações efectuadas, Thomas, Chess, Birch, Hertzig e Korn (1963, cit. por Thomas & Chess, 1989) conceptualizam o temperamento como um estilo comportamental no sentido do como do comportamento, sendo uma característica inata do indivíduo, biologicamente determinada, muito embora a sua expressão e as suas características possam ser influenciadas por experiências do meio ambiente, sendo distinto da motivação (o porquê) e do conteúdo da acção (o quê). O como, está relacio-

nado como o indivíduo interage com o seu meio ambiente, assim como os efeitos no seu processo de desenvolvimento.

Na formulação dos limites do conceito, Thomas e Chess (in Goldsmith et al., 1987) afirmam que o temperamento é um atributo psicológico independente de outros como a cognição, estimulação, motivação ou emotividade além das potenciais capacidades físicas e da idade do sujeito, mas sequencialmente interdinâmicos e de mútua influência: uma criança pode envolver-se persistentemente numa dada tarefa se motivada, ainda que de temperamento pouco persistente, sendo este um comportamento atípico comparativamente a situações em que não está motivada. O conhecimento dos interesses e dos objectivos da criança, será o suporte para lhe facultar contextos adequados à sua necessidade temperamental de motivação; por outro lado, as actividades que impliquem a motivação da criança, como observar as próprias mãos, só por si não são indicadores de temperamento, os seja, os elementos temperamentais expressos nos seus comportamentos durante as actividades são a energia utilizada, a intensidade das reacções, a persistência na tarefa, entre outros.

Chess e Thomas (1989), para a investigação NYLS, alicerçaram-se em considerações segundo as quais as diferenças individuais nos padrões de comportamentos com que as crianças nascem, podem ser identificados, categorizados e avaliados, sendo que, apesar de considerado constitutivo por tendências comportamentais, a sua expressão e desenvolvimento pode ser atenuada, realçada ou modificada ou ainda pode ser alterada por outras influências no período após o nascimento.

Os padrões comportamentais ou temperamento, assim denominado por Michael Rutter (Chess & Thomas, comunicação pessoal, 1992, cit. por Rothbart & Bates, 1998), categoriza as diversas manifestações comportamentais, conforme as circunstâncias e em qualquer idade do indivíduo.

Nesta perspectiva, Chess e Thomas (1989) defendem a influência do temperamento nas atitudes e nas práticas parentais, assim como o impacto dessas mesmas atitudes no funcionamento psicológico da criança, assumindo-se como bidireccional não só em relação ao ambiente, como também entre a criança e a mãe, numa influência contínua, sendo o temperamento um aspecto da estrutura psicológica da criança, ainda que avaliado em qualquer dos extremos da estrutura temperamental.

Em conformidade com o postulado no início do projecto NYLS e as hipóteses subjacentes, Thomas, Chess e Birch (1968, cit. por Thomas & Chess, 1989) sustentam que o temperamento da criança é um factor importante desde o início da sua vida, no desenvolvimento da sua personalidade, devido aos efeitos mediadores nos pais, na auto-imagem dos mesmos, como figuras parentais influenciando-os também no acto educativo da criança. Assim sendo, e de acordo com a perspectiva de R. Bell em 1968, a criança é agente activo do seu próprio desenvolvimento (Thomas & Chess, 1989).

Neste sentido, Thomas, Chess e Birch (1968, cit. por Chess & Thomas, 1989) afirmam que o temperamento deve ser sempre considerado nas suas relações internas com as capacidades e com a motivação, e nas suas relações externas com as oportunidades e tensões ambientais, conducentes ao posterior desenvolvimento. Várias crianças ou adultos podem ter as mesmas motivações e níveis semelhantes de capacidade para uma tarefa ou actividade social, podendo diferir no modo como a executam, quer em termos da actividade motora quer na intensidade, muito embora possam ser equitativos na expressão do humor, na facilidade de adaptação, na persistência ou no grau de distratibilidade e no processo de funcionamento, sendo a expressão destas características representativas dos componentes do temperamento (in Goldsmith et al., 1987).

Com base nestes pressupostos, Thomas, Chess e Birch (1968, cit. por Chess & Thomas, 1989) formulam o conceito de “goodness of fit” (de ajuste recíproco), em que as capacidades, os motivos e o temperamento da criança adequam-se às exigências, às expectativas e às oportunidades do seu meio ambiente, promovendo de modo positivo, o desenvolvimento do indivíduo. Porém, e no pólo oposto, os autores também desenvolveram a noção de “poorness of fit”, no caso de inadequação das características da criança perante os desafios ambientais, conducente à sua inadaptação e comprometendo o seu desenvolvimento. Quer o primeiro quer o último conceito, não são abstracções, tendo significado próprio, enquanto exigências e valores de um dado grupo socioeconómico ou de uma cultura.

Chess e Thomas (1989) consideram que o modelo pode ser comparado à selecção natural na teoria evolucionária, devido ao ajuste contínuo e recíproco organismo-ambiente, em que conceptualmente não são especificados quais os mecanismos determinantes na adaptação favorável ou os que contribuem desfavoravelmente (Chess & Thomas, 1989).

O modelo goodness of fit, concebido como tendo uma estrutura própria assim como uma dinâmica específica de interactividade entre cada organismo e o seu meio ambiente, contribuindo deste modo para a sua evolução, na qual estão envolvidas outras características biológicas e psicológicas além do temperamento, enquanto ser humano, sendo considerado, pelos seu autores (op. cit., 1989) como multifactorial e multidimensional.

Thomas e Chess (1977, 1984, cit. por Bates, 1987) defendem que a ocorrência de mudanças desenvolvimentais, observadas num dado comportamento de uma criança, são decorrentes de um antecedente de continuidade. Nesse sentido, e com base na análise de conteúdo dos relatórios parentais e na dos factores subjacentes aos comportamentos contextualizados, identificam nove dimensões de temperamento (Thomas & Chess, 1977, cit. por Bates, 1987; Campos et al., 1983; Kagan, 1998):

- 1) Aproximação/afastamento – perante um novo estímulo e a natureza da reacção inicial da criança positiva ou negativa, induzida pela sua disposição ou actividade motora;
- 2) Adaptabilidade ou facilidade de adaptação a novas situações e como pode ser modificado numa dada direcção;
- 3) Humor dominante positivo ou negativo, feliz ou irritável;
- 4) Intensidade de reacções emocionais, independente da direcção do vigor demonstrado;
- 5) Ritmicidade ou regularidade das funções do corpo, como a alimentação, ciclos de sono e de eliminação;
- 6) Atenção/Persistência e a duração do seu interesse perante um estímulo;
- 7) Distratibilidade ou o grau do estímulo necessário para alterar o comportamento;
- 8) Nível de actividade-expressão na mobilidade em situações diárias e a sua proporcionalidade entre os períodos activos e não activos;
- 9) Limiar de responsividade a eventos subtis.

Nas cinco primeiras dimensões, segundo Thomas e Chess (1977, cit. por Bates, 1987), estão incluídas as crianças de temperamento difícil, no entanto, os estudos efectuados por diversos autores, entre eles, os de Bates (1980, cit. por Bates, 1987) não

sustentam a abrangência dessas dimensões nesse constructo. Por outro lado, Hagekull, Lindhagen e Bohlin (1980, cit. por Bates, 1987), numa avaliação molecular, encontraram algum suporte para as dimensões de aproximação, de limiar de responsividade e de ritmicidade, sendo fraco, numa perspectiva global.

Em consonância com estas dimensões, articulam três categorias de temperamento com base na tipologia da criança: as crianças fáceis, a categoria mais frequente, caracterizada pela regularidade da sua actividade, aproximando-se de objectos desconhecidos e manifestando bom humor; a segunda, refere-se às crianças de adaptação lenta e inibida, que ocasionalmente manifestam alguma tensão e reagem ao desconhecido, afastando-se; a terceira, engloba as crianças difíceis, sendo a que apresenta menor frequência na categorização, caracterizada por regularidade mínima e irritabilidade frequente, afastando-se do que é desconhecido, demonstrando dificuldade na adaptação (Thomas & Chess, 1977, cit. por Kagan, 1998).

O estudo desenvolvido por Buss e Plomin (1984, cit. por Bates, 1987), baseado no questionário do sistema de Thomas e Chess, considera as bases das várias dimensões diminutas, quando analisadas separadamente, para que possam ser psicometricamente representativas de dimensões significantes.

Nesta mesma linha de investigação, mas com enfoque na criança difícil, Bates, Freeland e Lounsbury (1979) citados por Bates (1987) referem-se às respostas dadas pelos pais no preenchimento dos questionários, quanto ao temperamento difícil demonstrado pela sua criança, centradas nas expressões de afectos negativos assim como nos comportamentos exagerados e de choro intenso, na dimensão de adaptabilidade da criança a situações ou a pessoas novas e a sua correlação com o temperamento difícil, na óptica parental, assumiu contornos ligeiros; na dimensão da ritmicidade, os pais foram inconclusivos, por a considerarem como carecendo de características da criança difícil.

Um outro conceito do temperamento, refere-se à instabilidade que um padrão comportamental pode demonstrar durante o desenvolvimento e ser entendido como temperamento. Thomas e Chess (1977, cit. por Bates, 1987) sustentam a influência do meio ambiente nas características do temperamento, no entanto, estas podem ser modificadas por eventos, sendo por isso considerados desnecessários níveis elevados como indicadores de estabilidade temporal em quaisquer das dimensões do temperamento.

Nesta perspectiva, os estudos desenvolvidos por Buss e Plomin, 1984 e Goldsmith e Campos, 1982, citados por Bates (1987), também sustentam a modificabilidade do temperamento, apresentada pelas escalas de avaliação de Thomas-Chess, pela modesta para moderada correlação em bebés e moderada para moderadamente alta nos anos pré-escolares, tornando-se significativamente modesta, a partir dos seis anos e ao longo do seu crescimento.

Relativamente à controvérsia continuidade/descontinuidade do temperamento, Thomas e Chess (1977, cit. por Campos et al., 1983) defendem a aparente descontinuidade das características temperamentais com uma continuidade subjacente, pelo facto de uma mesma característica poder ser manifestada por diferentes comportamentos, ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, os autores sustentam a previsibilidade do temperamento num comportamento subsequente quando contextualizado, em que estão implicadas não só as reacções de outros como as expectativas, influenciando o processo de socialização da criança (Thomas & Chess, 1977, 1980, cit. por Campos et al., 1983).

Através das interações sociais que o sujeito estabelece com os outros seres humanos aprende a conhecer-se a si próprio (Thomas & Chess, 1989), sendo que a auto-diferenciação, evidenciada por algumas crianças aos 9 meses de idade (Lewis & Brooks, 1974, 1975, cit. por Thomas & Chess, 1989), contribui para a formação do auto-conceito, podendo comprometer a natureza do funcionamento comportamental da própria criança, afectando-a negativa ou positivamente no seu desenvolvimento psicológico (Chess & Thomas, 1989), assim como pelas implicações no ajuste do seu temperamento com as tendências pré-existentes do grupo social de que faz parte (Chess & Thomas, 1989; Lerner & Lerner, 1983, cit. por Bates, 1989b).

Nesta perspectiva, Thomas e Chess (1989) conceptualizam o temperamento como uma variável mediadora entre um estímulo externo e a sequente resposta intrínseca, podendo adequar-se ou modificar-se na sua expressão relativamente ao contexto, numa dinâmica interactiva, através do modelo goodness of fit. Nem sempre o temperamento de uma criança difícil é sinónimo de problemas de comportamento nem o de uma criança fácil garante que a isenção do mesmos. Na perspectiva de Thomas e Chess (1989), no ajuste recíproco do organismo ao meio ambiente, não está implicada a ausência de tensões e conflitos, pois estes são concomitantes inevitáveis no processo de desenvolvimento.

Os autores (op. cit., 1989) sublinham o temperamento difícil da criança, como desfavorável ao seu desenvolvimento, postulando estar associado à dissonância entre as expectativas ou as exigências do contexto e as capacidades da criança, por desajuste, conducentes a um desenvolvimento inadequado. Assim sendo, e de acordo com Thomas e Chess (1989), o temperamento é um factor primordial no desenvolvimento da personalidade da criança, no entanto a personalidade também influi a expressão do temperamento.

A Teoria de Buss e Plomin

A abordagem teórica de Buss e Plomin (1975, 1984, cit. por Buss, 1989) enfatiza o estudo do temperamento como subclasse das características da personalidade sendo de herança genética e aparecendo ao longo do primeiro ano de vida do bebé. O conjunto destes dois aspectos sugere, aos seus investigadores, situar-se na base da personalidade do indivíduo. Por outro lado, o temperamento, ainda que seja uma característica da personalidade, está sujeito a ser modificado por influência do processo de socialização assim como pela experiência indivíduo.

Na óptica de Buss e Plomin (1975, 1984, cit. por Bates, 1987), a noção de temperamento, além de ser constitutivo enquadra outras influências quer de origem biológica quer pré-natal, sendo considerado essencialmente como herança genética, salvaguardando que as características temperamentais herdadas, apesar de induzirem a expressão comportamental não são, necessariamente, determinantes directos.

A teoria do temperamento conforme preconizada por Buss e Plomin (1975, cit. por Campos et al., 1983) obedece a cinco critérios de natureza biológica e desenvolvimental, considerando válidas as dimensões do temperamento devido a serem hereditárias, estáveis, preditivas da personalidade nas crianças mais crescidas e no adulto, sendo evolutivas, e também observadas nos primatas, conforme os estudos desenvolvidos por Chamove, Eysenck e Harlow, 1972, por Goodall, 1986 e por Stevenson-Hinde, Stillwell-Barnes e Zung, 1980 (Buss, 1989).

Como parte da herança evolutiva e do desenvolvimento da personalidade no ser humano, Buss e Plomin (1975, cit. por Campos et al., 1983), consideraram inicialmente quatro dimensões de temperamento: emocionalidade, actividade, sociabilidade e

impulsividade, sendo que a última foi abandonada por inadequação, devido a não revelar-se como significativa da herança genética, mas com grande probabilidade de estar interligada ao comportamento parental. Buss e Plomin (1984, cit. por Buss, 1989) agregam, sob o acrónimo EAS, as outras três dimensões do temperamento.

Neste sentido os autores (1984, cit. por Bates, 1987), investigaram quais as características temperamentais atribuíveis à herança genética, por observação de bebés, assim como a sua influência e vice-versa, ou seja, as variações ambientais devido à interacção organismo-meio ambiente, na expectativa de especificar esses mesmos genes, conforme os estudos de Plomin, 1985 e Plomin, DeFries e MacClean, 1980, citados por Bates (1987), a fim de, num próximo futuro regularizar a definição de temperamento.

Relativamente às dimensões (EAS) do temperamento, Buss e Plomin (1984, cit. por Buss, 1989) mencionam a emocionalidade, como primeira dimensão, na especificidade dos efeitos produzidos na sua diferenciação, e no medo e na raiva que por definição são afectivos (op. cit., 1989). Assim, a activação de respostas a estímulos fortes, é expressa através de comportamentos e afectos (Buss & Plomin, 1984, cit. por Bates, 1987), acompanhada por sentimentos de apreensão e preocupação nos quais está presente a componente cognitiva, sendo do domínio do sistema nervoso simpático a base desta tendência, enquadrando comportamentos e mudanças a nível psicofisiológico (Bates, 1987).

Inicialmente, e de acordo com o postulado de Ekman e Friesen (1971, cit. por Buss, 1989), existe na criança uma tendência para a angústia ou perturbação geral como resposta a estímulos fortes, e aos 2-3 meses de idade é distinta de outras emoções, da expressão facial de medo e aos 7 meses a de raiva apresenta também semelhanças com as dos primatas, conforme as investigações de Andrew, 1963 e de Redican, 1982 (Buss, 1989).

Para as crianças com baixo nível de emocionalidade, Buss e Plomin (1984, cit. por Bates, 1987) consideram existir uma correlação positiva entre os níveis de medo e de raiva, enquanto para as de emocionalidade de nível elevado a correlação é inversa. A predominância de um ou de outro afecto negativo, será em função da aprendizagem social ou também poderá ser em função das outras características do temperamento da própria criança.

A componente cognitiva associada à raiva, é expressa por breve antipatia ou reacções de hostilidade. A componente instrumental na situação de raiva, é expressa

através da agressão como forma de reacção perante o que a criança sente como ameaçador, porém no caso do medo poderá ser instrumentalizada, de acordo com as capacidades da própria criança, encolhendo-se, escondendo-se atrás de alguma coisa ou correndo quando apta na locomoção, entre outros (Buss, 1989). As investigações de Bates (1980, 1983, cit. por Bates, 1987), sustentam que o conceito de emocionalidade, da teoria de Buss e Plomin, está relacionado com a conceptualização de temperamento difícil.

A segunda dimensão, a actividade, refere-se ao tempo e à energia despendida pela criança, no vigor manifestado quer na amplitude das respostas, quer na intensidade das mesmas, seja a estímulos exteriores, seja em situação de actividade (Buss & Plomin, 1975, cit. por Buss, 1989). O nível de actividade de uma criança activa, de acordo com Buss e Plomin (1984, cit. por Buss, 1989), será mais elevado quando esta atinge a mobilidade, acedendo à exploração do meio ambiente de modo enérgico, quer nos movimentos que executa quer nas formas de jogo que adopta. O conceito de nível de actividade, de acordo com Buss (1989), é comum a muitos sistemas de variáveis de temperamento.

Relativamente ao nível de actividade do temperamento da criança e a sua relação com o meio ambiente, Bates (1987) sugere a probabilidade de mútua influência, sendo necessário considerar as características de cada uma das partes. Neste sentido, o autor (1987) admite que as diferenças individuais na dimensão actividade potenciam o desenvolvimento social na criança.

A dimensão actividade, considerada pelos autores (1975, cit. por Buss, 1989), como sendo a única característica estilística dos três temperamentos pela maneira em que consiste a sua resposta (o quê), e não pelo conteúdo (o como) do comportamento (o caso do aperto de mão). As crianças com elevada actividade demonstram ter mais resistência e vigor físico comparativamente às de baixo nível, na mesma dimensão. Neste sentido, Buss (1989) afirma que a assimetria nesta dimensão temperamental, pese embora constitutiva, está relacionada com a diferenciação entre os seus principais componentes.

Por outro lado, Buss e Plomin (1975, cit. por Bates 1987) sugerem que o nível de actividade só deve ser medido numa idade posterior ao primeiro ano, para que possa considerar-se representativa dessa característica por apresentar estabilidade na criança, tendo presente as hipóteses de alteração de actividade como temperamento devido a outra situação, sendo exemplo, quando a criança está perturbada, em que o valor funcional na diferença de actividades, assume valor relevante no que concerne à

socialização (Buss & Plomin, 1984, cit. por Bates, 1987), podendo influenciar negativamente o meio ambiente, tanto por excesso como por níveis baixos de actividade da criança, ou a criança resistente passiva, que está atenta e demonstra ser activa no momento exacto, direccionando-a e exercendo influência positiva.

A última dimensão, a sociabilidade, refere-se ao nível de preferência da criança para estar com outras pessoas, sentindo-se recompensada com a presença e com a atenção que os outros lhe conferem, com os quais inicia frequentemente contactos e interacções com outras pessoas em geral, não necessariamente com quem tenha estabelecido relação (Buss & Plomin, 1984, cit. por Bates, 1987), respondendo calorosamente às interacções sociais. A principal componente desta dimensão é instrumental, consistindo no movimento em direcção aos outros; e a outra, a responsividade ao estímulo social. As crianças com níveis elevados de sociabilidade reagem entusiasticamente aos sinais dos outros, não acontecendo o mesmo às que têm baixos níveis, nem sendo sinónimo de isolamento. Buss (1989) defende que, tal como nos primatas, o ser humano é fortemente afiliativo.

De acordo com a perspectiva de Buss (1989), a criança com elevado nível de sociabilidade é afiliativa, activando a atenção dos outros, na constante procura de incentivos sociais, como forma de obter estímulos à sua necessidade de interacção social, opostamente às crianças que apresentam baixo nível de sociabilidade e de motivação, em que podem considerar como intrusiva a interferência responsiva de outras pessoas. Neste sentido, Buss (1989) assume que a frequência comportamental da criança para interagir, é um indicador da sua sociabilidade, mencionando como factores essenciais o grau e a duração da responsividade. Segundo Bates (1987), o estudo efectuado por Buss e Plomin (1984, cit. por Bates, 1987) relativamente à sociabilidade, apresenta uma perspectiva ecológica no que concerne ao seu processo na díade mãe-criança, onde se enquadra o temperamento difícil da criança em relação à sua sociabilidade e às características temperamentais maternas.

Nesta linha de pensamento, o trabalho desenvolvido por Bates, Miller e Bayles (1984, cit. por Bates, 1987) constataram que os bebés de 4-6 meses de idade, que foram caracterizados pelas mães como tendo temperamento difícil, era proporcional à classificação materna do nível de exigência de estimulação social que representavam. Assim, e de acordo com Bates (1987), a dissonância entre as características do bebé e as da mãe poderá estar na origem de conflitos.

Neste sentido, mas numa outra vertente, Lamb (1982, cit. por Bates, 1987) questiona a hereditariedade desta dimensão temperamental, pela ambiguidade em que se alicerça, dependendo das qualidades do ambiente social como principal fonte de recurso da sociabilidade da criança, sustentando-a nos resultados da interrelação com a vinculação segura, em termos ambientais. Não obstante, Buss (1989) afirma que as crianças mais sociáveis demonstram estar mais motivadas na retribuição dos estímulos, assim como mais disponíveis para suportar a adversidade social, comparativamente às menos sociáveis.

De acordo com Buss e Plomin (1974, 1985, cit. por Buss, 1989) as três dimensões do temperamento, EAS, hereditárias e de base genética, surgem desde logo na vida do ser humano e susceptíveis à influência do meio ambiental. Os autores enfatizam a vulnerabilidade do bebé nos dois primeiros anos e à sua grande preocupação quanto ao impacto ambiental nos mecanismos de aprendizagem, sendo considerada a estabilidade do temperamento como crucial no desenvolvimento do indivíduo.

A Teoria de Rothbart

De acordo com os pressupostos de Rothbart (1989a), o temperamento é definido como sendo constitutivo, tendo por base as diferenças individuais em reactividade e auto-regulação. Relativamente ao conceito, Rothbart e Derryberry (1981, cit. por Rothbart, 1989a) clarificam a utilização dos seguintes termos: constitutivo, refere-se à relativa estabilidade biológica no indivíduo, influenciando-a ao longo do tempo, através da hereditariedade, da maturação e da experiência; a reactividade refere-se à activação da actividade motora, assumindo-se como característica de resposta do sistema nervoso autónomo e dos processos endócrinos.

Neste sentido, Rothbart (1989a) defende que a reactividade pode ser avaliada através dos parâmetros de limiar de reacção, ao que está latente, quer pela intensidade quer pelo tempo necessário para atingir o ponto máximo reacção assim como a sua recuperação; auto-regulação refere-se aos processos facilitadores ou inibidores da reactividade, sendo que esses processos englobam a atenção, a aproximação, o afastamento, o ataque, a inibição de atitudes, assim como, a capacidade para se acalmar.

As tendências do indivíduo e as suas características de reactividade e de auto-regulação, apesar de serem constructos diferentes, são interactivos (Rothbart, 1989a), harmonizando as expressões reactivas através de processos auto-reguladores característicos do próprio indivíduo, funcionando como sistemas organizativos no desenvolvimento da criança (Bates, 1987; Rothbart & Derryberry, 1981, cit. por Rothbart, 1989a). Relativamente ao temperamento, a autora (1989a) afirma que este pode ser estudado em várias vertentes, como nos comportamentos associados às emoções, atenção e nos de actividade motora (Bates, 1989a; Rothbart & Bates, 1998), pelo facto das características temperamentais demonstrarem consistência através das várias situações bem como relativa estabilidade ao longo do tempo (Bates, 1987; Goldsmith, et al., 1987; Konhstamm, 1986, cit. por Bates, 1989a; Rothbart & Derryberry, 1981, cit. por Rothbart & Bates, 1998).

À conceptualização de temperamento, Rothbart e Derryberry (1981, cit. por Bates, 1987) referem estar associadas, processualmente, duas dimensões, que caracterizam o tipo de sistemas de respostas individuais a estímulos: a intensidade necessária de um estímulo para produzir uma resposta, relacionada com a noção de limiar de temperamento; e a intensidade da própria resposta assim como o tempo para o seu reequilíbrio, sendo que os sistemas de respostas estão agregados a padrões de ordem emocional e de motivação, influenciando directamente o desenvolvimento do indivíduo e produzindo, indirectamente, efeitos no ambiente social, pela tipologia das suas reacções emocionais, estruturadas psico-biologicamente.

As emoções, na opinião de Rothbart (1989a), são processos que enquadram: aspectos reactivos, como a expressão facial, a afectiva, a motora e a estimulação do sistema nervoso autónomo e do neuro-endócrino; e, aspectos auto-reguladores, como a aproximação ou o afastamento, a inibição, assim como outros. Com base na estruturação do temperamento como sistema funcional, Rothbart (1989a) advoga a possibilidade de avaliar as diferenças individuais através da expressão facial e na activação dos sistemas nervoso autónomo e neuro-endócrino, como também alargá-la a níveis globais da organização emocional como o medo e a frustração.

Por outro lado, vários investigadores como Buss e Plomin, 1984 e Goldsmith e Campos, 1982, citados por Bates (1987) consideram o modelo de Rothbart & Derryberry (1981, cit. por Bates, 1987) como sendo inclusivo, questionando a indefinição entre temperamento e os outros comportamentos do indivíduo. Nesse sentido, Rothbart &

Derryberry (1981, cit. por Bates, 1987) sustentam que a personalidade tem por cerne o temperamento do sujeito, sendo o seu constructo de maior amplitude, incluindo também características cognitivas, como o auto-conceito. Nesta perspectiva, Bates (1989a) evoca questões de origem endógena vs. exógena das disposições dos comportamentos sociais, assim como estabilidade vs. instabilidade, como variáveis no estudo da influência do temperamento no desenvolvimento da criança.

Paralelamente, Rothbart e Derryberry (1981, cit. por Bates, 1987) mencionam como factores essenciais para o desenvolvimento da criança, as expressões temperamentais, referindo a importância da necessidade de auto-controlo da reactividade como sistema do temperamento. Os autores (1981, cit. por Bates, 1987) defendem a possibilidade da criança regular as suas respostas, através da aprendizagem e na modelação da sua atenção, objectivando a mudança no próprio ambiente ou moderando as respostas no seu meio ambiente, prevalecendo o seu desenvolvimento harmonioso, verificado em estudos através da função do cortisol no sistema nervoso autónomo, ao nível do sistema simpático.

Na perspectiva de Rothbart e Derryberry (1981, cit. por Bates, 1987) o temperamento alicerça-se em processos biológicos específicos, que integram a estrutura neural, em processos bioquímicos e no equilíbrio entre os processos de estimulação e inibição, de acordo com os estudos desenvolvidos por Rapoport, Pandini, Renfield, Lake e Zigler, (1977, cit. por Bates, 1987), ao evidenciarem estar associados a níveis de irritabilidade da criança, pelos níveis de substâncias químicas presentes na saliva das respectivas crianças.

O enfoque do trabalho empírico desenvolvido por Rothbart (1981, cit. por Bates, 1987) residiu na escolha de variáveis específicas, consideradas pelas suas propriedades psicométricas: o nível de actividade em termos de actividade motora; a tendência para o sorriso e o riso em situações similares; o medo, a tensão e as respostas de não aproximação a novas situações; dificuldade para a delimitação, explicada como o exagero e o choro como resposta a ter que esperar ou quando é inibido por outrem; capacidade para acalmar-se, ou a dificuldade na sua efectivação; duração da orientação, como por exemplo, a duração de tempo em que a criança permanece envolvida com um dado objecto, considerando a ausência de situações de maior estímulo.

Relativamente às variáveis propostas por Rothbart (1981, cit. por Bates, 1987), existem pontos comuns com as dimensões teóricas de temperamento de Thomas e Chess e com as de Buss e Plomin. A dimensão actividade, assumida como variável comum dos

dois últimos sistemas, o medo, apresenta semelhanças com as de aproximação e de adaptabilidade de Thomas e Chess, a dificuldade para a limitação, conceptualmente análoga ao humor como dimensão na escala de Thomas e Chess, aproximando-se significativamente com a componente emocional do conceito de raiva na teoria de Buss e Plomin, a capacidade de acalmar-se está relacionada com a distratibilidade de Thomas e Chess estando, também, directamente associada ao conceito de Buss e Plomin, no que se refere à emocionalidade, a duração da orientação encontra semelhanças na dimensão de atenção de Thomas e Chess.

Relativamente à última das variáveis, Rothbart (1981, cit. por Bates, 1987) refere que os resultados dos seus estudos sustentam a sua instabilidade durante a infância, paradoxalmente ao postulado na teoria de Buss e Plomin. Por outro lado, a autora enfatiza a acção do contexto no comportamento da criança como produto dos padrões temperamentais de auto-regulação, reactividade e dos estímulos subjacentes. Assim, no postulado do modelo de Rothbart (1989a) quanto à variabilidade das características temperamentais de criança para criança, pode ser o produto dos processos de reactividade e de auto-regulação temperamental e da sua maturação, podendo estar interrelacionadas com os processos sociais do meio ambiente do sujeito.

As disposições temperamentais de base endógenas, são consideradas como resultado da evolução biológica, alicerçado no estudo do ser humano e de animais, conforme os estudos de Gunnar, 1994 e Strelau, 1983, citados por Rothbart e Bates (1998). Todavia, a assumpção da plasticidade do sistema comportamental e a capacidade de adaptabilidade da criança às exigências ambientais (Rothbart & Ahadi, 1994, cit. por Rothbart & Bates, 1998), devem-se a sistemas afectivo-motivacionais, em que o seu funcionamento processual interrelaciona-se como sistemas abertos aos conteúdos das experiências, influenciando o desenvolvimento da criança (Rothbart & Bates, 1998).

Nesta perspectiva, torna-se pertinente o estudo das vivências da criança no seu meio ambiente imediato, com características específicas, no qual ocorre o desenvolvimento da criança.

A Divisão de Tarefas

As profundas modificações nas sociedades ocidentais, decorrentes de eventos e conflitos ao longo da segunda metade do século XX, como o acesso da mulher ao ensino e ao mercado de trabalho, influenciaram significativamente o modo de envolvimento parental no acto educativo dos filhos. Muito embora de modo suave e, numa visão conceptualmente diferente, flutuando entre o instrumental e a expressividade da sua natureza, o pai participa na educação da criança, além de prover recursos económicos à família (LaRossa, 1997, cit. por Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000), ou seja, “Technically present but functionally absent.” (LaRossa, 1988, p. 5, cit. por Arendell, 1999), permanecendo enraizada a visão da figura materna como sendo a dotada de qualidades para a prática de cuidados de educação dos seus filhos e a paterna como a que assegura a subsistência do agregado familiar (Arendell, 1999; Hwang, 1986; Cox, Owen, Lewis & Henderson, 1989).

Porém, às complexas e multidimensionais características do desempenho parental, podem estar subjacentes marcos históricos, quer nas oscilações subtis ou substanciais, de uma para uma outra sociedade, quer no próprio contexto social (Lamb, 1987; Tamis-LeMonda, 2004). Os vários estudos efectuados em culturas e sub-culturas distintas, como os Aka Pigmeus da República Central Africana (Hewlett, 1987), os Kipsigui do Quénia (Tamis-LeMonda, 2004), os kibbutzin de Israel (Neubauer, 1965, cit. por Lamb, 1998; Sagi, Lamb, Shoham, Dvir & Lewkowicz, 1985, cit. por Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2005) ou os da Suécia (Lamb, 1998; Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983) sugerem diferenças nos comportamentos parentais assim como nos seus modos peculiares de apropriação, questionando a sua universalidade conceptual.

Decorrentes das céleres transformações culturais, sócio-demográficas e económicas, desde o período da II Guerra Mundial, caracterizado pela hegemonia do trabalho fabril feminino, que decresceu significativamente no pós-guerra, para nos anos 60 tornar a aumentar, vieram alterar a concepção tradicional da estrutura familiar e as expectativas quanto ao desempenho das figuras parentais (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000). Assim, a figura do pai tem vindo a alterar-se gradualmente, do singular suporte económico, de acordo com os trabalhos de Benzon, 1968, Cazenave, 1979 e Pleck, 1983, citados por Lamb (1987), e apoio na educação dos filhos

(Balancho, 2003) para um pai afectuoso, envolvendo-se activamente na educação dos mesmos, quer nos cuidados diários quer interagindo.

Neste sentido, o conceito de família tradicional tem sido absorvido, de acordo com as diversas investigações (Deutsch, 2001, cit. por Monteiro et al., 2006; Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000) que sustentam o despertar idealizado da “partilha parental” das responsabilidades e tarefas, diluindo-se as questões relativas ao género. Presentemente, alguns pais das modernas sociedades ocidentais, participam activamente na vida das suas crianças (Deutsch, 2001; Easterbrooks & Goldberg, 1984) demonstrando serem afectuosos, sensíveis e responsivos nas interacções que mantêm, sem que sejam sinónimo do estilo interactivo materno (Belsky, Gilstrap & Rovine, 1984; Fox, Kimmerly & Schafer, 1991; Lamb, 1987).

Os estudos efectuados por vários autores (Deutsch, 2001 cit. por Monteiro et al., 2006; Rohner & Veneziano, 2001), apontam para as evidências ainda patentes no mundo ocidental, em que a imagem cultural da mãe permanece como a de principal prestadora de cuidados, e a do pai, como seu substituto ou companheiro de brincadeiras com os filhos.

Por outro lado, o envolvimento quotidiano do pai na prestação de cuidados à criança, considerado como pouco masculino num passado recente, exceptuando-se as ocasiões de apoio pontual e de suporte à mãe, de acordo com os estudos de Kelley, 1997 e Kelley et al., 1998, citados por Balancho (2004) e os de Rohner e Veneziano (2001), não se enquadrando as situações de falta ao serviço por doença do menor ou horário compatível com o da escola, ainda instituídas, devem-se ao paradigma, segundo Deutsch (1999, cit. por Monteiro et al., 2006), das próprias convicções sobre os insubstituíveis cuidados maternos e a singularidade das interacções criança-mãe, nas quais está subjacente a natureza da sua paternidade, disponível à auto-realização, mas confrontado com as normas sociais.

Sobre a competência, quer paterna quer materna, no que concerne à prestação de cuidados à criança e às funções parentais, Lamb (1981a, cit. por Lamb, 1987) constatou a inexistência de diferenças positivas ou não, nos pais, para a criança recém-nascida, dissociando a noção de instinto materno como exclusivo da mulher. Analiticamente, o autor (op. cit. 1987) advoga que as competências parentais, habitualmente, se devem à prática das mesmas.

Relativamente às representações da paternidade, na perspectiva do avô e do pai português, Balancho (2004) refere que a concepção do primeiro vai ao encontro da tradicional figura que emana autoridade e disciplina, sem grande envolvimento emocional, além de presente só em circunstâncias específicas, enquanto que o pai da segunda geração, reconhece como essencial à educação das crianças, demonstrar-lhes as suas capacidades de ser sensível, compreensivo, aberto ao diálogo, partilhando a autoridade e o mútuo respeito, não deixando de ser descontraído e lúdico, correspondendo à noção do novo pai (Lamb, 1987), capaz de estar presente na vida da criança.

Na realidade a investigação desenvolvida por Wall (2005), contraria de algum modo a visão anterior, sustentando a substancial opinião dos portugueses em valorizarem os cuidados maternos comparativamente aos paternos. No âmbito económico, o contributo para o rendimento familiar é considerado, por esta mesma população, equitativa quanto ao género (93%), admitindo alguns (78%) que as crianças sofrem quando a mãe tem uma actividade profissional, enquanto que uma parcela (43%) reserva à mãe a exclusividade dos cuidados dos seus filhos, devendo esta permanecer em casa, por anteciparem um impacto negativo nos possíveis relacionamentos afectivos da criança, concorrentes com o emprego materno, na perspectiva do pai. Paradoxalmente, e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (2005), o número de população activa era de 5.122.800 sendo que 2.338.600 são mulheres e 2.784.200 são homens.

Os resultados obtidos nos vários estudos, remetem a imagem da paternidade para um sistema frágil, flutuando entre uma perspectiva modernista, com o emergente envolvimento paterno, nomeadamente no sentido da partilha dos cuidados prestados à criança, e uma conservadora em que se verifica uma divisão desproporcional na dinâmica familiar, quanto à maternidade e à paternidade, mesmo quando ambos os membros trabalham, continuando a ser concedida à mãe, a primazia neste domínio. Por outro lado, apesar de alguns pais, em relação aos seus próprios pais, estarem mais envolvidos com os filhos, globalmente as mudanças são ténues (Arendell, 1999).

Relativamente à tipologia de envolvimento parental, o modelo de Lamb distingue três componentes (Lamb, Pleck, Charnov & Levine, 1987, cit. por Lamb, 1987), em que “engagement” ou “interaction”, refere-se ao tempo passado em interacção directa com a criança no contexto de prestação de cuidados ou de brincadeiras; “availability” está relacionada com a presença ou à acessibilidade do pai por parte da criança; e,

“responsability” é assumida por cada um, no zelo e pelo bem-estar e pelos cuidados da criança, não tendo necessariamente de passar por interações directas entre pai e criança. Salienta-se a importância da última, podendo ser ilustrada “by considering the difference between being responsible for childcare as opposed to being able and willing to “help out” when it is convenient” (Lamb, 1987, p. 8).

Paralelamente, outros factores também podem afectar o envolvimento paterno, podendo ser independentes ou estarem correlacionados, e de acordo com Arendell (1999), prendem-se com as atitudes da mãe perante o envolvimento paterno, com a qualidade da relação conjugal, em consonância com as características psicológicas do pai, actuando como catalisadores contextualizados (Parke & Sawni, 1980, cit. por Levy-Shiff & Israelashvili, 1988), nas quais se enquadram a motivação e as atitudes quanto aos papéis de género, associadas às características da criança, como o temperamento, além dos factores instituídos socialmente, como o estatuto sócio-económico, o grau de exigência laboral e a satisfação da recompensa, assim como o emprego materno.

Numa outra dimensão, Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1987, cit. por Lamb, 1987) referem que o envolvimento paterno, numa família bi-parental, é variável no sentido inverso quanto ao emprego materno ou como doméstica. No entanto, a maior discrepância reside na área da responsabilidade nos cuidados e educação da criança, que o pai concebe como pertencente ao domínio materno, não obstante, é um pai acessível e interage com suas crianças. Nas famílias em que ambos os pais co-habitam e estão empregados, o envolvimento paterno é superior ao materno observando-se o oposto quando a mãe está em casa. Por outro lado, as investigações efectuadas por Lamb (1987), relativamente à responsabilidade, sustentam que não foi encontrada qualquer associação entre o emprego materno e o envolvimento paterno. Porém, Laflamme, Pomerleau e Malcuit (2002) sugerem que o emprego materno é quase irrelevante no modo como a partilha da responsabilidade parental, percebida quer pela mãe quer pelo pai, de crianças de 9 e 15 meses de idade.

Apesar do crescente envolvimento paterno, comparado com o da mãe, conforme os dados estatísticos, estes não revelam nem as razões nem a sua qualidade, podendo reflectir um decréscimo no tempo absoluto que as mães dedicam aos seus filhos, (Bailey, 2001 cit. por Monteiro et al., 2006; Cabrera et al., 2000; Lamb, 1987), atendendo a que esta variável pode conter aspectos não previstos e contaminar a leitura dos resultados.

Sobre um ângulo de visão diferente dos estudos anteriores, alguns autores observaram o envolvimento paterno na partilha da responsabilidade parental segundo os vários segmentos sociais. Neste sentido, Paquette (2004) afirma que, essencialmente nas classes média e média alta, parece ocorrer essa mesma partilha, enquanto que numa amostra da população portuguesa, Gouveia et al. (1991), verificaram que a participação do pai é menor nos extremos das esferas sociais, enquanto que as investigações desenvolvidas por Grossman, Pollack e Golding (1988) salientam a complexidade do constructo de classe social, tornando-se por vezes vago, comportando importantes distinções quer na dimensão económica quer na psicológica.

A funcionalidade do envolvimento paterno, segundo Levy-Shiff e Israelashvili (1988), influenciada por múltiplos aspectos, como a personalidade, a auto-estima e a virilidade, específicos do próprio indivíduo, estão associados proporcionalmente à participação do pai na educação da criança, o pai que desfruta de capacidade económica confortável, dispensa menos tempo ao filho, que o pai de baixos rendimentos. Porém, e de acordo com vários autores (Levy-Shiff & Israelashvili, 1988; Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000), o envolvimento do primeiro é mais positivo, sendo necessário considerar as características da criança, assim como a estrutura do contexto social, onde ocorrem as interações pai-filho, podendo este ser condicionador ou facilitador do potencial envolvimento paterno.

Recentemente, o estudo longitudinal de Tamis-LeMonda, Shannon, Cabrera e Lamb (2004), em crianças aos 24 meses e aos 36 meses de idade, vem redireccionar os resultados anteriores, quanto à qualidade do envolvimento paterno, do pai economicamente frágil, em famílias bi-parentais, com percurso académico médio, sendo estes factores preditivos, indirectamente, nos efeitos positivos nos seus filhos, ao nível do desenvolvimento cognitivo e da linguagem.

O nível educativo dos pais, mencionado por Arendell (1999), também é considerado um factor concomitante na definição de estatuto socio-económico e preditivo do envolvimento paterno. Neste sentido, o autor (op. cit., 1999) defende que o nível educativo das mães encontra-se positivamente correlacionado, com a participação paterna, quer os pais tenham habilitações literárias superiores ou não.

As características da criança, nomeadamente a idade e o género, também podem estar relacionadas com o envolvimento paterno. Neste sentido, Arendell (1999) sustenta a

existência de uma correlação, desde o nascimento da criança, entre o seu género e o envolvimento paterno. Os estudos, efectuados por Easterbrooks e Goldberg (1984), Grossman, Pollack e Golding (1988) e por Lamb (1977, 1977b, cit. por Farver & Wimbarti, 1995), apontam para um maior envolvimento do pai com os filhos do mesmo género que com os do sexo oposto, independentemente da idade da criança.

O tratamento diferenciado dos pais quanto ao género da criança, observa-se especialmente nas actividades de brincadeira, que na prestação de cuidados (Levy-Shiff & Israelashvili, 1988), de forma crescente e concordante com a idade. Num pólo oposto, Bailey (2001, cit. por Monteiro et al., 2006) constatou que o envolvimento do pai é de modo equitativo para ambos os géneros, durante a idade pré-escolar.

O envolvimento paterno e a ocorrência de mudanças, relativamente à questão da idade da criança, também estiveram presentes nas investigações desenvolvidas por Pleck (1983, cit. por Lamb, 1987), nas quais os resultados foram semelhantes tanto para o pai como para a mãe. No entanto, Lamb (1987) afirma que os pais dispensam mais tempo nos cuidados à criança, em idades mais precoces que nas posteriores, discordando da visão popular. Neste sentido e coincidente com o anterior, constatámos que, os 400 pais que foram alvo do estudo desenvolvido por Gouveia, et al. (1991), tinham um elevado grau participativo nos cuidados prestados aos seus filhos durante o primeiro ano de vida.

Com base na idade das crianças, Lamb, (1987) sustenta que, muito embora, os pais possam sentir-se mais confortáveis e competentes, quer na prestação de cuidados quer nas interações com as crianças mais crescidas, não despendem mais tempo com as crianças nessas idades. Neste sentido, o autor (op. cit., 1987) sugere como plausível a hipótese das preferências das crianças, em estarem com os seus pares ou irmãos. Nesta perspectiva, e de acordo com o autor (op. cit., 1987), confirma-se a presunção popular. No entanto, apesar do decréscimo da necessidade de cuidados básicos ser proporcional à idade da criança, não se verifica o mesmo nas actividades de brincadeira e em situações fora de casa, mantendo-se equitativos e estáveis entre os nove e os quinze meses de idade (Laflamme, Pomerleau & Malcuit, 2002).

Relativamente ao contexto social onde ocorrem as interacções pai-criança, Levy-Shiff e Israelashvili (1988) defendem estarem implícitos não só os valores da paternidade assim como a satisfação conjugal, em que o elevado envolvimento paterno pode estar correlacionado com o bem-estar dos cônjuges, que por sua vez, poderá afectar o desenvolvimento da criança, através das interacções diádicas mãe-criança.

A estabilidade do envolvimento paterno, ao longo do tempo, apesar do modesto aumento evidenciado em relação à anterior figura do pai (Lamb, 1986; Pleck, 1997, cit. por Hwang & Lamb, 1997), não demonstrou homogeneidade na divisão de tarefas nas famílias tradicionais e nas famílias não tradicionais, sendo que a responsabilidade das últimas poderá dever-se à frágil estabilidade que as caracteriza, comparativamente às primeiras, em que as mães assumem-se como principais responsáveis da prestação de cuidados dos filhos, como também às medidas de avaliação absoluta ou de avaliação relativa, quanto ao tempo de efectivo envolvimento paterno e materno nos cuidados da criança.

Tendo por base esta avaliação, Radim, 1982, 1988, 1994, e Radim e Goldsmith, 1985, citados por Hwang e Lamb (1997), verificaram que o envolvimento paterno, com crianças entre os 3 e os 6 anos, decresceu significativamente na situação do pai como principal cuidador, contrastando com o envolvimento materno no grupo das mães responsáveis pelos cuidados aos filhos. Assim, e de acordo com Hwang e Lamb (1997), as medidas utilizadas por Radim avaliaram o envolvimento paterno relativamente ao materno, sendo que as medidas absolutas do envolvimento, que unicamente reflectem os comportamentos paternos, são mais estáveis que as medidas relativas, que são influenciadas pela ocorrência de mudanças nos comportamentos paterno e materno.

Por outro lado, o estudo desenvolvido por Lamb, Hwang, Broberg, Bookstein, Hult e Frodi (1988, cit. por Hwang & Lamb, 1997) sobre a estabilidade do envolvimento paterno em algumas famílias suecas, com crianças entre os 16 e os 28 meses, permitiu constatar algum envolvimento paterno estável, além de ser preditivo às idades posteriores, em parte através da responsabilidade parental e das preferências da criança, abrangendo também índices complementares de obrigação e envolvimento parental. Contudo, Pruett e Litzenberg (1992, cit. por Hwang & Lamb, 1997) sugerem que o precoce envolvimento paterno assim como a sua intensidade, actua como marca na diferença, entre a estabilidade e a instabilidade assim como nas representações advindas do contexto familiar, como um todo e parcelarmente, em relação às representações de cada um dos seus membros, que a criança interioriza formando, assim, os seus próprios modelos internos.

De acordo com os pressupostos de Bowlby (1949, cit. por Harold, Shelton, Goeke-Morey & Cummings, 2004), a importância da família é realçada na compreensão da criança, parentalmente segura ou perturbada pelos conflitos parentais, e na sua capacidade de ajuste comportamental bem como na interiorização dos modelos observados.

Problemática e Questões

A teoria da vinculação, tem enfatizado a importância da relação mãe-criança, muito embora só nas últimas três décadas, a investigação tenha sido orientada para a relação pai-criança (Lamb, 1981, cit. por Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983). Os estudos de Schaffer e Emerson (1964, cit. por Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983), ilustraram que as crianças tendem a vincular-se a várias figuras, como ao pai e avós. O percurso teórico e empírico relacionado com modelos internos de vinculação foi o advento do estudo da organização das representações mentais, veiculadas pela linguagem, em adultos e crianças (Hesse, 1999; Veríssimo et al., 2005).

De acordo com o quadro teórico da vinculação, os indivíduos desenvolvem modelos internos dinâmicos de si e de outros significantes, com base nas repetidas interações com as pessoas que delas cuidam, reflectindo-se nos futuros relacionamentos (Bowlby, 1969/2002, 1973/1998, 1980/1985; Bretherton, 1987), sendo que o comportamento significativo do adulto, determina a qualidade da relação de vinculação (Sroufe, 1985). Por outro lado, as características iniciais da criança podem influenciar o modo de interagir da mãe, assim como as características maternas iniciais, também podem influenciar o modo da criança lhe responder (Bowlby, 1969/2002).

Tendo em conta estes pressupostos, na presente investigação pretendemos avaliar a concordância entre os modelos internos dinâmicos no casal, nas Histórias adulto-adulto, Histórias adulto-criança e no Total das histórias, assim como nas respostas parentais sobre as características temperamentais da criança, como constructo social, nas dimensões Difícil, Adaptação negativa à mudança Irrequieto, Irregular e Tranquilo, e nas respostas dos pais e mães relacionadas com a responsabilidade nas Actividades Práticas e Actividades Lúdicas nas rotinas diárias de cuidados ao filho.

Os objectivos do presente trabalho são: avaliar a concordância entre os modelos internos dinâmicos de vinculação no casal; avaliar se existe uma ligação entre os modelos internos dos pais e o temperamento da criança, partindo do princípio que o temperamento também é uma construção social (Bates, 1989b).

Deste modo, colocamos neste trabalho, as seguintes questões:

- Qual a relação entre os modelos internos dos pais e das mães e como percebem as características temperamentais dos seus filhos?
- Qual a relação entre os modelos internos de vinculação dos pais e das mães e a partilha ou não das tarefas de responsabilidade parental?

METODOLOGIA

Participantes

Cooperaram no presente estudo os pais e as mães de 58 crianças, sendo 29 meninas e 29 meninos. À data da recolha das informações, as crianças tinham idades compreendidas entre os 29 e os 38 meses ($x = 31.448$ $\sigma = 2.145$) e a sua entrada na Creche variou entre os 3 e os 30 meses de idade ($x = 32.2$ e $\sigma = 3.0$) e o tempo de permanência no pré-escolar varia entre 2 e 10 horas ($x = 7.4$ e $\sigma = 1.7$); as mães apresentavam idades entre os 26 e os 42 anos ($x = 34.017$ e $\sigma = 3.521$) e os pais entre 28 e 50 anos ($x = 36.407$ e $\sigma = 4.652$).

As habilitações literárias quer das mães quer dos pais oscilam entre os 7 e os 22 anos de escolaridade, para as primeiras ($x = 15.59$ e $\sigma = 3.057$) e entre os 7 e os 19 anos, para os últimos ($x = 14.803$ e $\sigma = 3.005$). Do total de mães, 52 trabalham fora de casa assim como todos os pais. O nível socio-económico destas famílias é médio e médio alto.

As seis salas de creches, de ensino particular, frequentadas pelas crianças, aderiram a um projecto longitudinal mais vasto sobre o desenvolvimento social na infância, sob a coordenação da Professora Doutora Manuela Veríssimo.

Instrumentos

Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos

Quatro grupos de palavras sugestivas, foram delineadas de modo a guiar a produção de histórias relativas a cenários importantes do ponto de vista da vinculação. As histórias são: “A manhã do bebé”, “No consultório médico”, “O acampamento da Joana e do Pedro” e “O acidente da Susana”. Os dois primeiros cenários referem-se à interacção adulto/criança e os outros à interacção adulto/adulto. Muito embora não cotáveis para o valor de base segura, utilizaram-se duas histórias consideradas neutras, “O passeio no parque” e “Uma tarde nas compras”. O instrumento prevê a avaliação das representa-

ções cognitivas de base segura, quer do pai quer da mãe, numa escala de 1 a 7 pontos para cada narrativa.

O script protótipo de base segura, é definido por: a base segura mãe/parceiro(a) ajudar o indivíduo (personagem da história) a lidar com a angústia e no regresso da situação ao normal. Nos cenários mais positivos, o objectivo da base segura é facilitar a exploração, promovendo experiências positivas. Assim, as histórias organizadas em redor do script de base segura, terão:

– A base segura ajuda a seleccionar e implementar estratégias para normalizar a situação e difundir a angústia, quando possível, ou evitando-a conjuntamente, facilitando a transição para outras actividades (para um bebé ou criança), preparando as bases explicativas para ajudá-la a compreender a situação (para uma criança pequena);

– A base segura reconfigura a representação da pessoa para que esta se focalize em aspectos mais positivos, difundindo as emoções negativas. Isto normalmente envolve o salientar do lado positivo da situação;

– O enfoque interpessoal, ou seja, a sensibilidade ou percepção do estado emocional da outra pessoa. Os conteúdos das narrativas de base segura focalizam-se na interacção entre os dois sujeitos e não tanto na simples descrição da sequência dos acontecimentos da história. A base segura responde aos pedidos, sinais da criança/parceiro, modificando o seu comportamento, em função destes. Existe o dar e receber, em que cada parceiro contribui de forma singular para a situação ou actividade e ao mesmo tempo funcionando em cooperação, como uma equipa. Existe igualmente uma reciprocidade emocional, em que a emoção expressa por um provoca uma resposta emocional no outro.

Infant Characteristics Questionnaire

O instrumento avalia o temperamento das crianças através dos seus comportamentos típicos e como estes são percebidos pelas mães e pelos pais. O Infant Characteristics Questionnaire (ICQ), inicialmente formulado para bebés por Bates, Freeland e Lounsbury (1979), foi reformulado para crianças em idade pré-escolar por Bates em 1980 (Bates, 1987), sendo adaptado à população portuguesa por Veríssimo e Santos (2003).

Nesta perspectiva, Bates e Bayles (1984, cit. por Bates, 1989a) reconhecem que encontram nas respostas dos pais suporte sobre a realidade objectiva dos comportamentos das suas crianças, ainda que as percepções parentais estejam associadas a preconceitos desses mesmos comportamentos contextualizados. A validade da aplicação dos questionários aos pais deve-se, na opinião de Bates (1989a), à insuficiência de matéria de facto nas observações naturalistas como demonstrativas do temperamento, devido a avaliar o temperamento na presença da mãe, podendo esta, assim, estruturar o meio ambiente.

As investigações efectuadas por Matheny, Riese e Wilson (1985, cit. por Bates, 1989a) sustentam que o temperamento pode ser percebido em situações completamente diferentes por ambos os pais e independentemente de outros observadores. Para atribuir validade às respostas maternas no questionário de escalas, Matheny, Wilson e Thobe (1987, cit. por Bates, 1989a), desenvolveram um estudo sobre as respostas objectivas e subjectivas maternas, em relação ao temperamento em crianças de 2 anos de idade, em contexto natural e em observação no laboratório. Comparativamente, os resultados de ambos os estudos revelaram correlações modestas a moderadas, verificando-se serem mais fortes as observações na própria casa que em laboratório (Bates & Bayles, 1984, cit. por Bates, 1989a).

Relativamente ao questionário, Bates (1989a) refere que a área do temperamento representa o estudo, em simultâneo, do desenvolvimento social humano e psicobiológico. Sobre a perspectiva de Bates e o constructo de temperamento, Vaughn e Bost (1999) encontram semelhanças com a teoria de Thomas e Chess, com um estilo comportamental e, ao mesmo tempo, como sendo uma co-construção social, em que a expressão das dimensões do temperamento são muito próximas, se não coincidentes com as dos comportamentos da criança nas relações de vinculação, numa constante adaptação e ajuste entre os comportamentos dos seus intervenientes.

Globalmente, os itens do questionário foram desenvolvidos para avaliar o constructo temperamento difícil, como preconizado por Thomas, Chess e Birch (1968, cit. por Bates, Freeland & Lounsbury, 1979), considerado por Bates (1980, 1983, cit. por Bates, 1987) como intimamente relacionado com o conceito de emocionalidade, postulado por Buss e Plomin, e numa perspectiva temporal subjacente ao desenvolvimento da criança (Thomas & Chess, 1977, 1984, cit. por Bates, 1987).

As propriedades psicométricas do ICQ são as adequadas ao factor estrutural, no cálculo da consistência interna e na fiabilidade por teste e re-teste (Bates, Freeland & Lounsbury, 1979). Este instrumento tem por base um conjunto de normas descritas por Bates e adaptadas à população portuguesa por Veríssimo e Santos (2003), composto essencialmente por características temperamentais na criança, sendo agregadas pelas mais relevantes e comuns.

O instrumento consiste em 32 itens, cada um avaliado numa escala de 1 a 7 pontos, sendo que o ponto médio de cada questão, caracteriza a criança nesta idade e os extremos referem-se aos limites da expressão temperamental, em que os pontos à esquerda descrevem a criança considerada fácil e os à direita a difícil; seguindo a mesma orientação, o item 5, relativo à periodicidade de irritabilidade da criança, é caracterizado em todos os pontos da escala.

Foram concebidas cinco dimensões de temperamento: Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irrequieto, Irregular e Tranquilo, às quais correspondem diversos itens: à primeira referem-se o 1, 5, 6, 12, 13, 21, e 32; à segunda o 9, 10, 11, 20 e 22; à terceira o 26, 28 e 29; ao penúltimo o 2 e 3; e, ao último o 16 e 17. Os restantes itens não foram incluídos como expressão de temperamento da criança.

Cada um dos itens reporta-se a situações quotidianas, como por exemplo, à consistência na aceitação da rotina das refeições, como reage a contextos de novidade/mudança, isto é, a pessoas novas, a brinquedos novos ou a locais diferentes e a sua habitual adaptação às novas experiências; o grau de facilidade/dificuldade para o acalmar quando está aborrecido ou faz birra, a intensidade do choro com que reage, a insistência em continuar mesmo que lhe digam não; a frequência das manifestações de alegria, entre outros.

Responsabilidade Parental

O questionário avalia a responsabilidade parental na perspectiva dos pais. Os 17 itens apresentados referem-se à ocorrência de actividades relacionadas com as crianças no contexto de vivências familiares (por ex.: quem fica em casa quando o seu filho está doente ou quem leva o seu filho ao parque infantil).

Foram criadas duas dimensões relacionados com dois tipos de actividades quanto à sua natureza: as Actividades Práticas, onde se enquadram os primeiros sete itens e os quatro últimos, envolvendo situações de organização das tarefas e de prestação de cuidados à criança; as Actividades Lúdicas, de que fazem parte os restantes itens, estão relacionadas com a vertente lúdica no contexto.

Alguns dos itens foram traduzidos do Parental Responsibility Questionnaire (Hwang & Lamb, 1997), enquanto outros foram concebidos para a população portuguesa (Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006). Os pais responderam a cada item, numa escala de 5 pontos: sempre à mãe (1); quase sempre à mãe (2); tanto a mãe como o pai (3); quase sempre o pai (4); sempre o pai (5).

Este instrumento permite avaliar, numa escala de 1 a 5 pontos para cada item, o tipo de actividades desempenhado pelo pai e pela mãe, a concordância ou não entre as respostas de cada um, a frequência da realização dessas tarefas, além de constatar quais as tarefas em que existe partilha de responsabilidade parental.

Procedimentos

Deste estudo fizeram parte um conjunto de medidas protocolares, como solicitar às Direcções dos vários estabelecimentos autorização para contactar os pais das crianças que os frequentam e, através de carta dirigida aos pais, saber da sua disponibilidade para nele participarem, assim como, o preenchimento, não presencial, de Ficha de Identificação, sobre requisitos necessários à sua efectivação, tais como a idade com que o seu filho(a) iniciou a frequência da Creche (à mais de três meses), o número de horas/dia que permanece na instituição, as idades da criança e dos pais, as suas habilitações académicas e se exercem actividade laboral.

O contacto inicial com os pais foi nas instituições e durante o horário de funcionamento. Perante a receptividade manifestada pelos pais, procedeu-se à distribuição dos respectivos instrumentos pelas educadoras para serem entregues aos pais e à posterior recolha dos dados, de acordo com a aplicação prevista para cada um, durante o período de Fevereiro a Julho de 2005.

Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos

No decorrer das visitas domiciliárias, previamente combinadas com os pais, procedeu-se à aplicação do instrumento. A recolha das narrativas maternas e paternas, gravadas em suporte magnético (áudio), foram independentes uma da outra. O investigador aplicou os procedimentos necessários a um dos pais, enquanto o outro ficou com a criança, seguidamente inverteram-se as situações.

As instruções dadas pelo investigador a cada uma das mães e a cada um dos pais são as estandarizadas por Waters e Rodrigues-Doolabh (2004, manual não publicado). Dos seis conjuntos de palavras sugestivas para as correspondentes histórias (Veríssimo et al., 2005), apresentados em seis sequências diferentes, foram mantidos dois blocos, um relativo às interações mãe-criança e o outro às de adulto-adulto.

As quatro histórias, “A manhã do bebé”, “O consultório médico”, “O acampamento da Joana e do Pedro” e “O acidente da Susana”, visam despertar temas relacionados com a vinculação e as restantes, “O passeio no parque” e “Uma tarde nas compras”, são consideradas neutras, no entanto cada uma é agregada a um dos dois blocos, respectivamente. Para cada história foi apresentado um conjunto de palavras organizadas em três colunas, da esquerda para a direita, e a leitura de cada uma efectua-se de cima para baixo. Os conjuntos de palavras referem-se explicitamente a conteúdos de relação mãe-criança e pai-criança (ex. “A manhã do bebé”, “O consultório do médico”) e as restantes procuram suscitar conteúdos referentes à temática das relações adulto-adulto (ex: “O acampamento da Joana e do Pedro”, “O acidente da Susana”).

A cada conjunto entregue à mãe e ao pai, o investigador identificou a história como relacionada com interações mãe-criança ou pai-criança e adulto-adulto pedindo-lhe, seguidamente, que efectivasse a sua leitura, de modo a formar uma ideia da possível história a contar, sendo que estas iam ser registadas. Sempre que o entendesse poderia parar de contar a história e reiniciá-la. Após a conclusão de cada história procedeu-se à entrega do conjunto seguinte, do mesmo bloco de três histórias. Saliente-se que só se iniciou o segundo bloco após terminado o primeiro. A ordem da apresentação das histórias foi de modo equilibrado com as participantes, consequentemente nem todas as histórias tiveram igual seriação.

As mães, na sua grande maioria, realizaram a tarefa em 15-20 minutos. Os procedimentos para com os pais, obedeceu às mesmas regras utilizadas para com as mães e o tempo médio também foi semelhante. Posteriormente, o registo áudio das histórias foi transcrito e procedeu-se à sua cotação, de acordo com o protocolo delineado (Waters & Rodrigues-Doolabh, 2004, manual não publicado).

Infant Characteristics Questionnaire e Responsabilidade Parental

Aos pais de cada criança foi entregue, pelas seis educadoras das respectivas salas das crianças, um envelope contendo em duplicado os dois instrumentos, destinados a serem preenchidos, de modo independente pelo pai e pela mãe, combinando-se a sua recolha no dia da visita domiciliária.

Para o Infant Characteristics Questionnaire, pediu-se que cada um dos pais assinalasse nos 32 itens que o compõem, numa escala de sete pontos, a perspectiva percebida quer pela mãe quer pelo pai, quanto aos actuais comportamentos observados no filho(a), perante a situação prevista em cada item.

Relativamente ao questionário da Responsabilidade Parental, pediu-se para cada um dos pais assinalar a sua perspectiva sobre qual o principal responsável ou a partilha numa dada tarefa, descritas em cada um dos 17 itens, numa escala de cinco hipóteses.

A recolha dos questionários efectuou-se conforme o combinado com os pais.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo por base os dados recolhidos através dos instrumentos utilizados, procedeu-se ao seu tratamento estatístico. A apresentação dos resultados será faseada, sendo a primeira a fidelidade interna de cada instrumento e as seguintes, as correlações verificadas pelos instrumentos e, por fim, as relações e correlações existentes entre os resultados proporcionados por cada um. Salienta-se que só serão alvo de análise os resultados estatisticamente significativos.

Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos

Dois investigadores, leram e cotaram cada história utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, definida por Waters e Rodrigues-Doolabh (2004, manual não publicado). Todas as histórias foram agrupadas por temas, as histórias de “A manhã do bebé” foram colocadas num mesmo grupo e cotadas na mesma sessão. Efectuou-se o mesmo procedimento para as restantes histórias, sendo cotadas em diferentes dias, de modo a minimizar qualquer influência dos investigadores. Os investigadores que cotaram as narrativas receberam treino intensivo por parte de H. Waters (Veríssimo, Monteiro, Vaughn, Santos & Waters, 2005).

Tabela 1

Consistência interna dos valores das narrativas

	Manhã do Bebé	Médico	Acidente	Acampamento
Manha do Bebé	$r = 0.89$ ***			
Médico		$r = 0.77$ ***		
Acidente			$r = 0.75$ ***	
Acampamento				$r = 0.86$ ***

*** = $p < .001$

A Tabela 1 apresenta as correlações entre os valores cotados pelos investigadores e os valores obtidos variam de .75 a .89. Foi realizada a média das cotações, nas interações das Histórias adulto-criança, obtendo-se um valor para este grupo, tendo-se efectuado o mesmo para as Histórias adulto-adulto. Através do cálculo da média de todas as histórias obteve-se um valor global, o Total das histórias.

Tabela 2
Correlações entre as diferentes narrativas

	Correlações Histórias	Correlações Histórias
Histórias adulto/criança (n = 58)	$r = .65^{***}$	Spearman-Brown = .79
Histórias adulto/adulto (n = 58)	$r = .47^{***}$	Spearman-Brown = .62
Score do Compósito de Base Segura		$\alpha = .82$

*** = $p < .001$

As correlações entre o valor compósito para as Histórias adulto-criança e o valor compósito para as Histórias adulto-adulto, assim como o valor de Alpha Cronbach para as quatro histórias são as apresentadas na Tabela 2. Os resultados são consistentes com os apresentados por Rodrigues-Doolabh et al. (2003) e por Veríssimo et al. (2005), demonstrando que este método pode ser utilizado independentemente da cultura.

As Narrativas e os Scripts de Vinculação do Pai e da Mãe

Para avaliar as associações entre as representações de vinculação dos pais e das mães e a organização dos seus modelos internos dinâmicos, correlacionaram-se os valores dos scripts obtidos nas cotações das Histórias adulto-adulto, Histórias adulto-criança e o Total das histórias.

Não foram encontradas associações significativas entre os valores dos scripts paternos e os maternos nas Histórias adulto-adulto, elaboradas pelos pais e pelas mães. Assim, os scripts de vinculação dos pais e das mães são independentes.

Verificámos uma correlação positiva modesta entre os valores dos scripts de base segura dos pais e os das mães nas Histórias adulto-criança ($r = 0.35, p < 0.05$), em que

quanto maiores são os valores dos scripts paternos mais elevados são os valores dos scripts maternos e vice-versa.

Constatámos a existência de uma correlação positiva modesta entre os valores dos scripts de base segura dos pais e mães no Total das histórias ($r = 0.31, p < 0.05$), em que quanto mais elevados são os valores dos scripts paternos maiores são os maternos. Por terem o mesmo sentido de orientação, os valores do conhecimento de base segura quer dos pais e das mães, apresentam concordância e são dependentes, nas histórias que envolvem um adulto e uma criança.

A análise de variância não revelou existirem diferenças significativas entre os valores dos scripts paternos e maternos, relacionados com os diferentes conteúdos das narrativas, em função do género da criança. Os modelos internos de ambos os pais são independentes do género do filho.

Análise entre as Variáveis relacionadas com o Pai, Mãe, Criança, Contexto e os Scripts de Vinculação

Através da análise descritiva, procurou-se avaliar a relação entre as variáveis relacionadas com os pais e mães e os valores obtidos nos scripts de vinculação. As correlações entre a idade da mãe e a do pai, as suas habilitações literárias, a idade da criança e à data da sua entrada para a creche e o número de horas no pré-escolar, verificando-se que nos resultados das narrativas não se revelaram significativos.

Infant Characteristics Questionnaire

A consistência interna do valor global das dimensões do temperamento no Infant Characteristics Questionnaire, verificámos analisando em separado as respostas dos pais e as das mães, e obtivemos uma variação nos valores de Alpha Cronbach, de .54 para o pai e .56 para a mãe. O instrumento reúne os requisitos necessários para o sucesso em avaliar o que se propõe.

As Dimensões do Temperamento da Criança na perspectiva do Pai e da Mãe

Em seguida procedemos à análise através do coeficiente de correlação de Pearson (r), sendo que este número expressa a força e a direção da correlação, ou seja, analisa a influência entre duas variáveis, a perspectiva do pai e a da mãe, sobre a expressão do temperamento da criança. As dimensões do temperamento, a que se refere o questionário, são: Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irrequieto, Irregular e Tranquilo.

Relativamente à dimensão Difícil, verificámos existir uma correlação positiva moderada elevada ($r = 0.63$, $p < 0,001$), entre a perspectiva do pai e a da mãe, ou seja, quanto mais o pai descreve a criança como sendo difícil mais a mãe assim a considera e vice-versa.

Na dimensão Adaptação negativa à mudança, constatámos a existência de uma correlação positiva modesta ($r = 0.48$, $p < 0,001$) entre ambos os pais, isto é, quanto mais o pai considera a criança como tendo adaptação negativa às situações de mudança mais a mãe assim a considera, acontecendo o mesmo com a mãe.

Relativamente à dimensão de Irrequieto, verificámos existir uma correlação positiva moderada elevada ($r = 0.68$, $p < 0.001$) entre os pais e as mães, ou seja, quanto mais o pai descreve o filho como sendo irrequieto mais a mãe assim descreve a criança.

Na dimensão Irregular, verificámos uma correlação positiva moderada ($r = 0.54$, $p < 0,001$), entre as perspectivas dos pais e das mães, quanto mais os pais consideram a criança como irregular mais as mães assim descrevem o filho.

Na dimensão Tranquilo verificámos uma correlação positiva não significativa entre as perspectivas do pai e da mãe.

As correlações entre as perspectivas do pai e da mãe, sobre a expressão do temperamento nos comportamentos observáveis na criança, verificámos serem dependentes modesta para moderadamente elevadas nas dimensões Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irrequieto e Irregular e positiva não significativa na de Tranquilo. Assim, as perspectivas do pai e da mãe são concordantes e dependentes, no que se refere às dimensões sobre a expressão do temperamento do filho.

Análise das Variáveis relacionadas com o Pai, a Mãe, Criança, Contexto e as Dimensões do Temperamento

Correlacionámos as perspectivas de ambos os pais sobre as dimensões do temperamento da criança com as seguintes variáveis: as idades do pai, da mãe e da criança, as habilitações literárias de cada um dos pais, o número de horas que a criança permanece na creche e o género da criança.

Na perspectiva do pai, verificámos uma associação negativa modesta, entre a dimensão Difícil e a idade do pai ($r = -0.35$, $p < 0.05$), sendo que quanto mais idade tem o pai menos difícil descreve a criança; não foram encontradas outras correlações significativas entre a idade do pai e as dimensões Adaptação negativa à mudança, Irrequieto, Irregular e Tranquilo. Na perspectiva da mãe não foram encontradas correlações significativas em função da idade do pai.

Na opinião do pai, constatámos uma associação negativa modesta entre a dimensão Difícil e a idade da mãe ($r = -0.36$, $p < 0.05$), sendo que quanto mais idade tem a mãe menos difícil o pai considera a criança; não encontramos outras correlações significativas entre a idade da mãe e as dimensões Adaptação negativa à mudança, Irrequieto, Irregular e Tranquilo. Na perspectiva da mãe não se verificaram correlações significativas em função da sua idade. Assim, o pai considera que existe uma relação entre as idades do pai e da mãe e o comportamento difícil do filho, ou seja, os pais e mães com mais idade descrevem os filhos como menos difíceis.

Constatámos uma correlação positiva modesta, entre a opinião do pai na dimensão de Irrequieto e as habilitações literárias da mãe ($r = 0.35$, $p < 0.05$). Assim, o pai considera o filho mais irrequieto, quanto maior for o grau das habilitações académicas da mãe; não foram encontradas outras correlações significativas entre as habilitações literárias da mãe e as dimensões Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irregular e Tranquilo. Relativamente à opinião do pai e às suas habilitações literárias não foram encontradas correlações significativas com as dimensões do temperamento da criança. Na perspectiva da mãe, não foram encontradas correlações significativas em função das suas habilitações literárias. O pai considera que existe uma relação entre as habilitações literárias da mãe e o comportamento irrequieto do filho, as mães com mais habilitações literárias têm filhos mais irrequietos.

Relativamente à perspectiva do pai e ao número de horas que a criança permanece na creche, verificámos existir uma correlação negativa modesta na dimensão Irregular ($r = -0.49$, $p < 0.05$), isto é, quanto mais tempo a criança está na creche menos irregulares são os comportamentos da criança. Em relação às mães, constatámos uma correlação negativa não significativa. Assim, o pai considera que existe uma relação entre as horas que a criança permanece na creche e o comportamento irregular do filho, sendo mais previsível nos comportamentos quanto mais horas a criança frequentar a creche.

Para as dimensões Difícil, Adaptação negativa à mudança, Irrequieto e Tranquilo não foram encontradas associações significativas entre as perspectivas do pai e da mãe e o número de horas que o filho permanece na creche, ou seja, os pais e as mães consideram que estas dimensões do temperamento não estão relacionadas com o tempo de frequência diária do filho na creche.

Não foram encontradas associações relevantes nas dimensões do temperamento, em função da idade e do género da criança, na perspectiva dos pais e na das mães.

Responsabilidade Parental

Pela frequência das respostas incidir em Mais frequente a mãe e em Mais frequente o pai, anexámos as respostas em Sempre a mãe e em Sempre o pai a cada uma, respectivamente. Assim, às respostas dadas pelos pais foram aplicadas as seguintes cotações: 1 para as respostas Sempre a mãe e Mais frequente a mãe, 2 para Tanto a mãe como o pai e 3 para Mais frequente o pai e Sempre o pai. Salienta-se que nenhuma das respostas incidiu em Mais frequente o pai ou em Sempre o pai, sendo reduzidas a 0 o valor destas células.

Relativamente à consistência interna do valor global da responsabilidade parental analisaram-se, em separado, as respostas assinaladas quer pela mãe quer pelo pai, verificando-se uma variação nos valores de Alpha Cronbach entre 0.88 para a mãe e 0.84 para o pai.

Os valores médios Alpha Cronbach, efectuados entre cada um dos pais e o tipo de actividade por eles realizada, são os apresentados na Tabela 1, permitindo observar a sua correspondência entre cada item.

Tabela 3
Alphas de Cronbach para as duas dimensões:
Actividades Práticas e Actividades Lúdicas

	Alphas
Actividades Práticas (mãe)	0,82
Actividades Lúdicas (mãe)	0,77
Actividades Práticas (pai)	0,78
Actividades Lúdicas (pai)	0,69

Os valores de Alpha de Cronbach, na Tabela 1, são elevados apresentando aproximação ao valor de 1, conferindo consistência interna às dimensões de Actividades Lúdicas e de Actividades Práticas quer na perspectiva do pai quer da mãe, no instrumento.

A Divisão das Tarefas de Responsabilidade Parental na perspectiva do Pai e da Mãe

Seguidamente procedeu-se à análise descritiva das respostas da mãe e do pai aos 17 itens dos questionários, obtendo-se a moda para cada item na perspectiva da mãe e, posteriormente, na do pai, conforme a Tabela 4.

Tabela 4
Análise aos 17 itens na perspectiva da mãe e do pai

	Mãe	Pai
1 Quem dá as refeições ao seu filho	Mais frequentemente a mãe	Mais frequentemente a mãe
2 Quem dá banho ao seu filho	Mais frequentemente a mãe	Mais frequentemente a mãe
3 Quem veste o seu filho	Mais frequentemente a mãe	Mais frequentemente a mãe
4 Quem vai deitar o seu filho	Mais frequentemente a mãe	Tanto a mãe como o pai
5 Quem é o responsável pela ida ao medico do seu filho	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
6 Quem fica em casa quando o seu filho está doente	Sempre a mãe	Sempre a mãe
7 Quem costuma comprar as roupas do seu filho	Sempre a mãe	Sempre a mãe
8 Quem costuma comprar os brinquedos/jogos do seu filho	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
9 Quem leva o seu filho às actividades, por ex., natação	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
10 Quem leva o seu filho às festas de anos	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
11 Quem brinca com o seu filho	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
12 Quem lê histórias ao seu filho	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
13 Quem leva o seu filho ao parque infantil	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
14 Quem escolheu a escola que o seu filho frequenta	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
15 Quem leva e traz o seu filho da escola	Tanto a mãe como o pai	Tanto a mãe como o pai
16 A quem telefona a escola se algo se passar com o seu filho	Sempre a mãe	Sempre a mãe
17 Quem costuma ir às reuniões de escola do seu filho	Sempre a mãe	Tanto a mãe como o pai

Na esfera da percepção das mães, nas suas respostas aos 17 itens, assinalaram nove em Tanto a mãe como o pai, quatro em Mais frequente a mãe e quatro em Sempre a mãe. Na óptica dos pais, incidiram onze respostas em Tanto a mãe como o pai, três em Mais frequente a mãe e três em Sempre a mãe.

As respostas de ambos os pais, aos itens 4 e 17, sugerem alguma discordância. Relativamente ao primeiro, “Quem vai deitar o seu filho”, a mãe assinala como Mais frequente a mãe, enquanto o pai tem a percepção de Tanto a mãe como o pai; no segundo, em “Quem costuma ir às reuniões de escola do seu filho”, a mãe respondeu Sempre a mãe e o pai respondeu em Tanto a mãe como o pai. Analisando as respostas aos dois itens, verifica-se que nas actividades que o pai considera serem partilhadas, a mãe tem uma visão diferente, de tarefa não partilhada ou mediamente partilhada, no sentido da tarefa prática a cargo da mãe.

Nos nove itens (5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15) constatámos a existência de concordância na mãe e no pai, quanto à partilha de Responsabilidade Parental, sendo esta resposta, Tanto a mãe como o pai, a de maior frequência no questionário. Nos itens 6, 7, 16, ambos os pais concordam nas suas respostas, Sempre a mãe, não sendo estas sinónimo de partilha, não acontecendo o mesmo nos itens 1, 2, 3, que ambos responderam Mais frequente a mãe, o que permite pressupor o valioso contributo do pai, percebido pela mãe.

O valor global obtido no questionário de Responsabilidade Parental, com base na média do total dos itens, é de $x = 2.4$ ($\sigma = 0.37$) para a mãe e de $x = 2.4$ ($\sigma = 0.35$) para o pai, sugerindo que nas perspectivas da mãe e do pai, aproxima-se de Quase sempre a mãe, a responsável pelas actividades relacionadas com a criança.

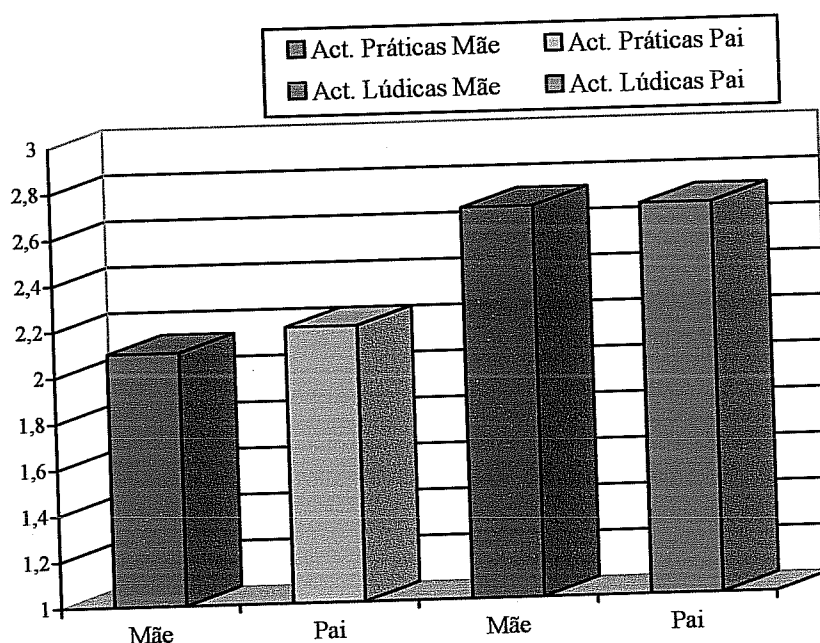
Na análise parcial das dimensões do questionário, Actividades Práticas e Actividades Lúdicas, verificámos que as mães, em relação à primeira, Mais frequente a mãe e Sempre a mãe, organizam e efectivam as actividades de prestação de cuidados à criança ($x = 2.1$ e $\sigma = 0.55$), salvo no acompanhamento da criança ao médico, que ambos sustentam Tanto a mãe como o pai; por outro lado, na segunda dimensão, Tanto a mãe como o pai disponibilizam-se na realização de tarefas lúdicas ($x = 2.7$ e $\sigma = 0.40$). Para os pais, ambos os resultados são semelhantes às perspectivas das mães, na realização das duas as actividades, Quase sempre a mãe para a primeira dimensão ($x = 2.2$ e $\sigma = 0.45$) e Tanto a mãe como o pai ($x = 2.7$ e $\sigma = 0.34$) para a segunda dimensão.

No contexto das Actividades Práticas verificámos a existência da tradicional divisão de responsabilidades, enquanto nas Actividades Lúdicas a partilha da responsabilidade parental.

Os valores obtidos através da análise variância, no mesmo sentido dos resultados anteriores, facultam as perspectivas da mãe ($F(116,1) = 56,0, p < 0,001$) bem como do pai ($F(116,1) = 39,7, p < 0,001$), revelando claramente a partilha nas Actividades Lúdicas, comparativamente às Actividades Práticas, em que os valores expressam diferenças, conforme a Figura 1.

Figura 1

Análise de variância das Actividades Práticas e das Lúdicas para a mãe e para o pai.



Dos valores obtidos, na perspectiva da mãe, verificámos que a média nas Actividades Práticas é de $x = 2,1$ e nas Actividades Lúdicas é de $x = 2,7$; e, na perspectiva do pai, nas Actividades Práticas é de $x = 2,2$ e nas Actividades Lúdicas é de $x = 2,7$. Na análise global dos valores da responsabilidade parental, constatámos a existência de uma discrepância, considerando as respostas ao questionário, ou seja, as respostas da mãe apresentam valores inferiores aos do pai nas Actividades Práticas, enquanto nas Actividades Lúdicas são coincidentes. O pai e a mãe assumem e concordam na atribuição da responsabilidade de cada um relativamente às tarefas que desempenham assim como prezam as do outro membro do casal.

Análise das Variáveis relacionadas com o Pai, a Mãe, Criança, Contexto e a Divisão das Tarefas de Responsabilidade Parental

Através da utilização do coeficiente de correlação de Pearson (r) analisámos as variáveis relacionadas com o pai e com a mãe, como as idades, as habilitações literárias, a idade da criança e a que tinha quando iniciou a frequência da creche assim como as horas que em média permanece no estabelecimento e as duas dimensões da responsabilidade parental.

Verificámos, uma correlação negativa modesta entre a idade da mãe e as Actividades Lúdicas no pai ($r = -0,30, p < 0.05$), ou seja, quanto mais idade tem a mãe, menor será o envolvimento do pai com a criança nas Actividades Lúdicas. Exceptuando esta correlação, não se verificaram outras significativas associadas às idades do pai e da mãe assim como à da criança.

Constatámos a existência de uma correlação negativa modesta entre as Actividades Práticas da mãe e a idade da criança à entrada na creche ($r = -0.31, p < 0.05$), em que quanto menor for a idade da criança ao entrar no pré-escolar mais a mãe partilha as Actividades Práticas; correlação semelhante foi encontrada para o pai ($r = -0.31, p < 0.05$). Em suma, quer na óptica da mãe quer na do pai, quanto mais cedo a criança iniciar a frequência no estabelecimento mais os pais partilham as Actividades Práticas. Em relação às Actividades Lúdicas não se verificaram correlações significativas, quer na perspectiva na mãe quer na do pai.

Não foram encontradas correlações significativas entre as Actividades Práticas e as Actividades Lúdicas e o número de horas da criança na creche, assim como para as habilitações académicas de ambos os pais.

As Dimensões do Temperamento da Criança e a Responsabilidade Parental

Através da análise parcial das dimensões do temperamento na criança, estudámos as perspectivas das mães que não partilham e das que partilham a responsabilidade parental como percebem as características temperamentais da criança, assim como, os pais que não partilham e os que partilham.

Na dimensão Difícil, entre as mães que partilham e as que não partilham, não foram encontradas diferenças significativas; porém, os pais que partilham têm tendência para considerar a criança como menos difícil, que os pais que não partilham.

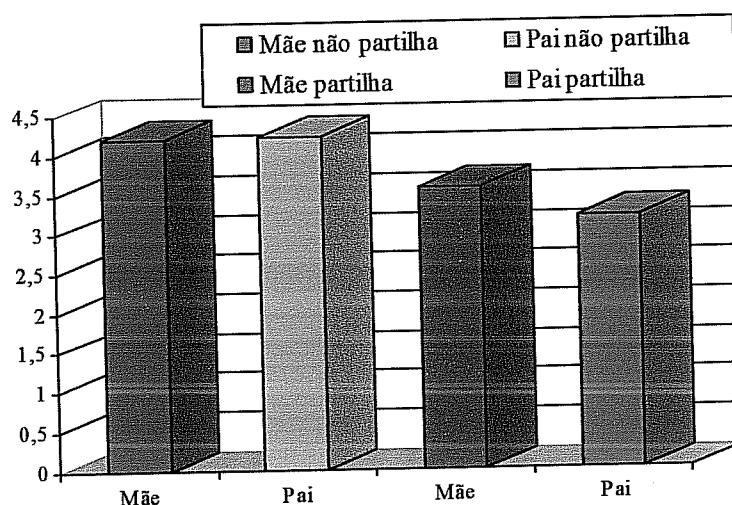
Relacionadas com a Adaptação negativa à mudança e Tranquilo, não foram encontradas diferenças significativas na opinião das mães e dos pais. Para a dimensão Irregular, o valor de alfa revelou-se estatisticamente insuficiente pelo que não foi analisada.

Relativamente à de Irrequieto, segundo a opinião das mães, verificámos existirem diferenças modestas entre as mães que não partilham ($x = 4.20$ e $\sigma = 0.98$) e os pais que não partilham ($x = 4.23$ e $\sigma = 1.07$); porém, existe maior discrepância, entre as mães que partilham ($x = 3.57$ e $\sigma = 0.86$) e os pais que partilham ($x = 3.19$ e $\sigma = 0.88$). Por outro lado, também se constatou que os pais e mães que não partilham a responsabilidade parental, têm uma percepção comum sobre a irrequietude do filho e, assim sendo, da sua partilha. Comparativamente, os pais e mães que partilham a responsabilidade parental apresentam diferenças moderadas, ou seja, as mães que partilham têm tendência para considerarem a criança mais irrequieta que os pais que partilham.

Na análise de variância, conforme a Figura 2, os valores obtidos na dimensão de Irrequieto revelaram as perspectivas das mães ($F(58.1) = 6.94$, $p < 0.05$) e a dos pais ($F(45.1) = 12.55$, $p < 0.05$). Os pais e as mães que não partilham acentuam mais esta característica temperamental na criança, comparativamente aos pais e mães que partilham.

Figura 2

Análise de variância da Responsabilidade Parental e da dimensão Irrequieto



A concordância das respostas entre os pais e mães que não partilham e entre os que partilham a responsabilidade parental nas Actividades Práticas e nas Actividades Lúdicas, poderá ser um indicador das representações que ambos os grupos de pais e mães têm desta característica temperamental da criança ou da mútua influência entre mães e pais e, assim sendo, da sua partilha.

Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e as Dimensões do Temperamento da Criança

Através de uma análise descritiva correlacionaram-se os valores obtidos nos scripts de vinculação, nas histórias elaboradas pelos pais e pelas mães, e as dimensões do temperamento na criança, nas perspectivas do pai e da mãe.

Não foram encontradas correlações significativas entre os valores dos scripts de vinculação segura dos pais e como percebem as características temperamentais da criança. Em relação às mães e ao temperamento da criança, constatámos uma correlação não significativa, entre os scripts de base segura do pai, nas Histórias adulto-criança, e a Adaptação negativa à mudança no filho, percebida pela mãe, ou seja, os pais tendem a perceber que as mães sublinham a dimensão Adaptação negativa à mudança, no filho.

Em relação aos scripts de base segura da mãe, não foram constatadas quaisquer associações com as características de temperamento na criança, nem como percebem a perspectiva do pai. Assim, a mãe com modelos internos dinâmicos de vinculação segura tem uma perspectiva objectiva sobre as características do temperamento do filho, influenciando a perspectiva do pai sobre o comportamento da criança, de acordo com a subjectividade paterna, relativamente à dimensão Adaptação negativa à mudança.

Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e a Divisão de Tarefas da Responsabilidade Parental

Numa análise descritiva correlacionaram-se os valores obtidos nos scripts de vinculação dos pais e os das Actividades Práticas e Actividades Lúdicas dos pais que não

partilham e dos que partilham, assim como as duas vertentes para as mães. Não foram encontradas correlações significativas.

Na análise de variância não se verificaram diferenças significativas relacionadas com os scripts de vinculação dos pais e das mães e a não partilha ou partilha por parte dos pais e das mães, na divisão de tarefas. De acordo com os resultados obtidos, os scripts de vinculação segura do pai e da mãe são independentes da responsabilidade parental nas Actividades Práticas e Actividades Lúdicas.

Os Scripts de Vinculação do Pai, da Mãe e a Responsabilidade Parental

Numa análise descritiva correlacionaram-se os valores obtidos nos scripts de vinculação dos pais e das mães e os da responsabilidade paterna e da materna, obtidos na divisão de tarefas dos pais que não partilham e dos que partilham, assim como das mães. Porém, não foram encontradas correlações significativas.

Na análise de variância não se verificaram diferenças significativas relacionadas com os scripts de vinculação dos pais e das mães e a responsabilidade paterna e materna. Assim, os scripts de vinculação segura do pai e da mãe são independentes, ou seja não apresentam relação com a responsabilidade parental.

DISCUSSÃO

De acordo com um dos princípios preconizados pela teoria da vinculação (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1969/2002, 1979/1997; Bretherton, 1987), os modelos internos dinâmicos, de outros significantes e do self, emergem no decurso das repetidas interacções complementares da criança com o mundo físico e social. Com base no modelo interno e na noção de si como aceitável pela figura de vinculação, a criança percebe e interpreta acontecimentos, faz previsões em termos de futuro e constrói planos (Bowlby, 1973/1998). Neste sentido, Howes (1999) refere o postulado de Bowlby, sobre o modelo hierárquico das relações de vinculação que a criança estabelece, primeiro para a mãe como figura principal nos cuidados de protecção e conforto e então para outros, especificamente o pai.

Os comportamentos parentais sensíveis associados à sua previsibilidade e disponibilidade para com a criança influenciam ambas as partes, pelas experiências afectivas e cognitivas positivas, ao mesmo tempo, ajudam a criança na co-construção de modelos internos dinâmicos dos outros significantes, atentos e sensíveis aos seus sinais, e do self, como merecedor e valorizado (Bretherton & Munholland, 1999).

O enfoque da pesquisa na área da vinculação foi direccionado, quase exclusivamente, na observação dos comportamentos não verbais e verbais entre a criança e a mãe ou figura de vinculação e/ou figuras alternativas, quer em contexto natural de vida, quer em procedimento laboratorial. Todo o trabalho efectuado ao longo de décadas tem sido o advento do estudo da qualidade e organização das representações mentais de vinculação, veiculadas pela linguagem, em adultos e crianças (Hesse, 1999; Veríssimo, et al., 1995, 2005).

Sobre o conhecimento de um script de base segura do materno, Tini, Corcoran, Rodrigues-Doolabh e Waters (2003) e Veríssimo et al. (2005), afirmam que pode ser avaliado nas Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos, através da produção de histórias baseadas em palavras que sugerem conteúdos e organização dos mesmos.

Como resultado da análise entre as histórias, prevista pelo instrumento Narrativas de Representação da Vinculação em Adultos (Waters & Rodrigues-Doolabh, 2004,

manual não publicado), obtivemos correlações significativas, semelhantes às referidas por Rodrigues-Doolabh et al. (2003), na Turquia e nos Emiratos Árabes Unidos e às de Veríssimo, et al. (2005) em Portugal, sendo potencialmente indicadoras que este método também é válido para a cultura portuguesa. Numa outra esfera, confirmou-se a presença de um script de base segura universal, sustentando a noção organizativa das relações de vinculação nos comportamentos de base segura, independentemente da cultura (Rodrigues-Doolabh et al., 2003; Veríssimo et. al., 2005).

De acordo com a literatura, as representações de vinculação em adultos referem-se à organização individual das experiências de vinculação na infância (Main et al., 1985, cit. por van IJzendoorn, 1995). Assim, os modelos internos de vinculação dos pais e das mães, como adultos, são independentes e não se encontram associados às variáveis demográficas relacionadas com o pai, mãe, criança e contexto, sendo consistentes com os resultados obtidos nas Histórias adulto-adulto.

Por outro lado, os estudos de van IJzendoorn e Bakermans-Kranenburg (in press, cit. por Sagi, van IJzendoorn, Aviezer, Donnel, Koren-Karie, Joels & Harel, 1995), referindo as semelhanças entre as suas representações, sendo que existe uma tendência para as mulheres com representações seguras casarem-se com homens com representações seguras, assim como os que têm representações inseguras.

No entanto, nem sempre ocorre este tipo de união. A realidade, por vezes assume contornos diversos, em que um dos elementos encontra no par a complementaridade aos seus valores e convicções além de satisfação conjugal. George e Solomon (1999) referem os estudos de Cohn, et al., 1992 e os de Cowan et al., 1996, nos quais constataram que as mulheres com vinculação segura ou insegura demonstraram ser melhores esposas e mães, quando casadas com maridos com vinculações seguras.

Se por um lado a teoria prevê a funcionalidade organizativa e auto-reguladora dos modelos internos sendo o reflexo dos comportamentos interactivos, ou seja, reflectem o modelo processual de uma relação de vinculação (Main, et al., 1985, cit. por Crowell & Treboux, 1995) e dos seus intervenientes (Bretherton, 1985, cit. por Crowell & Treboux, 1995; Sroufe & Flession, 1986, cit. por Bretherton & Munholland, 1999), por outro preconiza a influência da qualidade das representações maternas na qualidade da vinculação mãe-criança e pai-criança (Bowlby, 1969/2002).

Nas Histórias adulto-criança e no Total das histórias, verificámos, que os scripts de vinculação do pai e da mãe são dependentes e concordantes. Em relação ao género da criança são independentes. No Total das histórias, os valores dos scripts de base segura de ambos os pais revelaram-se inferiores aos das Histórias adulto-criança, encontrando suporte explicativo nos resultados não significativos das Histórias adulto-adulto. Assim, entre os valores dos scripts de vinculação paternos e maternos, verificámos existir uma modesta concordância (Fox, Kimmerly & Schafer, 1991), ou seja, não são independentes (Howes, 1999) sendo que os modelos internos de vinculação da mãe podem configurar a relação de vinculação pai-criança (Steele, Steele e Fonagy, 1996).

Pelo facto da maioria dos pais e mães exercerem a sua actividade profissional fora de casa, tendem a ter mais tempo em comum com o filho e a desenvolver semelhanças nos estilos interactivos com a criança (Owen, Chase-Lansdale in Lamb et al., 1985, cit. por Goosens & van IJzendoorn, 1990).

Os estudos de Sagi, van IJzendoorn, Aviezer, Donnel, Koren-Karie, Joels e Harel (1995) sugerem a mútua influência entre ambos os pais, na co-construção das suas representações sobre os seus comportamentos relativos à educação da criança. Paralelamente, e de acordo com Fox, Kimmerly e Schafer (1991) e Steele, Steele e Fonagy, (1996), não podemos esquecer que os pais e mães, são adultos que partilham o mesmo espaço, e têm valores e convicções similares relacionados com a educação da criança. Uma explicação alternativa para os valores modestamente concordantes, além de reflectirem a qualidade de uma relação específica, pai-criança e mãe-criança (Sroufe, 1985), podem estar relacionados com a influência do temperamento da criança, na qualidade da vinculação (Fox, Kimmerly & Schafer, 1991).

Neste sentido, e relativamente às respostas parentais sobre as características do temperamento, expressas nos comportamentos da criança, observadas pelos pais e pelas mães, verificámos existirem correlações positivas, modesta para moderadamente elevadas, nas dimensões Adaptação negativa à mudança e Irregular e nas Difícil e Irrequieto, respectivamente, que não se coadunam com a correlação positiva não significativa na de Tranquilo. os resultados obtidos no ICQ não definem a intensidade da criança fácil ou a difícil, do mesmo modo que Thomas, Chess e Birch (1968), cit. por Bates et al., 1979). As respostas indicam principalmente, as qualidades que as mães particularizam como difíceis na criança, proporcionando uma definição operacional das

dimensões do temperamento, centrando-se na frequência da expressão dos afectos negativos (Bates, 1987). Na análise às respostas nos questionários, verificámos que as concepções do pai, sobre as características do temperamento do filho, são similares às da mãe (Bates et al., 1979).

Neste sentido, Kagan (1998) defende que as respostas dadas por cada um dos pais, referem-se a representações não verbais, compostas pelas percepções das experiências afectivas com a criança, sendo que o pai e a mãe retiram, através de um catalizador psicológico, das suas descrições sobre o temperamento do filho, as inconsistências e exageram um pouco nas pequenas diferenças de modo a tornarem o conceito mais consistente e o mais desejável na criança. Com base nos resultados obtidos, constatámos que nas dimensões Irrequieto e Difícil as respostas de ambos os pais incidiram nos afectos negativos, depreendendo-se que na dimensão Tranquilo as respostas teriam que sustentar as anteriores. Goldsmith e Campos (1990, cit. por Kagan, 1998), referem que ambos os pais descrevem o filho como habitualmente feliz ou habitualmente irritável, não as duas vertentes.

A concordância nas respostas parentais sobre o temperamento, e de acordo com Bates e Bayles (1984, cit. por Bates, 1987) não encontra consistência na partilha, por ambos os pais, das características da criança, antes, os autores sugerem que os pais e mães vêem objectivamente essas características, ou na influência materna na perspectiva do pai, ou ainda por o conceito de criança difícil incluir elementos subjectivos significativos, sob o ponto de vista de cada um dos pais (Bates et al., 1979).

Nos resultados obtidos no presente estudo, verificámos que, nas variáveis relacionadas com os pais, mães, criança e contexto, na opinião paterna existe uma relação entre as idades do pai e da mãe e o comportamento difícil do filho, os pais e mães com mais idade descrevem os filhos como menos difíceis; entre as habilitações literárias da mãe e a criança irrequieta, em que as mães com mais habilitações têm filhos mais irrequietos; e, entre o número de horas que o filho frequenta a creche e o comportamento irregular do filho. De acordo com Howes (1999), as crianças respondem diferentemente às figuras que provêm cuidados por longos períodos de tempo tornando-se mais previsíveis nos seus comportamentos. Na opinião materna não foram encontrados elementos subjectivos significativos.

De acordo com Bates (1987), as respostas parentais são essenciais, ou seja, as respostas paternas, por si só não são suficientes, não obstante são um meio de verificação do significado das percepções maternas.

Chess e Thomas (1990, cit. por Kagan, 1998) referem que o temperamento difícil depende do ajuste recíproco, *goodness of fit*, entre o temperamento da criança e a criança idealizada pela família.

Por outro lado, Bretherton (1985, cit. por Cox et al., 1992) advoga que ambos os pais idealizam ou constroem um modelo normativo ou generalizado específico para aquele filho, e que tais modelos orientam, desde o início, não só os comportamentos da figura de vinculação, mas também o alcance das metas planeadas. Neste sentido, Levy-Shiff e Israelashvili (1988) defende que os pais que consideram o período pré-natal como experiência enriquecedora, valorizam a paternidade, assim como as mães. Paralelamente, Bates (1987) refere que as qualidades pessoais que se salientam desde muito cedo na vida do indivíduo ou temperamento, consiste no modo de ver a criança trazendo ao mundo contributos sociais únicos, alcançando a sua identidade social e, em muitas sociedades, os pais procuram nesses comportamentos a personalidade dos seus filhos.

Na perspectiva das características temperamentais da criança, e de acordo com Vaughn, Lefever, Seifer e Barglow (1989), as crianças em idade pré-escolar, com histórico de vinculação segura, são percebidas pelas suas mães como crianças fáceis. Os pais e mães ao concordarem sobre a expressão das características temperamentais da criança, de acordo com as correlações positivas constatadas nas dimensões do temperamento da criança, reflectem não só o envolvimento sensível e responsivo na educação do filho como a partilha de valores e convicções educacionais, relativamente a constructos de domínios distintos, a vinculação e o temperamento (Sroufe, 1985).

Relativamente aos comportamentos caracterizados como expressão de temperamento na criança, percebidos pelos pais e pelas mães, pela concordância obtida nas respostas parentais, podem conjugar a influência dos modelos internos da mãe como figura principal de vinculação da criança, realçando comportamentos temperamentais na criança, concordantes com os seus valores e convicções educacionais (Howes, 1999; Steele, Steele & Fonagy, 1996).

A primeira questão procurou analisar a relação entre os modelos internos dinâmicos dos pais e mães e as características do temperamento da criança.

Sroufe (1985) salienta que o comportamento significativo do adulto, determina a qualidade da relação de vinculação, mais que qualquer característica peculiar da criança, sendo que a vinculação segura refere-se a uma relação específica, ao invés de específica da criança, e enquanto o temperamento é de origem endógena a vinculação é relacional; sendo constructos pertencentes a diferentes domínios. O autor (op. cit., 1985) considera que as características endógenas podem actuar em paralelo com os comportamentos de vinculação, pela semelhança na sua expressão.

No entanto, Vaughn et al., (1992) consideram que ambos os domínios contribuem para o controlo e expressão dos afectos sendo que a classificação pode variar de acordo com a natureza da relação adulto-criança. Os pais e as mães classificaram, independentemente as características temperamentais da criança. Porém, verificámos existir concordância nas suas respostas, muito embora os autores (op. cit., 1992) sugeriram a probabilidade de existirem diferenças nas respostas de cada adulto, relativo a uma relação específica.

Todavia, temos presente que os pais e mães participantes revelaram, nas Histórias adulto-adulto, Histórias adulto-criança e no Total das histórias, valores correspondentes a scripts de vinculação de base segura, no discurso coerente, (Veríssimo et al., 2006) sinal de adequação das interações com a criança num contínuo ajuste recíproco às características do filho nos diferentes contextos (Chess & Thomas, 1989; Thomas & Chess, 1989), nos quais estão implicados os modelos internos de ambos, a influência dos modelos internos da mãe nas relações mãe-criança e pai-criança e os factores subjectivos paternos.

Os resultados obtidos na presente investigação também encontram suporte na meta-análise de Fox, Kimmerly e Schafer (1991) e nos estudos Steele, Steele e Fonagy (1996), sustentando que as semelhanças na vinculação da criança a ambos os pais devem-se à natureza das representações de vinculação materna, influenciando os comportamentos interactivos criança-mãe, criança-pai e pai-criança. Assim, a qualidade e a organização das representações maternas reflectem-se não só nas relações interactivas com o filho como nas interações da criança com outras figuras, no caso deste estudo, com o pai.

Relativamente aos valores dos scripts de base segura dos pais e mães e às dimensões do temperamento da criança não revelarem associações significativas na perspectiva das

mães, sustentando a inexistência de factores subjectivos relacionados com as dimensões do temperamento.

Na dimensão Adaptação negativa à mudança, verificámos que o pai tende a considerar que a mãe sublinha esta característica na criança. A tendência do pai, poderá ser um indicador da qualidade da relação de vinculação, em que a criança considera a mãe como base segura, previsível fonte disponível de conforto e protecção e proximidade, dando suporte à função biológica numa relação de vinculação. Ao mesmo tempo que a mãe sensível percebe e avalia os sinais da criança apropriadamente, respondendo rápida e contingentemente, contribuindo para que o filho sinta segurança, promovendo os comportamentos exploratórios (Ainsworth et al., 1978, cit. por George & Solomon, 1999).

Ao nível perceptual, o pai demonstrou ser sensível ao comportamento da criança, indo ao encontro dos pressupostos teóricos e empíricos, sobre a influência das representações maternas de base segura na perspectiva do pai sobre o filho (Steele, Steele & Fonagy, 1996), sustentando os resultados obtidos nas Histórias adulto-criança e no Total das histórias, assim como na inexistência de factores subjectivos, na perspectiva da mãe, sobre as dimensões do temperamento. As mães ao não enfatizarem esta característica na criança não é sinónimo de a desvalorizarem, bem pelo contrário, sustentando a função biológica de protecção e adaptação da criança aos novos contextos numa relação de vinculação segura mãe-criança. Assim, e de acordo com os resultados obtidos nas Histórias adulto-criança e Total das histórias, a mãe contribui para a criança se sentir segura na sua adaptação e integração de experiências relativas a novas realidades, nos scripts que formulou, reorganizando-os (Ainsworth & Bowlby, 1991).

A reacção à novidade/mudança, como característica endógena, e de acordo com Plomin (1982, cit. por Sroufe, 1985), deve demonstrar estabilidade entre as diferentes figuras, e ao longo do tempo. Ambos os pais concordaram nas respostas dadas. Bates (1980, 1983, cit. por Bates, 1987), sugere que os padrões comportamentais apresentados por um indivíduo, e por vezes designados como temperamento, provavelmente, nem todos são isomórficos com os subjacentes factores biológicos. Por outro lado, Kagan (1998) refere que até à idade de quatro anos, os comportamentos de expressão temperamental, são pouco previsíveis.

Com o aperfeiçoamento das capacidades de mobilidade, da linguagem e sequente autonomia, a criança, por volta dos três anos de idade, consegue distanciar-se espacial e

temporalmente das figuras de vinculação, resultante do seu desenvolvimento cognitivo ao nível das representações mentais da figura de vinculação (Schaffer, 1996). Paralelamente, a criança a partir dos três anos de idade, assente nas suas capacidades cognitivas, começa a captar as motivações das suas figuras de vinculação e tenta modificá-las, pelo seu próprio comportamento cada vez mais sofisticado, denominado por parcerias de objectivos corrigidos, a fim de as tornar compatíveis com as suas necessidades (Marvin & Britner, 1999).

Muito embora a sintonia entre os comportamentos maternos e a criança caracterizem a vinculação segura, por vezes e simultaneamente, verifica-se na criança a necessidade de exploração e o contacto físico com a mãe; paralelamente, algumas mães parecem encorajar este tipo de comportamentos, retirando prazer (Pederson & Moran, 1995). Com base na qualidade das interacções/comunicação estabelecidos com a mãe, alargando-se à família, a criança começa a perceber as perspectivas dos outros, transportando e adequando as suas respostas aos novos contextos (Ainsworth & Bowlby, 1991; Bowlby, 1969/2002).

Segundo Bowlby (1973/1998), uma criança seguramente vinculada não está isenta de sentir medo ou apreensão, sendo reacções naturais no ser humano, em circunstâncias habituais, sendo que qualquer criança, ocasionalmente, pode sentir receio ou insegurança, podendo ser reacções de adaptação a novos contextos, promovendo a proximidade à figura de vinculação (Weinfield, Sroufe, Egeland e Carlson, 1999).

Da análise aos estudos de Schaffer e Emerson em 1964, Marvin e Britner (1999) referem que as crianças em idade pré-escolar tendem a monitorizar os movimentos e a atenção da mãe e, quando não atendidas, manifestam comportamentos de vinculação de modo a obterem a sua atenção. Os autores (op. cit., 1999) salientam que na cultura ocidental estes padrões comportamentais de adaptação são considerados como regressivos, desapontando os pais. Rothbart e Bates (1998) sugerem como provável uma relação entre a expressão do temperamento e a fase de desenvolvimento em que se encontra a criança.

Marvin e Britner (1999), advogam que a criança em idade pré-escolar, apesar de demonstrar maior autonomia e auto-confiança, permanece vulnerável aos perigos necessitando de protecção. Simultaneamente, a relação de vinculação criança-mãe torna-se essencial para a sua sobrevivência e socialização. Os autores (op. cit., 1999)

consideram estes comportamentos adaptativos em vez de regressivos, sendo que nestas idades os comportamentos de vinculação são activados facilmente e tão intensos e frequentes como aos 12 meses.

Relativamente aos modelos internos dinâmicos e aos comportamentos na criança, Bowlby citado por Marvin e Britner (1999) considera existir uma relação, ou seja, a criança processa e manipula planos e metas a nível interno aumentando o controlo comportamental. Os modelos internos actuam como organizadores dos comportamentos caracterizando-os pela flexibilidade aos diversos contextos, porém assentes em scripts ou constructos cognitivos, representativos de experiências prévias, que direccionam o comportamento dos indivíduos diferentemente.

Os estudos de Bretherton, 1993, Cassidy e Marvin, 1992, Dunn, 1994, Nelson e Gruendel, 1981, citados por Marvin e Britner (1999) sustentam que durante o segundo ano e até aos seis anos de idade, as crianças elaboram sofisticados modelos internos dinâmicos de si e dos comportamentos das outras figuras assim como das regras implícitas e explícitas dos comportamentos sociais e interacções. No entanto, poderá estar implicada a organização das interacções de vinculação (Bowlby, 1969/2002; Marvin, 1977, cit. por Marvin & Britner, 1999), apesar de empiricamente não existir vínculo directo entre o temperamento e a segurança na vinculação (Belsky & Rovine, 1987; Vaughn, Lefever, Seifer & Barglow, 1989).

Não obstante, “the most urgent need is for process studies of how caregivers typically adjust their behaviour to accommodate to the particular needs and nature of a given child” (Sroufe, 1984, p. 12, cit. por Bates, 1987).

A segunda questão procurou analisar a relação entre os modelos internos de vinculação dos pais e das mães e a responsabilidade parental.

Partilhar a responsabilidade parental, é uma temática que tem gerado preocupação, entre outras, ao nível da sua influência no desenvolvimento da criança, e tem vindo a ser abordada subtilmente, há pouco mais de três décadas. O envolvimento materno e paterno na divisão das tarefas de prestação de cuidados à criança tem vindo a alterar-se, comparativamente a um passado recente (Gouveia et al., 1991; Monteiro et al., 2006; Wall, 2005).

Na sociedade portuguesa, em geral, assim como na população alvo deste estudo embora seja uma pequena parcela das famílias bi-parentais, também se têm verificado discretas mudanças nas representações cognitivas dos pais sobre a partilha e a complementaridade parental nos cuidados diários à criança (Balacho, 2003, 2004). Porém, na vertente prática dessas mesmas tarefas, conforme os valores globais obtidos neste estudo, segundo a perspectiva do pai e da mãe, as diferenças persistem.

Conforme os pressupostos por Bowlby (1969/2002), os estilos interactivos do pai e da mãe diferem, enquanto a prestação de cuidados práticos diários à criança estão a cargo da mãe, as actividades de carácter lúdico despertam maior envolvimento paterno (Lamb, 1977, cit. por Monteiro et al., 2006). Por outro lado, Parke e Asher (1983, cit. por Howes, 1999) sugerem que os pais quando partilham a responsabilidade dos cuidados à criança as diferenças nas relações são menores. Assim, os pais que expressam sentimentos mais positivos sobre o filho e sobre o seu papel parental, de acordo com os resultados obtidos nos scripts de vinculação segura nas Histórias adulto-criança e no Total das histórias, e valorizam o tempo que despendem com os filhos, provendo regularmente cuidados físicos e emocionais, têm filhos seguramente vinculados (Howes, 1999)

Os estudos de Lamb (1987), Parke (1978, cit. por Belsky, Gilstrap & Rovine, 1984) e Lamb (1997, cit. por George & Solomon, 1999) sustentam que, apesar de tradicionalmente a mãe ser considerada como a que presta cuidados a nível prático à criança e o pai na vertente lúdica, não se pode assumir que este seja menos capaz no acto de cuidar da criança, no entanto não parece ser a componente mais saliente do seu comportamento.

Actualmente, a maioria das mães além de serem suporte financeiro à família também continuam como principais responsáveis nos cuidados das crianças, organizando e realizando tarefas relacionadas, diariamente. Com base na análise das actividades Práticas e das Lúdicas, os resultados revelaram, ao nível das Actividades Práticas, a divisão tradicional enquanto que nas Actividades Lúdicas verifica-se a partilha da responsabilidade parental. Neste sentido Peitz, Fthenakis e Kalicki (2001) sustentam a existência de um padrão específico de tarefas nas quais os pais partilham responsabilidade e participação. De acordo com a perspectiva de Gerson (1993, cit. por Arendell, 1999) e de Ronher e Veneziano (2001), muitos dos pais preferem ser o suporte da mãe ou assumirem temporariamente as tarefas de carácter prático. Assim, torna-se necessário

distinguir entre a efectiva responsabilidade na prestação de cuidados à criança e o encontrar-se disposto a ajudar ou quando é conveniente.

Relativamente às Actividades Práticas, na óptica do pai, verificámos a tradicional distribuição, como dar banho, ficar em casa quando a criança está doente ou a quem telefona a escola se algo se passar com o filho, como tarefas da responsabilidade materna.

Os resultados dos estudos de Levy-Shiff e Irraelashvili (1988) sugerem que os pais partilham a responsabilidade com as mães nas actividades extra-rotina que suportem flexibilidade horária, como acompanhar a criança ao parque, levá-la às festas de aniversário ou brincar com ela, isto é, situações onde possivelmente se sentem mais à vontade. Paralelamente, as rotinas da mãe, apresentam-se quase sequenciais, não só em termos de tarefas como de horários, apontando assim para o difícil equilíbrio entre dois pólos, a família e o trabalho (Craig, 2003). Os resultados obtidos no presente trabalho são consistentes com os apresentados por Laflamme, Pomerleau e Malcuit (2002) com crianças de 9 e de 15 meses de idade, de Peitz, Fthenakis e Kalicki (2001) com crianças de 3 anos.

Relativamente à perspectiva da responsabilidade que ambos os pais têm das diferentes actividades são concordantes, indicando que ambos assumem além da própria responsabilidade nas tarefas também prezam a parte do outro. Da análise das respostas ao questionário, salientam-se as dos itens 4 e 17, Quem vai deitar o seu filho e, Quem costuma ir às reuniões de escola do seu filho, nas quais se verifica a não concordância entre as respostas de ambos os pais.

Relacionadas com as Actividades Práticas, nas respostas ao item 4, a mãe percebe a tarefa mediamente partilhada e o pai tem a percepção da sua partilha; nas Actividades Lúdicas, no item 17, a mãe considera-se a principal responsável, enquanto para o pai existe partilha. Verificámos que as respostas dadas não são totalmente discordantes, podendo ser o reflexo do que as mães consideram e desejam como envolvimento paterno, assim como a importância que o pai lhes confere. Neste sentido, existem indicadores discretos de uma maior flexibilidade em relação à natureza das actividades e ao envolvimento paterno com as crianças, apesar de comparativamente às gerações anteriores, passarem muito mais tempo com os filhos, conforme as investigações de Lamb em 1997 e de Pleck em 1997, citadas por Balancho (2004).

Relativamente às idades dos pais, das mães e das crianças em relação às Actividades Práticas não foram encontradas quaisquer associações, o mesmo não acontecendo em relação à idade da mãe e às Actividades Lúdicas do pai, nas quais verificámos uma associação negativa, quanto mais idade tem a mãe menor será o envolvimento do pai com o filho nas Actividades Lúdicas.

Os resultados do presente estudo vão ao encontro das investigações, efectuadas por MacDonald e Parke (1986, cit. por Parke, 1995), sobre a idade do pai e a frequência do jogo físico com a criança, apresentam uma relação negativa, podendo esta estar associada à relutância do pai ou à sua impossibilidade física nesse tipo de brincadeiras com a criança, ou então pelo facto, das crianças não exigirem tanta actividade física da parte dos pais com mais idade. Os estudos de Laflamme, Pomerleau e Malcuit (2002) também são consistentes com os nossos resultados ao afirmarem que os pais diminuem as formas físicas de jogo com as crianças mais crescidas, aumentando outras formas de jogos, como por exemplo com objectos.

Por outro lado os estudos desenvolvidos por Zaslow, Pederson, Suwalsky, Rabinovich e Cain (1985, cit. por Parke, 1995), sugerem que os comportamentos paternos demonstram ser menos estereotipados com o avançar da idade, adoptando por vezes procedimentos semelhantes aos considerados tradicionalmente como maternos. Volling e Belsky (1991, cit. por Parke, 1995) ao estudarem as interacções entre o pai e a criança aos 3 e aos 9 meses, verificaram que os pais de mais idade eram mais responsivos, estimuladores e afectivos, tanto numa como na outra idade da criança.

Na idade da criança à data da entrada na creche, verificámos uma correlação negativa modesta em relação às Actividades Práticas, ou seja, a partilha da responsabilidade parental nos cuidados diários à criança é comum ao pai e à mãe, quanto mais pequena a criança tiver entrado na creche, sendo um indicador da partilha das Actividades Práticas, com base nos modelos internos de vinculação segura da mãe e do pai, nas expectativas idealizadas para o filho, patente nas Histórias adulto-criança e nas respostas ao questionário de Responsabilidade Parental

Na perspectiva de Peitz, Fthenakis e Kalicki (2001), e de acordo com o estudo em crianças de 3 anos, o nível de envolvimento paterno nos cuidados à criança e na organização de tarefas relacionadas, está associado a factores subjacentes às variações do envolvimento paterno, preconizadas por Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1987, cit.

por Lamb, 1987), como: a motivação, o desejo do próprio pai no seu envolvimento com a criança, porém, esta só por si não é suficiente para aumentar o envolvimento; outros predicados como a habilidade, a auto-confiança e o estar sensível aos sinais da criança (Lamb, 1980, cit. por Lamb, 1987), são essenciais para que o pai se sinta confortável no seu desempenho, assim como os efeitos do seu envolvimento sejam positivos no desenvolvimento da criança e na dinâmica familiar.

Paralelamente, a heterogeneidade das atitudes maternas (Pleck, 1982, cit. por Lamb, 1987) perante o crescente aumento não só presencial e de suporte como de efectiva participação do pai nos cuidados à criança, pode assumir-se como paradoxal: se por um lado é desejo da mãe que o pai partilhe com ela as tarefas de carácter prático, por outro, consideram-se satisfeitas com o actual envolvimento paterno.

Nas atitudes ambivalentes maternas podem estar conjugadas várias vertentes: sendo uma delas a desvalorização do desempenho paterno na resolução de tarefas de ordem prática, em que são percebidas com consequências desgastantes para a mãe em vez de a libertarem (Lamb, 1987); a outra poderá residir no aumento do envolvimento paterno e, de algum modo, ameaçar a posição materna em casa, como mãe e como figura principal, situações nunca antes questionadas quanto ao poder de autoridade da mulher (Polatnick, 1973-1974, cit. por Lamb, 1987), nestes dois domínios.

Não obstante, os aspectos negativos percebidos por algumas das mães, do envolvimento paterno na dinâmica da família, onde a divisão de tarefas é a tradicional, além de básico também é desejável por um número crescente de famílias (Lamb, 1987), embora permaneçam os conflitos entre o querer fazer e o saber fazer. As práticas sócio-culturais instituídas, em que o pai é considerado como o suporte económico da família (Lamb, 1987), mesmo que a mãe também contribua com o produto do seu trabalho, são as justificações explicativas do pai em relação ao seu envolvimento com os filhos.

As investigações de Steele, Steele e Fonagy (1996) vieram reforçar a perspectiva de interdependência nas relações de vinculação mãe-criança, pai-criança e a sua influência, nas famílias tradicionais, assente nos modelos internos de vinculação de base segura da mãe. Assim, nas famílias em que a divisão de responsabilidade parental é a tradicional, a mãe como figura principal de vinculação pode moldar ou constranger a interacção pai-criança nas Actividades Práticas e fomentar as Lúdicas, de acordos com os seus modelos internos de vinculação segura.

Relativamente ao género da criança, não foram constatadas quaisquer associações às actividades de responsabilidade parental, sendo os resultados do nosso estudo consistentes com os estudos de Gouveia et al. (1991), Lamb, Frodi, Hwang e Lamb (1983) e Monteiro et al., (2006), referindo que os pais estão equitativamente envolvidos com as suas crianças. Opostamente, as investigações de Easterbrooks e Goldberg (1984) e Grossman, Pollack e Golding (1988) referem que os pais estão mais envolvidos com os meninos que com as meninas, e as de Lamb (1977a, 1977b, cit. por Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983) mencionam que os meninos desenvolvem preferências pelos pais, por volta dos dois anos de idade, podendo estas deverem-se a questões de ordem cultural.

Na análise de variância entre as Actividades Práticas e as Actividades Lúdicas, os resultados obtidos nas primeiras, apresentam diferenças, ainda que modestas, em que os valores relacionados com a perspectiva do pai são superiores aos da mãe, e nas Actividades Lúdicas apresentam concordância. Os resultados obtidos são consistentes com as questões apresentadas por Craig (2003) sugerindo ser necessário diferenciar entre o tempo absoluto, e o tempo relativo, que ambos os pais despendem com a criança. Como tempo absoluto, consideram o que é ocupado como actividade principal, nos cuidados à criança ou além de cuidar da criança ter uma tarefa secundária a seu cargo; e o tempo relativo refere-se aquele em que ocorrem simultaneamente outras actividades a par com a de cuidar da criança.

A discrepância verificada poderá consistir nos cuidados práticos à criança, onde existe uma substancial diferença (Craig, 2003). As investigações de Pleck (1997, cit. por Cabrera, Tamis-LeMonda, Lamb & Boller, 1999) apontam no mesmo sentido, sendo necessário distinguir entre os aspectos quantitativos e qualitativos do envolvimento paterno. Os aspectos qualitativos das interacções parentais salientam-se em relação aos quantitativos (Easterbrooks & Goldberg, 1984) e mais que a quantidade de cuidados diários à criança ou o envolvimento, é o carácter das interacções que determina a qualidade da vinculação da criança com uma dada figura (Schaffer & Emerson, 1964, cit. por Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, 1983).

Relativamente às perspectivas dos pais sobre a Responsabilidade Parental e a dimensão Difícil, verificámos não existirem diferenças entre a mãe que não partilha e a que partilha, não acontecendo o mesmo com o pai que partilha que consideram o filho

como menos difícil que o pai que não partilha. Numa análise de variância constatámos, na dimensão Irrequieto, que o pai e a mãe que não partilham têm concepções muito próximas, e os resultados obtidos são significativamente elevados, comparativamente ao pai e à mãe que partilham, nos quais existem diferenças, a mãe que partilha considera a criança mais irrequieta.

O suporte destes resultados poderá assentar em factores de ordem cultural, isto é, o pai e a mãe que não partilham apresentam uma concepção mais tradicional, valorizando negativamente os comportamentos do filho, comparativamente ao pai e à mãe que partilham a responsabilidade parental. Os valores obtidos na média do total dos itens do questionário de Responsabilidade Parental, revelaram que nas perspectivas do pai e da mãe, aproximam-se de Quase sempre a mãe a responsável pelas actividades com o filho. Uma explicação plausível, para as diferenças significativas entre a mãe e o pai que partilham, poderá estar nos modelos internos da mãe de base segura, actuando como um catalizador em simultâneo com a configuração da relação pai-criança, que o leva a estar disponível à compreensão das características de base biológica.

Porém, a nível cultural as mães reconhecem que a irrequietude do filho poderá ser um factor condicionante nas interacções sociais. Deste modo, os comportamentos da criança, são percebidos pelos pais e mães que partilham, através de uma óptica diferenciada.

Também Levy-Shiff e Israelashvili (1988) realçam as atitudes e a percepção do pai sobre a importância do seu envolvimento no desenvolvimento da criança. Os estudos de Simons, Withbeck, Conger e Melby (1990, cit. por Rohner & Veneziano, 2001) sustentam um maior envolvimento paterno em actividades de natureza educativa quando acredita que tais comportamentos podem marcar a diferença na vida da criança. No entanto, parece que os pais influenciam os seus filhos mais nos aspectos em que são semelhantes entre ambos que nos diferentes (Lamb, 1997, cit. por Rohner & Veneziano, 2001), sendo indicadores da importância da partilha da responsabilidade parental no desenvolvimento dos filhos. Assim, verificámos que nas respostas aos questionários o pai e a mãe partilham as Actividades Lúdicas, como ler histórias ao filho, levá-lo ao parque, brincar.

Com base nas investigações de Veríssimo et al. (2005) as mães que possuem scripts de base segura servem como base segura para os seus filhos, Neste sentido, as mães

com representações de vinculação de base segura têm filhos seguramente vinculados (Bowlby, 1958, cit. por Steele, Steele & Fonagy, 1996), assim como as mães com atitudes responsivas têm filhos menos difíceis que as mães não responsivas (Crockenberg, 1982, cit. por Bates, 1987). Relativamente às relações de vinculação segura criança-pai, Cox, Owen, Henderson e Margand (1992) salientam a sua previsibilidade na natureza das interações, ao longo do primeiro ano de vida da criança.

De acordo com os resultados obtidos, os modelos internos de vinculação do pai e da mãe não estão relacionados com a responsabilidade parental. George e Solomon (1999) e Sroufe (1985), consideram que o sistema de prestação de cuidados à criança actua em paralelo com a qualidade da vinculação, ou seja, a qualidade dos cuidados determina a organização qualitativa da relação, sustentando os resultados não significativos, obtidos neste estudo, entre os scripts de vinculação do pai e da mãe e a responsabilidade parental.

Segundo (Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999), através da história de cuidados responsivos, a criança desenvolve expectativas das figuras que lhe prestam cuidados ao nível das emoções, respondendo aos seus sinais de angústia ou de desejo de contacto, sendo que a responsividade inicial está relacionada com as diferenças individuais na segurança da relação de vinculação. Conforme preconizado por Bowlby (1969/2002, 1973/1998), o que a criança espera é o que aconteceu antes, e nem todos os aspectos dos cuidados parentais estão relacionados com a segurança na vinculação, assim como a responsabilidade parental não está relacionada com todos os comportamentos da criança. Assim, as crianças com relações de vinculação segura, têm confiança na disponibilidade responsiva e sensível das figuras de vinculação e desenvolvem confiança nas suas próprias interações com o mundo.

Desta forma, parece-nos de particular interesse a reformulação do presente estudo no sentido de compreender de que forma os comportamentos de base-segura e as representações da relação de vinculação se organizariam de acordo com a figura de vinculação presente, sendo que para tal se poderiam introduzir ligeiras alterações na metodologia, nomeadamente, a realização do Attachment Behavior Q-Set com a mãe e com o pai, em momentos distintos.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M.D.S. & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46 (4), 333-341.
- Ainsworth, M.D.S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationships. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M.D.S., (1988). *On security*. Consultado a 1 de Março de 2005, através de <http://www.psychology.sunysb.edu>
- Arendell, T. (1999). Co-parenting: A review of the literature. *National Center on Fathers and Families*, 1-58. Consultado a 6 de Dezembro de 2005, através de <http://www.ncoff.gse.upenn.edu/litrev/cplr.htm>
- Balancho, L.F. (2003). *Ser pai hoje*. Lisboa: Editorial Presença.
- Balancho, L.S. (2004). Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade, *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 377-386.
- Bates, J.E. (1987). Temperament in infancy. In J.D. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (2nd ed., pp. 1101-1149). New York: John Wiley & Sons.
- Bates, J.E. (1989a). Concepts and measures of temperament. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 3-26). New York: John Wiley & Sons.
- Bates, J.E. (1989b). Applications of temperament concepts. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 321-355). New York: John Wiley & Sons.
- Bates, J.E., Freeland, C.A.B. & Lounsbury, M.L. (1979). Measurement of infant difficultness. *Child Development*, 50, 794-803.
- Belsky, J. & Rovine, M. (1987). Temperament and attachment security in the Strange Situation: An empirical rapprochement. *Child Development*, 58, 787-795.

- Belsky, J. (1999). Interactional and contextual determinants of attachment security. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 249-264). New York: Guilford Press.
- Belsky, J., Gilstrap, B. & Rovine, M. (1984). The Pennsylvania infant and family development project I: Stability and change in mother-infant and father-infant interactions in a family setting at one, three and nine months. *Child Development*, 55, 692-705.
- Berlin, L.J. & Cassidy, J. (1999). Relations among relationships: Contributions from attachment theory and research. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 688-712). New York: Guilford Press.
- Bowlby, J. (1969/2002). *Apego e Perda: Apego, a natureza do vínculo*, Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1973/1998). *Apego e Perda: Separação, angústia e perda*, Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1979/1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1980/1985). *Apego e Perda: Perda, tristeza e depressão*, Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes.
- Bretherton, I. & Munholland, K.A. (1999). Internal working models in attachment relationship: A construct revisited. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 89-111). New York: Guilford Press.
- Bretherton, I. (1987). New perspectives on attachment relations: Security, communication, and internal working models. In J.D. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (2nd ed., pp. 1061-1100). New York: John Wiley & Sons.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.

- Bretherton, I. (2003). *Mary Ainsworth: Insightful observe rand courageous theoretician*. Consultado a 1 de Março de 2005, através de http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/pdf/mda_inge.pdf
- Bretherton, I., Fritz, J., Zanh-Waxler, C. & Ridgeway, D. (1986). Learning to talk about emotion: A functionalist perspective. *Child Development*, 57, 529-548.
- Buss, A. (1989). Temperament as personality traits. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 49-58). New York: John Wiley & Sons.
- Cabrera, N.J., Tamis LeMonda, C.S., Lamb. M.E. & Boller, K. (1999). *Measuring father involvement in the early Head Start evaluation: A multidimensional conceptualization* (Paper presented at the National Conference on Health Statistics, August, 1999). Washington, D.C. Consultado a 12 de Outubro de 2005, através de <http://www.mathematica-mpr.com/publications/PDF/measurefather.pdf>
- Cabrera, N.J., Tamis-LeMonda, C.S., Bradley, R.H., Hofferth, S., & Lamb, M.E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71 (1), 127-136.
- Campos, J.J., Barret, K.C., Lamb, M.E., Goldsmith, H.H. & Stenberg, C. (1983). Socioemotional development. In P.H. Mussen (Series Ed.), M. Haith & J. Campos (Vol. Eds.), *Handbook of child psychology: Infancy and developmental psychology*, Vol. 2 (4th ed., pp. 783-915). New York: John Wiley & Sons.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-20). New York: Guilford Press.
- Chess, S. & Thomas, A. (1989). Issues in the clinical application of temperament. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 337-386). New York: John Wiley & Sons.
- Cox, M., Owen, M., Lewis, J. & Henderson, V. (1989). Marriage, adult adjustment, and early parenting. *Child Development*, 60, 1015-1024.
- Cox, M.J., Owen, M.T., Henderson, V.K. & Margand, N.A. (1992). Prediction of infant-father and infant-mother attachment. *Developmental Psychology*, 28, 474-483.

- Craig, L. (2003). *Do Australians share parenting? Time-diary evidence on fathers' and mothers' time with children* (Paper presented at the 8th annual Conference of the Australian Institute of Family Studies. Melbourne, Australia, Fevereiro, 2003). Consultado a 15 de Outubro de 2005, através de <http://www.alfs.gov.au/institute/afrc8/craig.pdf>
- Crowell, J.A. & Feldman, S.S. (1988). Mother's internal models of relationships and children's behavioral and development status: A study of mother-child interaction. *Child Development, 59*, 1273-1285.
- Crowell, J.A. & Treboux, D. (1995). A review of adult attachment measures: Implications for theory and research. *Social Development, 4*, 294-327.
- Easterbrooks, M.A. & Goldberg, W.A. (1984). Toddler development in the family: Impact of father involvement and parenting characteristics. *Child Development, 55*, 740-752.
- Farver, J.A.M., & Wimbarti, S. (1995). Paternal participation in toddlers' pretend play. *Social Development, 4* (1), 17-31.
- Fox, N.A., Kimmerly, N.L. & Schafer, W.D. (1991). Attachment to mother/attachment to father: meta-analysis. *Child Development, 62*, 210-225.
- George, C. & Solomon, J. (1999). Attachment and caregiving: The caregiving behavioral system. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 649-670). New York: Guilford Press.
- Goldsmith, H.H., Buss, A.H., Plomin, R., Rothbart, M.K., Thomas, A., Chess, S., Hinde, R.A. & McCall, R.B. (1987). Roundtable: What is temperament? four approaches. *Child Development, 58*, 505-529.
- Goossens, F.A., & van IJzendoorn, M.H. (1990). Quality of infants' attachments to professional caregivers: Relation to infant-parent attachment and day-care characteristics. *Child Development, 61*, 832-837.
- Gouveia, R., Batista, M., Lopes, M., Lopes, A.I., Barreto, C., Lacerda, N., Torgal-Garcia, F. & Gomes-Pedro, J. (1991). Cuidados do pai português nos cuidados ao seu filho no 1º. ano de vida. *Revista Portuguesa de Pediatria, 22*, 246-249.

- Grossman, F.K., Pollack, W.S. & Golding, E. (1988). Fathers and children: Predicting the quality and quantity of fathering. *Developmental Psychology*, 21 (1), 82-91.
- Guttman-Steinmetz, S., Elliot, M., Steiner, M.C. & Waters, H.S. (2003). Co-construing script-like representations of early secure base experience. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Script-like representations of secure base experience: Evidence of Cross-age, cross-cultural, and behavioural links*. (Poster symposium presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Tampa, FL, March, 2003). Consultado a 15 de Outubro de 2005, através de http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/srcd2003/posters/srcd2003_sarit.pdf
- Harold, G.T., Shelton, K.H., Goeke-Morey, M.C. & Cummings, E.M. (2004). Marital conflict, child emotional security about family relationships and child adjustment. *Social Development*, 13 (3), 350-376.
- Hesse, E. (1999). The adult attachment interview: Historical and current perspectives. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 395-433). New York: Guilford Press.
- Hewlett, B.S. (1987). Intimate fathers: Patterns of paternal holding among Aka Pigmyies. In M.E. Lamb (Ed.), *The father's role: cross-cultural perspectives* (pp. 295-330). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 671-687). New York: Guilford Press.
- Howes, C., Matheson, C.C. & Hamilton, C.E. (1994). Maternal, teacher, and child care history correlates of children's relationships with peers. *Child Development*, 65, 264-273.
- Howes, C. & Hamilton, C.E. (1992). Children's relationships with child care teachers: Stability and concordance with parental attachments. *Child Development*, 63, 867-878.
- Hwang, C.P. & Lamb, M.E. (1997). Father involvement in Sweden: A longitudinal study of its stability and correlates. *International Journal of Behaviour Development*, 21 (3), 621-632.

- Hwang, C.P. (1986). Behavior of Swedish primary and secondary caretaking fathers in relation to mother's presence. *Developmental Psychology*, 22 (6), 749-751.
- Instituto Nacional de Estatística (2005). Estatísticas do emprego. Indicadores de população em Portugal. Consultado a 6 de Maio de 2005, através de <http://www.ine.pt/prodserv/indicadores/quadros.asp?codIng=26>
- Kagan, J. (1998). Biology and the child. In W. Damon (Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development*, Vol.3 (5th ed., pp. 177-235). New York: John Wiley & Sons.
- Kobac, R. (1999). The emotional dynamics of disruptions in attachment relationships: Implications for theory, research, and clinical intervention. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 21-43). New York: Guilford Press.
- Laflamme, D., Pomerleau, A. & Malcuit, G. (2002). A comparison of fathers' and mothers' involvement in childcare and stimulation behaviors during free-play with their infants at 9 and 15 months. *Sex Roles*, 47 (11/12), 507-518.
- Lamb, M.E. (1987). Introduction: The emergent american father. In M.E. Lamb (Ed.), *The father's role: Cross-cultural perspectives* (pp. 3-26). New Jersey: Laurence Erlbaum Associates.
- Lamb, M.E. (1998). Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In W. Damon (Ed.) & I.E. Sigel & K.A. Renninger (Vol. Eds.), *Handbook of child psychology: Child psychology in practice*, Vol.4 (5th ed., pp. 73-133). New York: John Wiley & Sons.
- Lamb, M.E., Frodi, M., Hwang, C.P., Frodi, A.M. (1983). Effects of paternal involvement on infant preferences for mothers and fathers. *Child Development*, 54, 450-458.
- Levy-Shiff, R. & Israelashvili, R. (1988). Antecedents of fathering: Some further exploration. *Developmental Psychology*, 24 (3), 434-440.
- Marvin, R.S. & Britner, P.A. (1999). Normative development: the ontogeny of attachment. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 44-67). New York: Guilford Press.

- Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R. & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? Coimbra: Psychologica, in press.
- Oppenheim, D. & Waters, H.S. (1995). Narrative processes and attachment representations: Issues of development and assessment. In E. Waters, B.E. Vaughn, G. Posada & Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 60* (2-3, Serial No. 244), 197-215.
- Oppenheim, D., Sagi, A. & Lamb, M.E. (1988). Infant-adult attachments on the kibbutz and their relation to socioemotional development 4 years later. *Developmental Psychology, 24* (3), 427-433.
- Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development, 47*, 193-219.
- Parke, R.D. (1995). Fathers and families. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Status and social conditions of parenting, Vol.3* (pp. 27-63). Mahwah: New Jersey.
- Pederson, D.R. & Moran, G. (1995). A categorical description of infant-mother relationships in the home and its relation to Q-sort measures of infant-mother interaction. In E. Waters, B.E. Vaughn, G. Posada & Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 60* (2-3, Serial No. 244), 111-132.
- Peitz, G., Fthenakis, W.E. & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life: child-care tasks versus pleasure activities (Poster presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Minneapolis, USA, April, 2001). Consultado a 12 de Outubro de 2005, através de http://www.lrz.muenchen.de/~kalicki/pdf-Dateien/minneso01_paper.pdf
- Rodrigues-Doolabh, L., Zevallos, A., Turan, B. & Green, K. (2003). Attachment scripts across cultures: Further evidence for a universal secure base script. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Script-like representations of secure base experience: Evidence of Cross-age, cross-cultural, and behavioural links*. (Poster symposium presented

- at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Tampa, FL, March, 2003). Consultado a 10 de Outubro de 2005 através de http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/srcd2003/posters/srcd2003_rodrigues.pdf
- Rohner, R.P. & Veneziano, R.A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.
- Rothbart, M.K. & Bates, J.E. (1998). Temperament. In W. Damon (Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development*, Vol.3 (5th ed., pp. 105-176). New York: John Wiley & Sons.
- Rothbart, M.K. (1989a). Temperament in childhood: a framework. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 59-73). New York: John Wiley & Sons.
- Sagi, A., van IJzendoorn, M.H., Aviezer, O., Donnel, F., Koren-Karie, N., Joels, T. & Harel, Y. (1995). Attachments in a multiple-caregiver and multiple-infant environment: The case of the Israeli kibbutzim. In E. Waters, B.E. Vaughn, G. Posada & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behaviour and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60 (2-3, Serial No 244), 71-91.
- Schaffer, H.R. (1996). *Desenvolvimento social da criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Solomon, J. & George, C. (1999). The measurement of attachment security in infancy and childhood. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 287-316). New York: Guilford Press.
- Sroufe, L.A. & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development*, 48, 1184-1199.
- Sroufe, L.A. (1985). Attachment classification from the perspective of infant-caregiver relationships and infant temperament. *Child Development*, 56, 1-14.
- Sroufe, L.A., Fox, N.E. & Pancake, V.R. (1983). Attachment and dependency in developmental perspective. *Child Development*, 54, 1615-1627.

- Steele, H., Steele, M. & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants: Evidence for a relationship-specific perspective. *Child Development, 67*, 541-555.
- Tamis-LeMonda, C.S. (2004). Conceptualizing fathers' role: Playmates and more. *Human Development, 47*, 220-227.
- Tamis-LeMonda, C.S., Shannon, J.D., Cabrera, N.J. & Lamb, M.E. (2004). Fathers and mothers at play with their 2- and 3-year olds: Contributions of language and cognitive development. *Child Development, 75* (6), 1806-1820.
- Thomas, A. & Chess, S. (1989). Temperament and personality. In G.A. Kohnstamm, J.E. Bates & M.K. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood* (pp. 249-261). New York: John Wiley & Sons.
- Thompson, R.A. (1998). Early sociopersonality development. In W. Damon (Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development*, Vol. 3 (5th ed., pp. 25-104). New York: John Wiley & Sons.
- Tini, M., Corcoran, D., Rodrigues-Doolabh, L. & Waters, E. (2003). Maternal attachment scripts and infant secure base behaviour. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Script-like representations of secure base experience: Evidence of cross-age, cross-cultural, and behavioural links*. (Poster symposium presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Tampa, FL, March, 2003). Consultado a 1 de Outubro de 2005, através de http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/srcd2003/posters/srcd2003_morgan.pdf
- van IJzendoorn, M.H. & Sagi, A. (1999). Cross-cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 713-734). New York: Guilford Press.
- van IJzendoorn, M.H. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness, and infant attachment: A meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin, 117*, 387-403.

- van IJzendoorn, M.H. & DeWolff, M.S. (1997). In search of the absent father: Meta-analyses on the infant- father attachment. A rejoinder to our discussants. *Child Development*, 68, 604-609.
- Vaughn, B.E. & Bost, K.K. (1999). Redundant, independent, or interacting influences on interpersonal adaptation and personality development? In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 198-225). New York: Guilford Press.
- Vaughn, B.E., Lefever, G.B. Seifer, R. & Barglow, P. (1989). Attachment behaviour, attachment security, and temperament during infancy. *Child Development*, 60, 728-737.
- Vaughn, B.E., Stevenson- Hinde, J., Waters, E., Kotsaftis, A., Lefever, G.B., Shouldice, A., Trudel, M. & Belsky, J. (1992). Attachment security and temperament in infancy and early childhood: Some conceptual clarifications. *Developmental Psychology*, 28, 463-473.
- Veríssimo, M. & Santos, A. (2003). *Instrumentos para avaliação de crianças* (Manual não publicado). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Veríssimo, M., Blicharsky, T., Strayer, F.F. & Santos, A.J. (1995). Vinculação e estilos de comunicação da criança. *Análise Psicológica*, 1-2 (XIII), 145-155.
- Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B.E., Santos, A.J. & Waters, H. (2005). Coordenação entre o modelo dinâmico interno da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos. *Análise Psicológica*, 2 (XXIII), 85-95.
- Volling, B.L. & Belsky, J. (1992). The contribution of mother-child and father-child relationships to the quality of sibling interaction: A longitudinal study. *Child Development*, 63, 1209-1222.
- Wall, K. & Guerreiro, M.D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (pp. 303-362). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Waters, E. & Cummings, E.M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172.
- Waters, E. & Deane, A.K.E. (1985). Defining and assessing individual differences in attachment relationships: Q-methodology and the organization of behavior in

- infancy and early childhood. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1-2, Serial No. 209), 41-65.
- Waters, E., Weinfield, N.S. & Hamilton, C.E. (2000). The stability of attachment security from infancy to adolescence and early adulthood: General discussion. *Child Development*, 71, 703-706.
- Waters, H.S. & Rodrigues-Doolabh, L. (2001). Are attachment scripts the building blocks of attachment representations? Narrative assessment of representations and the AAI. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Narrative Measures of Attachment for adults*. (Poster symposium presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Minneapolis, MN, April, 2001). Consultado a 4 de Outubro de 2005, através de <http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/srcd2001/HSWScripts/tsld001.htm>
- Waters, H.S. & Rodrigues-Doolabh, L. (2004). *Manual for decoding secure base narratives* (Unpublished manuscript). New York: State University of New York at Stony Brook.
- Waters, H.S., Rodrigues, L.M. & Ridgeway, D. (1998). Cognitive underpinnings of narrative attachment assessment. *Journal of Experimental Child Psychology*, 71, 211-234.
- Weinfield, N.S., Sroufe, L.A., Egeland, B. & Carlson, E.A. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 68-88). New York: Guilford Press.